

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



A Renascença Portuguesa e as Universidades Populares

Gonçalo Manuel Nunes Vargas Eusébio

Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea
orientada pelo Professor Doutor António Ventura

2017

Agradecimentos

Terminar um trabalho desta dimensão, implica que tenha que agradecer em primeiro lugar a quem o possibilitou: acima de tudo quero agradecer aos meus pais que me deram a oportunidade de estudar, e me fizeram acreditar no valor do trabalho, e dos sacrifícios que valem a pena, sem deixar de evocar a memória da minha avó materna com quem passei a maior parte da minha infância, até “deixar este mundo” quando eu tinha apenas 14 anos. Apesar de analfabeta deu-me valores de honestidade, valor do trabalho, educação e de amizade e respeito pelos outros, que muitas das vezes substituíram ou foram mesmo mais importantes que os meus pais, por tudo o que representam hoje em dia para mim esses valores, quantas vezes maltratados por quem mais devia dar o exemplo. Aos três devo muito daquilo que fui sendo para o bem e para o mal ao longo do meu crescimento, pois todos nós somos humanos e temos os nossos defeitos e qualidades, mas foi graças ao seu apoio que pude estudar. Nem a falar de mim e do meu passado sou hipócrita, por vezes passei tempos muito complicados em termos pessoais, pois sempre que passa por momentos piores, consegui sempre erguer-me e muitas vezes ainda mais forte do que antes, ou como se costuma dizer “o que não nos mata, faz-nos mais fortes” e tenho seguido muito esta afirmação para combater as adversidades que me apareciam pela frente em vários aspectos da minha vida. Recuando no tempo, considero que como em muita coisa na minha vida, apareceu quase do nada, numa altura em que já procurava emprego, depois de ter feito os exames já como aluno externo. Ao ensino público hoje por hoje tão maltratado e desvalorizado, devo tudo o que consegui como pessoa, e aos longos dos anos também a mudança dos meus hábitos, que se deu principalmente desde que entrei para a Faculdade de Letras em 2002-03. Foi aí que aprendi a gostar de ler, e de encarar a leitura como um trabalho que exige método e disciplina que se adquire praticando, não esquecendo que como em tudo na vida por vezes feita de altos e baixos, com vários avanços e recuos que como também costumo dizer só alguns se conseguem levantar, sabendo da força de vontade, disciplina e empenho que são necessários para conseguir alcançar os objectivos a que nos propomos.

Um trabalho desta dimensão e complexidade, que se deseja com alguma profundidade e rigor, também é feito de fases melhores e piores: no entanto gostaria de salientar que nunca foi algo que me causasse desespero ou angústia, talvez por ter passado por situações até de saúde muito mais complicadas, e sem esse bem não há capacidade para fazer o

resto como é sabido. Tendo entrado para a Universidade ainda antes da reforma de Bolonha, pude conhecer as duas realidades: se é um facto que o Ensino Superior com cursos de três anos, quando antes eram de quatro com concentração das cadeiras e dos programas num semestre, quando eram duas num ano, como no caso da História, não sei até que ponto o sistema melhorou. Devo dizer que não sou grande admirador do Processo de Bolonha, pelo contrário. Neste aspecto sinto-me com autoridade para referir este facto, pois frequentei os dois sistemas, e seria bom que sem querer fazer aqui comparações entre o actual e o anterior, alguns colegas meus tivessem conhecido melhor o ensino na fase pré-Bolonha, e percebessem o que se perdeu com a reforma prejudicando algumas coisas na vida universitária. E certo que na via somos sempre nós e as nossas circunstâncias, mas não acho que recuar uns anos com a experiência do que se passou, seja algo que não se deva sempre fazer, até para perceber melhor o nosso papel na sociedade, ou o que podemos fazer para a melhorar.

Sobre o conteúdo do que pesquisei para fazer o trabalho, é inevitável que tenha que me sentir grato à instituição onde me formei e mais importante que isso, ganhei aptidões para a minha vida futura, encarando a leitura de outra forma, aliás só após ter entrado para a universidade, é que comecei a valorizar o trabalho que é ler e escrever com método e rigor, lembrando o pensamento de Marc Bloch, do “ofício do Historiador”, sendo o ensino da História e a sua compreensão algo tão desvalorizado nos dias que correm, assim como aquilo que trata das Ciências Humanas, num curso que sendo de quatro anos até por volta de 2005, 2006, foi reduzido a três, o que não supôs uma redução da carga horária e dos programas, pelo contrário como já referi, a sua concentração num semestre parece-me excessiva, e não ajuda quanto a mim a que se absorva o conhecimento histórico da melhor forma, creio não estar a cair num exagero se achar que muita gente pensa como eu, e da dificuldade que é para muitos conciliar o emprego, ou falta dele, definindo a sua precariedade ou outras situações que acontecem com cada vez mais frequência no Ensino Superior. Gostaria assim de demonstrar o meu maior agradecimento a todos os professores que tive neste percurso iniciado em 2002-03, que infelizmente por uma série de razões foi interrompido no 2º ano em 2005, e retomado em 2011-12. Não foi fácil, surgiram muitas incompreensões e alguns obstáculos que me levaram a olhar para tudo de outra forma, e me levaram a fazer muitas vezes alguma auto-crítica, própria de quem como eu sempre se mostrou exigente consigo mesmo, antes de exigir dos outros ou de achar que merecia que comigo fosse tudo mais fácil, porque de há uns anos para cá adoptei

uma máxima que continuo a seguir, de que “para ser fácil estavam cá outros, e eu não estava cá a fazer nada”, de certo modo também para me motivar quando sentia as dificuldades de um novo sistema de ensino, aumentando a exigência comigo mesmo.

Apesar de me sentir grato para todos os professores que tive ao longo do curso, estaria a ser profundamente injusto se não reconhecesse que alguns tiveram mais importância para mim pelo que me transmitiram: assim uma primeira palavra de agradecimento vai para o meu orientador o Prof. António Ventura, com o qual adquiri um acrescido interesse pela História Contemporânea, e pude perceber a dificuldade que é estudar a ciência histórica, quanto mais próxima e politizada ela está do nosso tempo. Depois agradecer aos restantes professores de História Contemporânea, Prof^a Teresa Nunes, Prof. Sérgio Campos Matos e Prof. Ernesto Castro Leal pelo enriquecedor conhecimento que me transmitiram, levando a ter não menos interesse pela área, algo que creio tanta falta faz noutras áreas da sociedade, e o modo como a História Contemporânea devia ser ensinada para além de lugares-comuns e mitos que ainda ensombram a nossa sociedade, e que se perpetuam muitas das vezes...

Sem esquecer como é evidente todos os outros docentes, aos quais quero agradecer pela disponibilidade e apoio, e também agradecer aos meus colegas do Voluntariado no Núcleo de Apoio ao Aluno que me deram a oportunidade de trabalhar aí em 2016-17, numa experiência muito gratificante, assim como aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Letras, onde passei grande parte do tempo nestes últimos anos.

Terminar um trabalho desta dimensão revelou-se um esforço recompensador, com os avanços e recuos próprios de um trabalho que pretendi fosse de pesquisa séria. Um tema ainda muito pouco investigado, mas espero ter deixado pistas para que no futuro outros estudiosos o desenvolvam e completem.

Resumo

Sempre procurei ver a História como a ciência que estuda a acção do Homem no espaço e no tempo, melhor dizendo, num determinado espaço físico e num certo período de tempo: assim no meu percurso académico tentei sempre melhorar o modo como pesquisava as fontes, e escolhia o que achava mais importante, do que entendia como acessório. Não deixando de ser uma visão subjectiva, o trabalho e rigor que muitas vezes exige enobrece a profissão de Historiador. Um trabalho sempre incompleto, e baseado no que foi escrito anteriormente, mas que tem a grande utilidade de servir como uma fonte para aproveitamento futuro. Nessa perspectiva, um trabalho sobre educação e a história nacional durante um espaço de tempo definido entre a parte final do século XIX, influenciado pela crise de 1891-92 que se seguiu ao “Ultimatum” britânico, e que marcaria a entrada no século seguinte, com novas formas de protesto contra a Monarquia Constitucional, com uma crescente adesão ao republicanismo e a outros movimentos políticos e sociais, e o aparecimento e desenvolvimento de novas iniciativas culturais e cívicas. O surgimento da Renascença Portuguesa e do seu órgão *A Águia*, insere-se assim na sequência desses movimentos que pretendiam outra sociedade, mais esclarecida e interventiva, um tópico sempre presente ao longo da História, mas que a República veio trazer ainda com mais pertinência.

Palavras-Chave: universidades populares; Renascença Portuguesa; *A Águia*; *A Vida Portuguesa*; ensino popular

Abstract

I always searched to see History like a science, in the specific sense like a science that studies the human activity in space and time, better said, on a determined physical space and in a determined time. Through my academic life, I tried to improve my searching skills, and chose those aspects which I considered better and most relevant to historical investigation, in place those I intended as accessory. But, in this perspective, the work and accuracy required most of the times, ennobles the historian's métier. A scientific work always incomplete and based in that was written before, but who has the great utility by serving as a source to better use in the future. In this case, it's a research about education and national history during a specific period, between the last years of the XIX century, affected by the crisis of 1891-92 after the British "Ultimatum", which marked the advent of the next century, with new ways of confrontation against the Constitutional Monarchy, and with an increasing adherence to republicanism and another political and social movements, as well the appearance and development of new civic and cultural initiatives, a topic always present through history. The appearance of *Renascença Portuguesa*, and your organ *A Águia*, followed those cultural movements that pretended a more informed and interventive society, a topic always present through the History, but which the Republic has brought with even more accuracy.

Keywords: popular universities; *Renascença Portuguesa*; *A Águia*; *A Vida Portuguesa*; popular education

Índice

	p.
1. Introdução	8
2. A Educação Popular em Portugal nos finais do século XIX	9
2.1.A Sociedade de Instrução do Porto e a Academia de Estudos Livres	11
3. A formação das Universidades Populares	16
4. Os antecedentes da Renascença Portuguesa: as associações portuenses do final do século XIX	22
5. A formação da Renascença Portuguesa	29
6. A actividade do Ensino Popular	39
6.1.As novas experiências após a Implantação da República	41
7. Os meios disponíveis para as Universidades Populares	49
7.1. A estrutura e organização das Universidades Populares	61
8. As várias correntes de pensamento da Renascença Portuguesa	70
9. Os temas das conferências da Universidade Popular do Porto	89
9.1. O funcionamento da Universidade Popular do Porto: alguns dados para a sua compreensão	96
10. A herança da Renascença e do ensino popular	123
Bibliografia	124
Anexos	130

1. Introdução

Um trabalho historiográfico tem o aliciente de poder desenvolver outros trabalhos anteriores, mas é sempre algo que fica incompleto, até pelas circunstâncias que num determinado período de tempo influenciam a sua elaboração. Sobre este tema do ensino popular na fase que precedeu e depois se seguiu à Implantação da República, foram consultadas várias obras, que são uma referência para a pesquisa nesta área, ainda tão pouco estudada e muitas vezes ignorada. Assim considero mais essenciais para estudar este tema, as obras de Paulo Samuel e de Alfredo Ribeiro dos Santos sobre vários aspectos intelectuais e sociais do grupo da Renascença, assim como da época e no contexto em que surgiu, que procurei neste trabalho salientar, que remetem para o boletim *A Vida Portuguesa* e a revista *Águia*. Também destacar as teses de Mestrado de Maria Gracinda Marques sobre as Universidades Livres e Populares do Porto e de Coimbra, e de Doutoramento de Marlene Óraide Neves dedicada às Universidades Populares, e que informam sobre as conferências e os cursos práticos, assim como os seus vários antecedentes. Sobre a Universidade Livre de Lisboa, há um estudo mais em pormenor de Rogério Fernandes, *Uma Experiência na Educação para adultos: A Universidade Livre para a Educação Popular (1911-17)*, assim como outros trabalhos sobre Educação como a *Pedagogia Portuguesa Contemporânea*, e os vários trabalhos de Joaquim Pintassilgo sobre Educação Popular. Mais recentemente e sobre a Renascença Portuguesa, a obra de vários autores, *A Renascença Portuguesa: Tensões e Divergências*, aprofunda os temas anteriormente referidos. Outra obra genérica, neste caso o *Dicionário da República e do Republicanismo*, tem várias entradas relacionadas com essa época e as várias iniciativas educativas e culturais. Para desenvolver este tipo de temas, é importante consultar outros trabalhos, mais gerais ou mais específicos, que de uma ou outra forma são de grande utilidade para compreender a sociedade dos primeiros anos do século XX, e as mudanças que a República trouxe.

2. A Educação Popular em Portugal nos finais do século XIX

No final do século XIX, o elevado analfabetismo continuava a ser um grande problema social: apesar das várias reformas de ensino durante a segunda metade do século cerca de três quartos da população nacional era analfabeto: o analfabetismo era maior no meio rural que nos centros urbanos, e maior nas mulheres que nos homens¹.

O desenvolvimento do ensino liceal e profissional não atingia todos os estratos da população, continuando a haver no final do século, uma grande falta de escolas fora das cidades, além de faltarem escolas para raparigas. A instrução continuava a ser um privilégio daqueles que tinham mais rendimentos e não precisavam da ajuda dos filhos nos trabalhos domésticos, para poder ajudar sustentar a família. Mantinha-se uma grande taxa de abandono escolar, apesar das tentativas de tornar o ensino primário universal e gratuito, como acontecia nos países mais desenvolvidos do Mundo (Europa Ocidental e Estados Unidos). Havia um grande atraso nos finais do século em relação a esses países mais desenvolvidos que tinham tido uma industrialização geral, que proporcionava o deslocamento dos operários para as grandes cidades. As várias reformas da instrução não tinham conseguido alargar de forma eficaz o ensino primário, que continuava mais concentrado nas zonas urbanas. Verifica-se que o ensino no período da Regeneração sofreu várias alterações com sucessivas reformas feitas pelos Governos Constitucionais.

Nos finais do século XIX, inícios do século XX, deram-se várias alterações no sistema de ensino como as reformas de Jaime Moniz e de João Franco, com a reformulação das cadeiras que deviam ser lecionadas no ensino primário e nos liceus. Estas reformas também abrangiam a carreira dos professores. Eram feitas alterações no sistema de ensino, para aumentar o número de pessoas com instrução, sendo que a criação do Ministério da Instrução após o golpe de Saldanha de 1870, teve uma importância essencial apesar da sua curta duração, pois o seu Ministro D. António da Costa de Sousa Macedo saiu do Governo ainda nesse ano².

¹ Por analfabetismo entenda-se não saber ler nem escrever, ou seja pessoas sem qualquer escolaridade. Cf. os dados de analfabetismo in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Direcção) e A. H. Oliveira Marques (Coordenação), *Nova História de Portugal*, Vol XI – *Portugal da Monarquia para a República*, Editorial Presença, 2007, pp. 519-520.

² Em 19 de Maio de 1870, um pronunciamento militar chefiado pelo Duque de Saldanha provocou a queda do Governo do Duque de Loulé. O novo Governo depois formado, no entanto não tinha uma forte base de apoio, e caiu ainda nesse ano, sendo o Duque de Saldanha nomeado Embaixador em Londres. Foi nesse Governo que foi criado o Ministério da Instrução, chefiado por D. António da Costa de Sousa Macedo, que era sobrinho de Saldanha. Apesar do seu escasso tempo no Governo, deixou uma herança muito significativa de importantes reformas no Ensino Público, como a Lei do Ensino Superior, a Lei da Instrução Primária, e sobre a criação de Bibliotecas Populares. Sobre o primeiro Ministério da Instrução ver Áurea Adão e Maria

A duração efémera do Ministério da Instrução Pública extinto ainda nesse ano, não ajudou a que as reformas educativas prosseguissem, e só em 1890 é que surge de novo desta vez num tempo de grave crise nacional, tendo durado apenas dois anos³.

A criação da Academia de Estudos Livres em 1889, que mudou depois de nome para Academia de Estudos Livres – Universidade Popular, passando a funcionar na Escola Marquês de Pombal, deveu-se a uma grande vontade de personalidades ligadas ao republicanismo, com objectivos filantrópicos. A Academia de Estudos Livres fundada pela Maçonaria em 1889, com ensino diurno e nocturno este para adultos, foi uma organização de ensino pioneira que tinha como principal preocupação o ensino para adultos através de conferências, visitas de estudo e de sessões sobre vários temas⁴. No início do século, as primeiras iniciativas de ensino popular com ensino noturno, procuravam dar conhecimentos de cultura geral a uma população já instruída, e na maior parte adulta.

Bernardino Machado à época professor da Universidade de Coimbra, foi um dos grandes entusiastas do ensino popular. Como membro do Conselho de Superior de Instrução Pública, defendeu as instituições particulares de ensino como a Academia de Estudos Livres, no final do século XIX. Foi também crítico do modo como o ensino superior estava limitado aos mais privilegiados que podiam pagar os estudos. Inicialmente Bernardino Machado foi professor da Universidade lecionando a cadeira de Filosofia, e foi depois como Par do Reino onde mostrou ser apoiante da instrução popular, tratando no Parlamento dos assuntos da reforma do secundário, profissional e do ensino livre e esteve na origem do Conselho Superior da Instrução Pública (criado em 1884), além do Ministério criado em 1890⁵. Nesse ano, quando a Academia de Estudos Livres foi pioneira no ensino popular foi eleito todos os anos seu presidente, tendo elaborado o projecto dos estatutos da Liga de Educação Nacional⁶. Em *O Ensino*, escreveu que a ignorância em tudo empobrece o homem, tornando-o fraco operário e mau cidadão,

Neves Gonçalves, *Instrução Pública no Portugal de Oitocentos. Da administração centralizada à gestão periférica*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 43-60, e Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Direcção), *op. cit.*, pp. 490-491, cf. D. António da Costa in Joel Serrão (Direcção), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I (A-D), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, pp. 722-723.

³ Áurea Adão e Maria Neves Gonçalves, *op. cit.*, pp. 75-76, e pp. 80-87.

⁴ Rogério Fernandes, *As Universidades Livres e Populares e o problema da cultura popular*, in Vértice nº 117 – 2ª série (Maio-Junho 2004), pp. 93-94. António Simões do Paço, *As universidades populares em Portugal na I República*, 2011 e Joaquim Pintassilgo, *O Projecto pedagógico das Universidades Populares [...]*, p. 2.

⁵ Rogério Fernandes, *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*, Colecção Biblioteca do Educador Profissional, Lisboa, Livros Horizonte, 1985, pp. 45-48.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 72.

arrancando-lhe as virtudes morais. As causas desses males deviam ser combatidas pelo aperfeiçoamento humano com a busca de mais conhecimento e a sua divulgação.

O desenvolvimento do ensino popular estava ligado à democratização do ensino, como acontecia noutros países da Europa como a França e a Inglaterra. Procurava-se com o contributo dos meios académicos e dos intelectuais, combater o atraso cultural da população nacional. No final do século XIX, as associações populares contribuíram para dar instrução com um papel de intervenção cultural⁷. Assim, pretendia-se que a sociedade se mostrasse mais esclarecida e culta, com um verdadeiro espírito crítico sobre os problemas do seu quotidiano, e com uma forma construtiva de os tentar resolver, sendo que algumas dessas tentativas foram de curta duração e acabaram por ficar esquecidas num momento particularmente conturbado da nossa sociedade. Foi também nesta altura que se começaram a expandir os cursos nocturnos para operários e os seus familiares, como a Voz do Operário, fundada em 1879⁸.

2. 1. A Sociedade de Instrução do Porto e a Academia de Estudos Livres

Em 1880 foi fundada a Sociedade de Instrução do Porto que participou em várias acções cívicas como a criação de museus e bibliotecas, exposições e as comemorações do centenário do Marquês de Pombal⁹ e teve um órgão próprio, *A Revista* publicada entre 1881 e 1884¹⁰. Aí realizaram conferências Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Pinheiro Chagas, Leonardo Torres, Consiglieri Pedroso, entre outros autores, falando sobre temas literários e científicos, não deixando de se notar a influência do positivismo¹¹.

Tendo sido a Academia de Estudos Livres fundada em 1889, o ensino para adultos deu-se numa fase de aumento das instituições de ensino e da necessidade de instruir a

⁷ António Candeias, *O Movimento Operário Português*, in *Análise Psicológica*, 1981, p. 40.

⁸ Ver o artigo de David Pereira, *Assistência Social e Protecção à Infância*, in Maria Fernanda Rollo (Coord.), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, Vol I (A-E), Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp. 250-57, e Helena Neves, *Originalidades da universidade popular portuguesa*, in António Pedro Pita (Coord.), *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português 1900-1950*, Coimbra, Ariadne Editora, pp. 28-29.

⁹ Maria Gracinda Marques, *As Universidades Livres e Populares Portuguesas em Coimbra e no Porto: dos finais do século XIX à década de 30*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1999, pp. 87-90.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p.89.

¹¹ Idem, *ibidem*, vol. II, anexo II, p. 5.

maior parte da população. Colaboraram neste projecto alguns autores que já tinham estado ligados à Sociedade de Instrução, como Teófilo Braga e Adolfo Coelho¹².

Levando também em conta o grande desenvolvimento da educação no século XIX nos países mais desenvolvidos da Europa, fez-se na parte final do século um esforço em Portugal para principalmente diminuir o analfabetismo que se mantinha muito elevado, pois apenas cerca de um quarto da população sabia ler. Realizou-se assim a tentativa de aproximar os níveis de alfabetização em Portugal dos principais países europeus. Houve assim um conjunto de factores que determinaram a importância de se criar um meio de ensino que fosse alargado a toda a população, para combater o analfabetismo e promover o saber nas suas várias áreas (ciências, letras, medicina, etc.), sendo que algumas destas organizações que surgiram nesta época, tinham na alfabetização o seu principal senão único objectivo.

A descentralização do ensino iniciada no Ministério de Rodrigues Sampaio, levou à criação de escolas municipais e particulares e ao aparecimento dos cursos nocturnos¹³. A lei de 1878 do seu Governo, democratizava o sistema das Juntas Escolares que eram nomeadas pelas Câmaras Municipais¹⁴. O ensino popular proposto na Academia de Estudos Livres estava de acordo com isso, e procurou desenvolver essa ideia. Assim, a iniciativa privada teve a função de formar a educação popular não só de base, mas também de continuidade com as extensões universitárias, universidades livres e populares e a diversidade de associações culturais, com cursos de alfabetização, saraus literários, conferências, visitas de estudo e criação de bibliotecas, e edição de projectos editoriais que procuraram enriquecer a formação cultural dos seus associados.

¹² Teófilo Braga (Ponta Delgada, 24-2-1843 - Lisboa, 28-1924), teve uma intervenção política e cultural bastante conhecida, sendo uma figura incontornável do Republicanismo. Na sua acção educativa além de ter sido professor no Curso Superior de Letras a partir de 1872, contam-se várias colaborações em publicações ligadas ao Positivismo e aos temas da instrução, como a revista *O Positivista* que fundou com Júlio de Matos em 1878, a *Revista de Estudos Livres* (1883-86) e a *Ilustração Portuguesa* a partir de 1903, entre muitos outros periódicos. Foi um promotor dos ideais republicanos, e do ensino segundo esses seus princípios, colaborando em várias iniciativas desse tipo como a Academia de Estudos Livres, a Sociedade de Instrução do Porto, ou a Liga Nacional de Instrução. Para saber mais sobre a sua vida e obra, ver Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989. Adolfo Coelho (Coimbra, 15-1-1847 - Carcavelos, 9-2-1919), foi um importante autor auto-didacta da sua época, sendo também Professor no Curso Superior de Letras, e na Escola Normal Superior de Lisboa. Participou em 1871 nas Conferências do Casino, com uma intervenção sobre a “Questão do Ensino”, onde referia as necessidades e objectivos que o Ensino devia seguir. Destacou-se como Pedagogo, Filólogo e Antropólogo entre outras ciências que estudou, com vários trabalhos de relevo.

¹³ Joel Serrão (Dir.), António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*, 2ª ed., Porto, Ed. Figueirinhas, 1992-2000, e César Oliveira, *O Socialismo em Portugal (1850-1900): Contribuição para o estudo da Filosofia Política do Socialismo na Segunda Metade do Século XIX*, Porto, 1973, pp. 63-64.

¹⁴ Essa lei é mencionada no relatório apresentado no 1º Congresso Pedagógico de Instrução Popular, organizado pela Liga Nacional de Instrução, Abril de 1908, pp. 35-36.

A Academia de Estudos Livres publicava o periódico estudantil *A Mocidade* além da revista *Anais da Academia de Estudos Livres – Universidade Popular (1912-1916)*, que informava sobre a vida da instituição e as actividades aí desenvolvidas¹⁵, com uma participação activa dos sócios e dos alunos e onde escreveram as maiores figuras da pedagogia portuguesa¹⁶. Foi redactor da *Mocidade*, revista dirigida por Abel Ôteda no ano de 1911, o prestigiado professor e pedagogo João de Barros entre 1898 e 1905.

As associações ligadas ao Anarquismo subsidiavam a instituição e defendiam que os operários deviam aderir aos seus cursos, de modo a terem uma intervenção política e social mais construtiva¹⁷.

É importante através das várias publicações sobre este tema, perceber quais as organizações que apoiaram a sua criação e como se fez o seu financiamento nos anos seguintes, sendo obtido pelas receitas das quotas, ou público com apoio dos Municípios e qual a sua frequência, como era angariado, e para isso importa consultar os seus estatutos. As várias orientações políticas também influenciaram o sistema educativo nessa época. A iniciativa de fundação da Academia de Estudos Livres foi da Maçonaria através da loja “Simpatia e União”¹⁸. Havia um grande impulso das organizações maçónicas e do associativismo e o desenvolvimento da instrução estava entre as suas grandes prioridades havendo interesses comuns entre a classe operária e a burguesia intelectual, relacionados com um maior acesso à instrução e ao conhecimento¹⁹. Em 1891 um Decreto do Governo mandou encerrar os grémios republicanos tal como outras formas de associativismo, sendo que vigorou até 1898, mas em 1892 surgiu a Academia de Instrução Popular, dirigida por Luís Filipe da Mata, dedicada também a combater o analfabetismo e a ociosidade, através das acções de divulgação cultural²⁰.

¹⁵ Cf. a entrada *Academia de Estudos Livres* in *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, pp. 175-177, e Joaquim Pintassilgo, *O Projecto Pedagógico das Universidades Populares [...]*, p. 7.

¹⁶ Rogério Fernandes, *op. cit.*, p. 96.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 97.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 94.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 92.

²⁰ Sobre esta associação, cf. a entrada *Academia de Instrução Popular* in *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, e Lia Ribeiro, *A popularização da Cultura Republicana (1881-1919)*, Imprensa da Universidade de Lisboa, 2011, p. 170. Luís Filipe da Mata (Lisboa, 15-8-1853 – Lisboa, 25-10-1924), foi um militante republicano que fazia parte da Maçonaria, sendo Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano. Foi eleito pelo P. R. P. Vereador da Câmara de Lisboa em 1908, Deputado em 1913, e Senador do Congresso da República (1915-17). Na intervenção cultural, foi um grande apoiante do ensino laico, opondo-se ao predomínio do ensino religioso, sendo dirigente do “Vintém das Escolas”, além de outras iniciativas educativas. Esteve ligado ao movimento do Livre-Pensamento, sendo um dos fundadores da Sociedade Teatro Livre, cf. António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas. As convergências possíveis (1892-1900)*, Lisboa, Cosmos, 2000, pp. 158-159.

Outra organização pioneira do ensino musical, formada por associados em 1884, foi a Academia dos Amadores de Música, de carácter privado e também com várias actividades educativas²¹. Nesse mesmo ano, formou-se a Escola Infantil para os filhos do Povo, dirigida por Teófilo Braga, com interesses filantrópicos, de divulgação da instrução entre a classe operária.

Também as “Escolas Móveis do Método João de Deus” fundadas em 1882, foram projectos na área pedagógica e cultural que realizaram uma significativa obra de alfabetização em finais do século XIX, com a aprendizagem baseada na *Cartilha Maternal* de João de Deus, que teve uma grande divulgação no país. Criaram-se os primeiros infantários, os jardins-escola *João de Deus*, havendo em 1908 uma alteração ao nome passando a designarem-se Associação de Jardins-Escola pelo Método João de Deus²². O “Vintém das Escolas”, ideia de Feio Terenas de criar uma organização que promovesse a educação cívica e o ensino laico, surgiu entre outras iniciativas desse género ligadas ao ensino popular²³. Entre os principais objectivos estavam a promoção

²¹ Marlene Óraide Neves, *As Universidades Populares Portuguesas no seu período áureo – A 1ª República: contributos para o estudo das suas concepções educacionais e filosóficas*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 1997, pp. 14-15.

²² Sobre os “Jardins-Escola João de Deus”, e a importância do método pedagógico de Fröebel para o ensino pré-escolar, cf. Vasco Pulido Valente, *Estudos sobre a Crise Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 64-67.

²³ Feio Terenas (Covilhã, 5-11-1850 – Lisboa, 29-1-1920), destacou-se ainda muito novo com uma intensa actividade panfletária, colaborando em inúmeras publicações como *O Partido do Povo*, o primeiro jornal assumidamente republicano fundado em 1878, o *Diário da Tarde* que fundou juntamente com Gomes da Silva em 1885, *A Batalha*, *A Democracia*, *A República*, *O Século* e *A Vanguarda*, entre outros jornais republicanos, além de ter publicado a revista *Fröebel: Revista de instrução primária* em 1882. Fundou com Pinheiro Chagas e Rodrigues Sampaio a primeira Associação de Imprensa em Lisboa. Da sua dedicação à Educação Popular criou com Elias Garcia as primeiras Bibliotecas Municipais, e foi um dos organizadores do Congresso Republicano em 1887. Fundou e dirigiu o Instituto “Vintém das Escolas”, e foi um influente membro do Grupo Republicano de Estudos Sociais. Feio Terenas Foi eleito deputado ainda durante a Monarquia, e após a Implantação da República, e exerceu também as funções de Bibliotecário na Assembleia da República. Ver António Ventura, *op. cit.*, pp. 20-21, e *A Maçonaria e a República*, in João Medina (Dir.), *História de Portugal*, Vol. X – *A República – I*, pp. 319-333, Idem, *A Maçonaria e a República*, in João Medina (Dir.), *História de Portugal*, Vol. X – *A República – I*, pp. Feio Terenas na I República foi deputado à Assembleia Constituinte, e Senador. Cf. Lia Ribeiro, *op.cit.*, pp. 273-280, Jorge Trigo, artigo disponível em <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/FeioTerenas.pdf>, in *Efemérides: Mês da Profissão de Informação-Documentação da Câmara Municipal de Lisboa*, Hemeroteca Municipal, 2008, e Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, p. 9. Sobre o Instituto “Vintém das Escolas”, onde divulgava a Educação Cívica, defendendo a sua entrada nos currículos escolares, cf. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Direcção) e A. H. Oliveira Marques (Coordenação), *op. cit.*, pp. 522-525.

²⁴ Sobre as instituições de ensino que entretanto surgiram, ver Joel Serrão (Direcção) e A. H. Oliveira Marques (Coordenação), *op. cit.*, pp. 522-525.

do ensino entre os filhos dos trabalhadores, procurando dirigir-se às camadas mais desfavorecidas²⁴.

O programa da Universidade Livre e Popular em Lisboa chegou a ser anunciado no jornal *A Vanguarda* em 1904, com o propósito da difusão do livre-pensamento, e por isso livre de obstáculos religiosos e autoritários²⁵. No entanto, a primeira Universidade Livre a assumir este nome foi a Universidade Livre do Comité Central de Académicos e Operários inaugurada no Porto em 1903²⁶. Tal como esta, surgiram noutras cidades, organizações embrionárias deste tipo dedicadas a promover o interesse pela cultura entre o meio operário e popular, prevendo a abertura de um curso do ensino primário para crianças e de alguns cursos de ensino noturno para adultos²⁷. Os republicanos que protestaram contra o analfabetismo e a falta de educação moral e cívica foram representados de forma crítica por Fialho de Almeida nalgumas obras²⁸, de acordo com o que era o seu cepticismo com a nova vaga de contestação à Monarquia, tal como de outros escritores mais conservadores como Ramalho Ortigão.

Estas iniciativas culturais e cívicas, da divulgação do ensino laico e dos valores republicanos, acabariam no entanto por desaparecer nos anos seguintes com falta de apoio entre outras dificuldades, não podendo prosseguir com essa iniciativa. Também se formou em 1901 no Porto uma União Liberal dominada pela Maçonaria, cujo Grão-Mestre era Francisco Gomes da Silva, na sequência do anti-clericalismo que o “Caso Calmon” tinha agravado, levando a várias manifestações e incidentes²⁹. A Universidade Livre do Porto continuou a ser referida nalgumas fontes que pouco indicam mais sobre a sua real existência, sendo assim muito difícil perceber a sua influência nestes movimentos republicanos.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 93. Sobre o Livre-Pensamento, ver Joel Serrão (Direcção) e A. H. Oliveira Marques (Coordenação), *op. cit.*, Vol. X, pp. 517-518.

²⁶ Sobre esta universidade ver a Tese de Mestrado de Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, pp. 201-208, e o artigo de António Candeias, *O Movimento Operário Português*, in revista *Análise Psicológica*, 1981. p. 41.

²⁷ António Candeias, *ibidem*, p. 41.

²⁸ Ver por exemplo deste autor, *Saibam Quantos: Cartas e artigos políticos*, 4ª ed., Lisboa, A. M. Teixeira, 1924.

²⁹ Encontram-se referências ao caso Calmon em António Ventura, *op. cit.*, pp. 60-72, e José Adelino Maltez, *Tradição e Revolução: uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI* (2 Vol.), Lisboa, Tribuna da História, 2004-05, pp. 514-515.

3. A formação das Universidades Populares

As universidades populares tiveram origem em vários locais da Europa: na França, Inglaterra e na Bélgica, onde ganharam alguma importância, tal como nos países escandinavos onde tinham sido criadas principalmente devido à obra do pastor luterano e filósofo dinamarquês Nikolai Grundtvig (1783-1872) dedicada a pessoas com menos possibilidades de prosseguir os seus estudos³⁰, não se sabendo de que modo foram pioneiras em relação às que se seguiram na Europa. Em Inglaterra as Universidades Populares foram implementadas por James Stuart, um professor de Cambridge³¹. Foram realizados cursos temáticos com funções educativas e sob a forma de conferências, palestras, exercícios escritos e debates, havendo a possibilidade de os melhores alunos entrarem na universidade. Havia um apoio dado por intelectuais de várias áreas, de publicistas, cientistas, e pessoas que investiam na cultura. Assim, os “University Settlements”, fundados por estudantes universitários a viverem em cidades fabris, deviam seguir, esse modelo de aprendizagem. Para Maria Gracinda Marques, as Universidades Populares nasceram em França em finais do século XIX e o seu criador foi George Deherme, um tipógrafo que conhecia bem as dificuldades das pessoas da classe operária³². A partir de França estas universidades expandiram-se a pela Europa, nalguns casos com apoio do Estado³³. Deviam criar bons hábitos culturais no meio operário, como o gosto pela leitura e era incentivado o bom relacionamento social³⁴.

Em Portugal, a fundação de Universidades Populares foi um dos principais objectivos do movimento cultural da “Renascença Portuguesa”: os intelectuais da Renascença afirmavam a necessidade do ressurgimento da pátria e a reforma das instituições decorrentes da implantação da República em 1910. A sua produção cultural tinha em vista a mudança de hábitos enraizados na fase final da Monarquia, e discutiu-se nesse período o método de ensino com várias propostas pedagógicas, como as de autores republicanos como Adolfo Coelho, João de Barros, e depois as afirmações de António Sérgio, em

³⁰ Nos trabalhos que consultei nem Maria Gracinda Marques, nem Marlene Oráide Neves, e nem Filomena Bandeira referem a origem das Universidades Populares na Escandinávia, ou qualquer iniciativa desta figura da cultura dinamarquesa, o que me levantou dúvidas sobre a sua origem concreta espacial e temporal. Sobre a origem desta forma de ensino na Europa, cf. Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, pp. 81-82, e Marlene Oráide Neves, *op. cit.*, pp. 23-26.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 81.

³² Idem, *ibidem*, p. 82 e Jaime Cortesão, *Universidades Populares III – Como as Universidades Populares começaram em França*, in *Vida Portuguesa*, nº 5 (31-12-1912), pp. 33-34, apud Joaquim Pintassilgo, *As Universidades Populares [...]*, p. 6.

³³ Idem, *ibidem*, p. 83.

³⁴ Idem, *ibidem*, pp. 81-82.

muitos casos em desacordo com estes dois autores, mas tal como Adolfo Coelho achava, para o ensaísta a educação não passava pelo simples conhecimento do alfabeto³⁵. Adolfo Coelho que em testemunho ao Inquérito Literário de Boavida Portugal, não poupou críticas ao grupo da Renascença, divergindo do entendimento sobre aspectos relacionados com os novos movimentos culturais³⁶.

O facto de ser de uma geração posterior também ajudou a que a sua visão racionalista pouco tivesse a ver com o cientismo dominante, tendo a sua obra ganho características próprias ao longo do tempo, além de alcançar outras áreas do saber, num exaustivo trabalho de auto-didacta, sempre com grande espírito crítico e de gosto pela polémica. Adolfo Coelho realizou nesse campo, um levantamento etnográfico do maior interesse, com as tradições e actividades culturais da população, mesmo em meios de grande analfabetismo³⁷, ele que aliás não considerava a instrução básica necessária para adquirir o conhecimento, afastando-se assim dos que defendiam a maior utilidade da “Cartilha Maternal”, uma atitude parecida com a que tomou Ramalho Ortigão por exemplo, num estudo do maior interesse cultural que foi depois seguido pela obra mais vasta, relacionada com a Toponímia das localidades, estudos etnográficos e listagem dos achados arqueológicos feitos por José Leite de Vasconcelos. Estes trabalhos foram seguidos com grande interesse para se obter um maior conhecimento das tradições ou do folclore nacional.

Tendo as universidades populares surgido com vários tipos de iniciativas para alargar o ensino a vários pontos do país formando a extensão universitária, e criando-se universidades no Porto, Vila Real, Coimbra e Póvoa do Varzim, havia que saber como seriam aceites nessas localidades, e qual o tipo de público que acolheriam nas suas actividades, assim como as reacções que provocariam. A formação de um ensino profissional, que procurasse dar aptidões aos seus alunos era um aspecto que marcava a diferença para as Universidades Livres anteriores³⁸.

O que resultou dos debates entre os membros da Renascença para a evolução do ensino popular, foi que de um modo geral prosseguir com a iniciativa do ensino popular

³⁵ Adolfo Coelho, *Cultura e Analfabetismo*, Renascença Portuguesa, 1916, pp. 4-49, apud Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, p. 59, e Vasco Pulido Valente, *Estudos sobre a crise nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980, pp. 51-60.

³⁶ Boavida Portugal, *Inquérito Literário*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1915, pp. 75-86.

³⁷ Idem, *Cultura Popular e Educação*, Vol. II, Organização, Prefácio e Notas de João Leal, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993.

³⁸ Para consultar os vários cursos destas universidades, ver Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 62-63.

foi um facto positivo no contributo para a reforma do ensino e da sociedade, apesar de todas as críticas e oposições à sua divulgação, e de vários entendimentos que eram feitos do ensino. Deu-se a propósito disso assim como sobre outros assuntos, uma importante troca de opiniões através da correspondência entre Teixeira de Pascoaes, Álvaro Pinto, Jaime Cortesão e Raul Proença, com divergência de opiniões entre eles, bem como entre Jaime Cortesão e António Sérgio, e entre este e Raul Proença, como mais adiante serão explicadas³⁹. As várias correntes de pensamento representadas pelos principais intelectuais do grupo, levavam a interpretações diferentes de como deviam funcionar as actividades das Universidades Populares.

Uma ruptura que estaria na origem da criação anos depois, de novas publicações como a revista *Pela Grei* em 1918 dirigida por António Sérgio, e a sociedade *Seara Nova* que surgiu em 1921, que tinham também intenções políticas, intervindo num período complexo, marcado por uma crescente contestação e instabilidade governativa. Outra divisão levou à saída da Renascença do jovem escritor Fernando Pessoa em 1913, por divergências com a mentalidade dominante seguida na Renascença, pois foi um antagonista desde cedo do Saudosismo, e não revelou qualquer simpatia pela poesia de Pascoaes, assim como não tinha grande consideração por António Sérgio, considerando-se superior intelectualmente, ele que tinha colaborado como crítico literário na *Águia*, escrevendo três artigos sobre a nova poesia portuguesa, e que formaria depois juntamente com outros jovens autores como Mário de Sá Carneiro, Almada Negreiros, António Ferro e Adolfo Casais Monteiro, a revista *Orpheu*⁴⁰.

Para um dos autores mais importantes dessa época ligado ao movimento da Renascença, Jaime Cortesão, as Universidades Livres foram um projecto de integração social e cultural, e referiu nalguns artigos a menor adesão do meio operário português em comparação com o francês, mostrando-se bastante crítico com a falta de interesse desse grupo social. Assim o referiu em *A Vida Portuguesa*, uma publicação da “Renascença Portuguesa” criada em 1912, pois em comparação com outras classes profissionais mais instruídas, os operários não iam tanto às aulas, talvez por não terem interesse na maioria

³⁹ Poucos dias depois do segundo manifesto fundador, Teixeira de Pascoaes numa carta para Álvaro Pinto, dá uma opinião sobre o excesso de pensamento científico (ou positivo) na Europa, e refere que Portugal podia formar uma cultura original, cf. Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 84-85.

⁴⁰ Sobre esta divisão na Renascença, ver Maria Fernanda Rollo (Coord.), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, Vol. III, 2013, pp. 117-120, Óscar Lopes e António José Saraiva, *História da Literatura Portuguesa* (17ª ed. corrigida e actual), Porto, Porto Editora, 2001, pp. 1020-1022, e António Apolinário Lourenço, vol. VIII - *O Modernismo*, in *História Crítica da Literatura Portuguesa* (Coord. de Carlos Reis), Lisboa, ed. Verbo, 2015, e Jacinto Baptista, *Sérgio e Pessoa: Encontros e Desencontros*, Lisboa, ed. Quimera, 1992, e Idem, *O Cinco de Outubro*, 2ª ed., Lisboa, Arcádia, 1965, pp. 35-48.

dos temas falados, sendo que os longos horários de trabalho eram também um obstáculo a que tivessem mais interesse pela sua instrução.

Considerava existirem em Portugal Universidades Populares e não Universidades Livres, que deviam continuar a expandir-se numa “obra de educação e acção social e nacional”⁴¹. Embora tivesse bastante gente a aderir, provinha na maior parte da classe média como eram os professores, militares e comerciantes⁴², encontrando explicação para a fraca adesão da classe operária numa “preparação primária que lhe permita tirar utilidade do ensino.”

O principal objectivo da fundação da Universidade Livre era a formação de uma opinião pública esclarecida e influente, com objectivos semelhantes aos das outras universidades: que passavam principalmente pela melhor consciência social e melhor nível cultural das classes populares, no seguimento do que era o pensamento cívico, e de dedicação a causas sociais do seu criador⁴³. Segundo a proposta dirigida por Alexandre Ferreira, devia promover “tanto quanto possível, a educação moral, social, estética e científica do povo português” sendo que “instruir era construir”, foi o lema adoptado pela Universidade⁴⁴. Devia haver um esforço conjunto dos vários grupos sociais para desenvolver a instrução, bem como a necessidade de a divulgar, assim como outros benefícios educativos. Pretendia-se a formação do “homem forte do seu valor numa sociedade nova, bela e cheia de justiça.”⁴⁵

A ligação de algumas personalidades fundadoras da Universidade Livre à Maçonaria implicava o desejo de mudança radical do homem e da sociedade, uma tarefa ambiciosa que precisava de apoios vários⁴⁶. Os princípios de solidariedade entre os sectores sociais, a formação de uma consciência colectiva, e de um espírito racional e crítico, punham-se em prática no ensino popular, e eram nesse contexto um objectivo essencial.

⁴¹ Jaime Cortesão, in *A Vida Portuguesa* n.º 3 (30-11-1912), pp. 19-20, Joaquim Pintassilgo, *O projecto pedagógico das Universidades Populares no Portugal das primeiras décadas do século XX*. Comunicação apresentada no IV Congresso brasileiro de História da Educação - *A educação e os seus sujeitos na história*. Anais, Universidade Católica de Goiás, 2006, p. 5, e Paulo Samuel, *A Renascença Portuguesa – Um Perfil Documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990, pp. 115-117.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 6.

⁴³ Rogério Fernandes, *As Universidades Livres e Populares e o problema da cultura popular*, in *Vértice* n.º 117 – 2ª série (Maio - Junho 2004), p. 103.

⁴⁴ Marlene Oráide Neves refere que esta máxima de Vítor Hugo estava presente em toda a documentação da Universidade, cf. *op. cit.*, p. 44.

⁴⁵ Joaquim Pintassilgo, *op. cit.*, p. 7.

⁴⁶ Sobre as pessoas e as instituições às quais foi pedido o apoio para a Universidade Livre, cf. Rogério Fernandes, *A Universidade Livre para a Educação Popular*, pp. 107-121.

Além da assistência nas aulas, publicaram-se obras como consequência do seu papel de divulgação cultural⁴⁷. Fazendo a República o cidadão, a Universidade Livre devia fazer o homem, era a máxima dos promotores da Universidade Livre⁴⁸.

Buscando encontrar explicação para a fraca adesão da classe operária, numa “preparação primária que lhe permita tirar proveito das conferências e cursos da Universidade Livre do Porto” escreveu isso num artigo publicado na revista *A Vida Portuguesa*. No mesmo artigo afirmava, “Isto me leva a crer que uma parte do operariado não se tenha ainda convencido da extraordinária importância que a educação haja para a solução da questão económica, como para o seu progresso e valorização definitiva nas lutas do futuro... Isso me leva a reflectir sobre aquilo a que se poderá chamar o revolucionarismo providencialista...”⁴⁹

Jaime Cortesão mostrava o seu desencanto com o desinteresse ou pouca preparação do povo para adquirir conhecimento. De facto, os representantes da Renascença Portuguesa enfrentavam esse grande obstáculo que era o analfabetismo da maioria da população. O analfabetismo não era só não saber ler e escrever, era também a ignorância de quem tinha estudado, necessitando os letrados muitas vezes de serem instruídos, aplicando-se também a eles o analfabetismo. O sistema de ensino era criticado também por ele, não tendo a República levado a que se alterasse profundamente, mantendo-se os seus defeitos. Em testemunho escrito na *Vida Portuguesa*, o modo simplista como a população de um modo geral encarava a República, e consequências como o aumento da carestia de vida, era motivado pela sua ignorância, e incapacidade de perceber o que o novo Regime trazia de benéfico⁵⁰. Note-se aqui que parece haver nestes vários testemunhos da forma como o meio trabalhador encarava estas iniciativas, que aparentemente não eram vistas com grande entusiasmo, havendo para as pessoas outras prioridades como ter uma melhor situação económica.

Era feita a comparação com o modelo de ensino popular francês, e criticadas as limitações do português, com a dificuldade que havia em se dirigir às classes mais desfavorecidas, sendo que em França as Universidades Populares destinavam-se quase só ao operariado⁵¹.

⁴⁷ Joaquim Pintassilgo, *op. cit.*, p. 1.

⁴⁸ António Pedro Pita, *op. cit.*, p. 253.

⁴⁹ Jaime Cortesão, *A Universidade Popular e o Operariado*, in *A Vida Portuguesa* nº 19, 1913, p. 145, apud Joaquim Pintassilgo, *As universidades Populares [...]*, p. 7.

⁵⁰ Jaime Cortesão in *A Vida Portuguesa*, nº 19 (1-11-1913), p. 145, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 169-171.

⁵¹ In *A Vida Portuguesa*, Ano I, nº 3 (30-11-1912), pp. 19-20, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 115-117.

Na verdade, a realidade social portuguesa era duramente criticada, e mesmo aqueles que sabiam ler, e os que tinham mais estudos como os bacharéis, eram considerados pelos membros do movimento renascentista como “analfabetos” por serem ignorantes apesar da sua escolaridade.

O aluno das escolas portuguesas era retratado de modo muito crítico por Jaime Cortesão, que referia que a República ainda não tinha modificado essa situação, sendo difíceis de alterar rapidamente os vícios do ensino português⁵². Criticava o domínio da ignorância e do fanatismo entre a população, e a pouca adesão do operariado ao ensino da Universidade Popular era explicada pela “pouca preparação primária da população em geral.” O desinteresse pelas lições era explicado pelo excessivo trabalho e as poucas horas de repouso⁵³. Em testemunho na *Vida Portuguesa*, Cortesão referia isso mesmo: “às lições da nossa Universidade Popular do Porto tem ocorrido em diminutas proporções, é certo, a classe operária.”⁵⁴

Os propósitos da Universidade Livre de Lisboa eram distintos nalguns aspectos dos das Universidades Populares, como se verá adiante com maior pormenor. O público a quem se devia dirigir a sua actividade, variava no seu nível social e nos conhecimentos adquiridos, sendo de um modo geral mais instruído, e por isso o seu ensino era mais complexo. Inicialmente a Universidade Livre dirigiu-se a trabalhadores com mais escolaridade e outra cultura como eram os profissionais liberais, passando depois a ter outra abrangência de público, devendo as Universidades Livres ter a função de preparar os alunos para que continuassem a estudar com vista a uma possível entrada na Universidade Pública.

Assim, teriam um público de certo modo com mais conhecimentos que aquele que frequentaria as Universidades Populares. O interesse do público por estas organizações variava também, e isso reflectiu-se ao longo do tempo na matéria que era dada e pesquisada nos cursos livres, e de como eram acompanhados pelo público, qual a sua afluência e de como acompanhava as lições⁵⁵.

Além do contributo da Maçonaria para a função de angariação de meios financeiros, a Universidade Livre tinha uma base de apoio entre algumas das maiores figuras da

⁵² Idem, *ibidem*, pp. 116-117 e Rogério Fernandes, *As Universidades Livres e Populares e o problema da cultura popular*, in *Vértice* nº 117 – 2ª série, p. 100.

⁵³ Rogério Fernandes, *As Universidades Livres e Populares e o problema da cultura popular*, in *Vértice* nº 117 – 2ª série, 2004, p. 102.

⁵⁴ Jaime Cortesão, in *A Vida Portuguesa* (16-1-1913), apud Helena Neves, *op. cit.*, p. 30.

⁵⁵ Paulo Samuel refere o *Boletim Estatístico da Renascença Portuguesa*, que contabilizou os participantes nos cursos, ver Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 59-63.

República, dando-se o caso de até o Presidente da República Manuel de Arriaga ter estado presente na sua sessão inaugural no Coliseu da rua da Palma, mas também recebeu o apoio mais ou menos evidente de figuras republicanas como Magalhães Lima, Teófilo Braga e Afonso Costa⁵⁶. Nas Universidades Populares esse contributo e apoio oficiais não parecem ser tão nítidos, não sendo também tão homogéneo em termos políticos e sociais, o que se percebe tendo em conta o público mais disperso a quem se dirigiam. Havia de facto essa vontade de alargar o ensino a um público mais vasto e de diferentes estratos sociais.

4. Os antecedentes da Renascença Portuguesa: as associações portuenses do final do século XIX

No final do século criaram-se no Porto organizações republicanas como foi o caso da Liga Patriótica do Norte dirigida por Antero de Quental que tinha como secretários Sampaio Bruno e Basílio Teles, e que em 1890 reagiu contra o Ultimato inglês e prepararam a revolução republicana de 1891⁵⁷.

Nesse momento de indignação e protesto nacionais, surgiu o mito do “Encoberto”, com o sebastianismo que surgiu então com uma nova interpretação a partir da obra de Sampaio Bruno, e de ligações ao decadentismo e ao simbolismo, estava ligado ao “homem novo” que iria surgir das trevas, para redimir os erros do passado, uma explicação para o tópico da redenção da Pátria⁵⁸. Esta influência foi também classificada como Romântica numa fase mais tardia, localizada no Porto e com antecedentes em Amorim Viana⁵⁹.

Na verdade, desde o início da segunda metade do século XIX, que coincidiu com o início da Regeneração em 1851, que tinham existido associações culturais que representavam novas formas de pensamento, dominadas pelo racionalismo.

⁵⁶ Rogério Fernandes, *A Universidade Livre para a Educação Popular*, pp. 123-124.

⁵⁷ Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Direcção), Fernando de Sousa e A. H. Oliveira Marques (Coordenação), *Nova História de Portugal*, Vol X – *Portugal e a Regeneração*, Editorial Presença, 2004, pp. 507-510.

⁵⁸ Pinharanda Gomes, *A Renascença Portuguesa*. Teixeira Rêgo, Biblioteca da Educação, p. 20.

⁵⁹ Paulo Borges e Bruno Bêu de Carvalho (Coord.), *A Renascença Portuguesa: Tensões e Divergências*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014, pp. 16-18.

Destacou-se então o filósofo e matemático Amorim Viana⁶⁰, com a sua obra sobre Religião, um “Deísmo Racionalista” como definiu o seu aluno Sampaio Bruno, fazendo uma análise racional das crenças religiosas, e criando uma escola de pensamento muito situada no Porto, onde lecionou⁶¹. Mas este filósofo mantendo uma visão racionalista da Religião, não concilia a Razão com a Fé, considerando que a Religião e a Ciência são inconciliáveis e opostas⁶². Também as Conferências do Casino Lisbonense em 1870-71, numa fase de grande convulsão política e social, influenciaram inevitavelmente o pensamento e a acção cultural dos seus participantes⁶³. No Porto formou-se em 1883 mais uma organização desse tipo, a Organização Propagadora de Ensino Democrático, dedicada à publicação de jornais e outras obras de instrução popular, sendo uma sociedade dirigida por Alves da Veiga⁶⁴.

Outras formas de pensamento que surgiram entretanto a partir do pensamento racionalista sobre a Religião, eram o saudosismo de Teixeira de Pascoaes cuja doutrina é criticada por Óscar Lopes e António José Saraiva na sua *História da Literatura*, e que Jacinto do Prado Coelho associou ao Neo-romantismo⁶⁵, de uma forma talvez algo resumida e simplista tal como o fez José Seabra Pereira de forma mais desenvolvida na *História da Literatura Portuguesa*⁶⁶, e o Criacionismo de Leonardo Coimbra que sofreu uma grande influência do Racionalismo e estava também ligado ao Saudosismo, destes filósofos da “Escola portuense”, sendo que o Criacionismo era uma teoria filosófica que lembrava o equilíbrio social e a acção humana como acto criativo e livre, sendo por isso uma filosofia da liberdade criadora de cada um, ligada à influência anarquista do poder criador da vontade própria, e o saudosismo uma consciência activa da capacidade humana, sendo a saudade entendida como uma força activa e criadora e não um

⁶⁰ Pedro de Amorim Viana (Lisboa 21-12-1822 - Lisboa 25-12-1901), foi um importante filósofo e matemático que influenciou o pensamento da segunda metade do século XIX, sendo considerado o fundador da Filosofia Contemporânea, que surgiu no Porto onde foi professor da Academia Politécnica. Foi também um dos fundadores do jornal *A Península*. As suas principais obras sobre Religião e o pensamento racionalista foi “A Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé” (1865). Na interpretação que fez deste tema Joel Serrão, é demasiado generalista considerar que houve uma escola de Filosofia situada no Porto, que influenciou todo o pensamento filosófico português, além de criticar a influência de Sampaio Bruno, sobre autores de todo o país, como os Modernistas e Saudosistas.

⁶¹ Paulo Borges e Bruno Bêu de Carvalho (Coord.), *op. cit.*, pp. 15-17.

⁶² Idem, *ibidem*, p. 17.

⁶³ Sobre as Conferências do Casino, cf. João Medina, *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, Lisboa, ed. Dom Quixote, 1984.

⁶⁴ Lia Ribeiro, *op. cit.*, p. 169.

⁶⁵ Sobre a interpretação literária do Saudosismo, cf. António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., Porto, Porto Editora, 1996, pp. 1018-19, e Jacinto Prado Coelho (Dir.), *Dicionário da Literatura Portuguesa* (3ª ed.), Porto, ed. Figueirinhas, 1984, pp. 779-783.

⁶⁶ José Seabra Pereira, *O Neo-Romantismo Saudosista de Teixeira de Pascoaes*, in Carlos Reis (Dir.), *História da Literatura Portuguesa*, Vol. VI – *Do Romantismo ao Saudosismo*, ed. Alfa, 2003, pp. 263-284.

sentimento passivo, com poder de intervenção social⁶⁷, e sendo assim é possível fazer a ligação entre o saudosismo e o criacionismo num apelo à união e harmonia entre os homens, o que era uma constante no pensamento dos seus autores⁶⁸. Mas o Criacionismo tinha uma doutrina e um objectivo diferentes do saudosismo, e fez escola entre os discípulos de Leonardo Coimbra como Sant'Anna Dionísio, Delfim Santos e José Marinho, entre outros, gerando uma escola de pensamento centrada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto que tinha sido uma iniciativa de Leonardo Coimbra enquanto Ministro da Instrução, e que depois foi encerrada pelo Estado Novo, deslocando a sua actividade para Coimbra e Lisboa, onde continuou com outro tipo de problematização e discussão crítica, formando-se um círculo de notáveis pensadores que discutiam os problemas filosóficos, aplicados no quotidiano, e sendo um foco de contestação ao novo regime ditatorial. Os problemas do ensino não eram esquecidos, e fazia-se uma apologia do pensamento livre, e de novas ideias que fossem nacionais. Nesse aspecto as correntes saudosista, criacionista e mesmo racionalista estavam de acordo na afirmação dos aspectos originais da nossa cultura, e no gosto pela pesquisa dos costumes antigos, num saber etnográfico que se pretendia alcançar. Havia em comum uma preocupação com o novo e o original, sem recorrer a imitações. Em comum havia uma crítica ao domínio do Positivismo como corrente de pensamento dominante.

As associações culturais reuniam-se nas tertúlias dos grémios e cafés portuenses onde tinham uma intensa actividade cívica, formando-se associações políticas⁶⁹. O decadentismo do final do século era uma forma de pensamento que tinha origem no ultimato inglês de 1890, que originou o movimento cultural posterior. Tinha uma grande influência estrangeira, seguindo o pensamento pessimista dessa altura, com nostalgia de tempos antigos que já não voltavam numa sociedade em constante mudança, e com um progresso industrial e urbano acentuado.

A reacção patriótica ao Ultimato uniu todos os quadrantes políticos e sociais⁷⁰, e o seu envolvimento na revolta falhada de 31 de Janeiro de 1891 provocou a sua divisão. Em

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 39. O Criacionismo é também associado ao Intuicionismo de Bergson, in Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, p. 1022.

⁶⁸ Fernando Catroga e Paulo Archer de Carvalho, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, 1996, p. 293.

⁶⁹ Paulo Samuel, *A Águia e o movimento "Renascença Portuguesa"*, p. 3.

⁷⁰ Gaspar Pereira, Conferência promovida no Ateneu Comercial do Porto em 31 de Janeiro de 2000, na cerimónia evocativa da revolta republicana do Porto de 1891, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, III série, Vol. I, 2000, p. 113.

1896 fundou-se o Grupo Republicano de Estudos Sociais, que teve inúmeras adesões e substituiu de algum modo a actividade que tinha sido da Liga Patriótica do Norte⁷¹.

Encontram-se nessa acção cultural, os antecedentes do pensamento da Renascença Portuguesa: na filosofia de Sampaio Bruno e na sua tese do “Encoberto” e da República por si idealizada. A “filosofia da pátria” foi uma ideia criada por si na sequência dos acontecimentos do “Ultimato” de 1890 e que foi desenvolvida por Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, entre outros, eles que depois fariam parte dos corpos gerentes da Renascença⁷², sendo que Guerra Junqueiro com uma participação mais simbólica que os outros, também por estar já nos últimos anos de vida e se mostrar cada vez mais desiludido com o rumo da República, foi um dos autores mais velhos que sempre demonstrou o seu apoio à nova iniciativa⁷³.

Sampaio Bruno foi então considerado o fundador da filosofia portuguesa inserido no movimento decadentista⁷⁴, mas é considerada uma afirmação discutível que Joel Serrão contestou, considerando que a sua obra não se enquadra num todo a que se possa chamar “filosofia nacional⁷⁵”. O seu pensamento especulativo, anti-positivista e metafísico, com influência do ocultismo, foi representado pela primeira geração da “Renascença” com os seus discípulos que lhe deram seguimento com o saudosismo e o sebastianismo⁷⁶. No entanto várias vezes se fica com a sensação que não foi devidamente compreendido na sua época, apesar de toda a admiração que os escritores mais novos lhe dedicavam, como foi principalmente o caso de Teixeira de Pascoaes e Fernando Pessoa, sendo que este até lhe enviou o primeiro número do *Orpheu*, pedindo-lhe opiniões e conselhos no último ano de vida do filósofo portuense em 1915⁷⁷. Alguns dos autores da Renascença foram também influenciados pelo misticismo transcendental e esoterismo, que estavam ligados à Filosofia de Sampaio Bruno, assim como ao cepticismo religioso, e à dúvida metafísica sobre questões da existência humana.

Outra figura relevante no movimento decadentista foi outro escritor e filósofo portuense, Basílio Teles, que também se dedicou a escrever e teorizar ensaios sobre a República e esteve muito envolvido no movimento republicano, principalmente com a

⁷¹ António Ventura, *op. cit.*, pp. 21-25 e 28-29.

⁷² Manuel Gama, *O movimento 57 na cultura portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1991, p. 43, e Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 39-43.

⁷³ Alfredo Ribeiro dos Santos, *A Renascença Portuguesa: um Movimento Cultural Portuense*, Prefácio de José Augusto Seabra, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990, pp. 31-38.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 41.

⁷⁵ Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, Porto, p. 36.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 35.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 35-37.

revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, defendendo uma Ditadura para que as reformas republicanas se pudessem realizar⁷⁸. Demonstrou o seu desagrado com a República de 1910, afastando-se progressivamente da vida política. Estudando as oposições entre a ciência e a religião, escreveu em 1913 o ensaio “A questão religiosa”, como forma de intervenção política em que defendia a laicização das instituições do Estado⁷⁹.

A intervenção cultural e cívica no Porto foi decisiva para o surgimento do movimento da *Renascença Portuguesa* que aí encontrou os seus alicerces. A herança da revolta de 31 de Janeiro estava presente nos seus fundadores, e a identificação na acção política da sociedade portuense com a formação do movimento cultural era clara. Basílio Teles e Sampaio Bruno não acreditavam na República de 5 de Outubro, quer pela influência positivista de alguns dos seus principais ideólogos, quer pela sua localização em Lisboa, que consideravam uma cidade cheia de vícios, em que as pessoas não tinham honra, nem valores morais⁸⁰. Note-se que a maior parte destas organizações derivavam dos vários agrupamentos portuenses de militância política e cívica do final do século.

Surgiram nos anos seguintes algumas organizações culturais que antecederam a Renascença: alguns dos membros que vão formar a Renascença Portuguesa em 1911, já se tinham reunido em 1907, quando foi publicada a revista de inspiração anarquista *Nova Silva*. Os seus autores eram na maioria estudantes de Coimbra, como Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra, e esta publicação contestou o regime ditatorial de João Franco. A sua publicação durou cinco números os primeiros meses desse ano, sendo depois terminada compulsivamente devido a ordem do Governo, enquanto terminava também a greve académica de Fevereiro e Março.

Em 1908 foi criada também no Porto a associação “Amigos do ABC”, também com o objectivo de combater o analfabetismo e de esclarecer as pessoas sem conhecimentos, alertando os meios populares para a importância da instrução, com a realização de actividades educativas, e sessões de esclarecimento e de incentivo cultural. Os seus membros mais influentes como Jaime Cortesão, Álvaro Pinto, Leonardo Coimbra e Cláudio Basto tinham feito parte da *Nova Silva* e mantinham o espírito anarquista de luta pela liberdade criadora e de contestação ao regime e à sua política educativa, reclamando a necessidade de alterações profundas no sistema de ensino, algo que irão continuar a

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 37.

⁷⁹ António Braz Teixeira, *O pensamento filosófico de Basílio Teles*, p. 17.

⁸⁰ Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 61-66.

exigir nas publicações seguintes⁸¹. Álvaro Pinto sendo o director da *Águia* e o responsável pela edição das suas obras, teve também uma interessante incursão pela dramaturgia em projectos anarquistas, ele que tinha colaborado em 1906 na *Semana Azul*, e entretanto Cláudio Basto que se dedicou mais ao tema da etnografia portuense e das suas regiões próximas, fundaria juntamente com Augusto Martins mais uma importante publicação portuense, a revista *Portucale*, mas que teve também uma curta duração, dando seguimento ao projecto da Renascença com alterações feitas pelos seus principais autores, que entretanto apareceram⁸².

Outra publicação que surgiu depois em 1927, foi a revista *Presença*, que fez ressurgir o realismo e o modernismo, da qual faziam parte uma nova vaga de escritores com uma nova escola literária que ocupava um vazio cultural importante. A pesquisa dos costumes regionais foi também um aspecto importante desta época na aprendizagem de novos métodos, tendo em conta a ideologia fortemente nacionalista do ensino republicano, e que os vários autores pretendiam transmitir. Esta publicação foi de grande importância para dar a conhecer a obra modernista, principalmente os heterónimos de Fernando Pessoa, que era amigo de um dos seus fundadores João Gaspar Simões, a quem enviava correspondência com os seus poemas e artigos⁸³.

A nova interpretação da crença religiosa, dada pelo criacionismo, era relacionada com o Homem novo e actuante na sociedade que se pretendia nos novos tempos. O tópico da condição humana era discutido, em aspectos como a relação do indivíduo com a Religião e com as instituições. O Criacionismo não punha de parte a íntima ligação com Deus e as questões religiosas e metafísicas que sempre acompanharam o pensamento de Leonardo Coimbra. Mas as influências anarquistas deste autor na sua juventude, marcaram-no desde jovem, até na sua vida pessoal, acabando por converter-se ao catolicismo pouco tempo antes de morrer, também por influência familiar. No seu percurso académico tinha sempre mostrado ser muito céptico em matéria religiosa, e a sua simpatia pelo

⁸¹ Fernando Catroga [et al], *A Águia e a Renascença Portuguesa no contexto da República: 1910–2010*, Organização de Arnaldo de Pinho e Celeste Natário, Porto, ed. Centenário da Renascença, Universidade do Porto-Faculdade de Letras, 2011, pp. 21 e 47-48, e Paulo Samuel, *Teixeira de Pascoaes na revista “A Águia”*, Ed. Caixotim, 2004, p. 24, e Óscar Lopes e António José Saraiva, *História da Literatura Portuguesa* (11ª edição corrigida e actualizada), Porto Editora, pp. 1020-1024.

⁸² António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 1022.

⁸³ Na correspondência que Pessoa e Gaspar Simões trocaram, estavam com frequência versos inéditos, cf. Jacinto Baptista, *Sérgio e Pessoa: Encontros e Desencontros*, ed. Portugaláia, 1992, pp. 43-58.

criacionismo derivava também do ideal anarquista, da valorização da vontade individual e da sua energia criadora⁸⁴.

O papel destas publicações era também de divulgação das várias correntes políticas, através das formas de pensamento dos seus autores, que eram assim divulgadas de um modo que se pretendia fosse mais abrangente. Neste aspecto é importante salientar a vasta obra de Maria Filomena Mónica, Manuel Villaverde Cabral e Vasco Pulido Valente sobre a sociedade portuense e a sua acção política, nomeadamente a socialista, que se distinguia de Lisboa e também a tese de Doutoramento de Maria João Guimarães e Castro, *O Operário*, sobre o movimento Socialista no Porto, e as suas várias divisões⁸⁵. As causas para a divisão e enfraquecimento do movimento socialista a partir de finais da década de 70 do século XIX, foram motivo de debate entre estes autores, assim como a cronologia do aparecimento de outros agrupamentos anarquistas e sindicais⁸⁶.

Um período marcado pelo crescimento das convulsões sociais, pela descrença na regeneração moral da sociedade, mas por um fecundo debate ideológico, em várias áreas como a política, a cultural, e que provocou novas formas de intervenção cívica.

⁸⁴ Leonardo Coimbra (Borba do Godim, Lixa, 30-12-1883 – Porto, 2-1-1935), foi uma das mais marcantes personalidades da cultura portuguesa do início do século XX. Com uma juventude influenciada pelo pensamento anarquista, aderiu ao Republicanismo, tendo colaborado em inúmeras publicações culturais. Foi Ministro da Instrução em 1919 e 1923, tendo criado as Escolas Primárias Superiores, e esteve na criação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que dirigiu e onde lecionou. Foi autor da tese *O Criacionismo – Esboço de um Sistema Filosófico* (1912). O seu pensamento foi aliás muito marcado pelo existencialismo, e a constante interpretação crítica da condição humana e da questão religiosa. Ver Leonardo Coimbra, *Obras completas*, Introdução de Ângelo Alves, Prefácio de Manuel Cândido Pimentel, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, e *Leonardo Coimbra: colectânea de Estudos*, Prefácio de Pinharanda Gomes, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1985.

⁸⁵ Cf. Maria de João Abreu Guimarães e Castro, *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1999. De Maria Filomena Mónica interessa referir os seus vários contributos no estudo do Socialismo e do Operariado, como as suas obras, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Prefácio de Francisco Salgado Zenha, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985, *Artesãos e Operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, e *A Formação da Classe Operária Portuguesa: Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

⁸⁶ Sobre este aspecto, ver Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado Português nas Vésperas da República (1909-10)*, Lisboa, Presença, 1977, e João Freire, *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofícios e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal: 1900-40*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento, 1992.

5. A formação da Renascença Portuguesa

O movimento da Renascença surgiu no Porto, sendo que os mais importantes dos seus membros eram da região do Marão, e mais concretamente dos vales do Tâmega e do Sousa: Teixeira de Pascoaes de Amarante, Álvaro Pinto de Barca d'Alva e Leonardo Coimbra de perto da Lixa, sendo que Jaime Cortesão era de uma zona mais a sul, de Ançã, perto de Cantanhede. Como a palavra indicava, pretendiam a recuperação de um passado glorioso e dos valores nacionais que consideravam em crise. Como afirmava Teixeira de Pascoaes no manifesto inicial do grupo, “A Renascença Lusitana é uma associação de indivíduos cheios de esperança, fé na nossa Raça, na sua originalidade profunda, no seu poder criador duma nova civilização. Esta fé e esta esperança não resultam duma ilusão patriótica, mas do conhecimento verdadeiro da alma lusitana, a qual devido a influências estrangeiras de natureza política, artística, literária e sobretudo religiosa, se tem adulterado nos últimos séculos da nossa História perdendo o seu carácter, a sua fisionomia original e, portanto, as suas forças criadoras e progressivas.” Percebe-se nestas palavras a apologia da Raça, dos valores patrióticos e o ressurgimento da cultura. No entanto a proposta de Teixeira de Pascoaes do nome “Renascença Lusitana” foi rejeitada e a denominação que ficou foi “Renascença Portuguesa”, pois o grupo lisboeta da associação formado principalmente por António Sérgio, Raul Proença e Luís Câmara Reis opunha-se ao lusitanismo, e a uma cultura originalmente nacional, e defendia a abertura à Europa⁸⁷. Assim a revista *Águia*, órgão da “Renascença” foi publicada pela primeira vez em 1 de Dezembro de 1910, uma data cheia de simbolismo, e adequada aos objectivos reformadores do grupo.

Na primeira edição, alguns autores fizeram uma espécie de introdução, falando dos objectivos da revista e os motivos da sua publicação. Um dos primeiros textos é de Teixeira de Pascoaes, alguns complementados com caricaturas dos colaboradores, algumas da autoria de Jaime Cortesão, e ilustrações de António Carneiro, o autor da capa da revista⁸⁸. Outro dos artigos iniciais da *Águia*, pertenceu a Manuel Laranjeira,

⁸⁷ Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 31-38.

⁸⁸ António Carneiro (Amarante, 16-9-1872 – Porto, 31-3-1930), destacou-se como ilustrador da *Águia*, mas também como colaborador no movimento da “Renascença”. Anteriormente tinha colaborado na *Revista da Nova*, na *Serões*, e depois nas publicações *Atlântida*, *Contemporânea* e *Terra Portuguesa*. Foi um dos principais pintores da sua época, com destaque para o retrato de figuras e paisagens. Além da capa da *Águia*, pintou também outra imagem icónica deste órgão, como foi o Pensador, muito semelhante à famosa escultura de Rodin. Nesta revista trabalhou como desenhador, com vários retratos publicados, tendo recebido vários louvores pela sua actividade. Cf. Ana Mântua, *António Carneiro* in Maria Fernanda Rollo (Coord.), *op. cit.*, pp. 549-550.

precocemente desaparecido em 1912⁸⁹. Este autor seria amigo de alguns dos mais eminentes escritores espanhóis da época como foi o caso do basco Miguel de Unamuno, que estudou os costumes portugueses, e caracterizou a mentalidade decadentista nacional, como sendo a de “um povo de suicidas”⁹⁰. Unamuno iria também apoiar Teixeira de Pascoaes na sua longa polémica com António Sérgio em relação ao Saudosismo⁹¹.

Durante a fundação da sociedade foram feitos dois Manifestos, o primeiro de Teixeira de Pascoaes escrito após a primeira reunião do grupo em Coimbra a 27 de Agosto de 1911, e o segundo de Raul Proença na segunda reunião em Lisboa a 17 de Setembro desse ano, o que já indiciava divergências entre os seus fundadores⁹². Foram entretanto criados três comités para admissão de sócios e divulgação da Sociedade em Lisboa, Porto e Coimbra, como era indicado na 2ª alínea do Artigo 1º dos Estatutos da Renascença, tendo depois sido criado um no Rio de Janeiro⁹³. Os estatutos determinaram que a Direcção seria de Teixeira de Pascoaes, havendo uma comissão financeira, e científica. Os associados tinham regalias na aquisição da *Águia*, pagando menos do que aqueles que não eram sócios, assim como no acesso às obras da Biblioteca⁹⁴.

Apesar de não assumir ser o líder do grupo, o ascendente de Teixeira de Pascoaes predominava naturalmente sobre os outros membros, sendo dele os textos iniciais que afirmavam a criação do movimento e os seus objectivos. O seu primeiro manifesto foi revelado depois da reunião de Coimbra, sendo depois apresentada a revista *A Águia* também num seu artigo intitulado “Renascença”, sendo considerado pelos membros fundadores como o seu “líder” e inspirador, à excepção de António Sérgio e Raul Proença que não seguiam o seu pensamento saudosista e místico⁹⁵.

Entre os seus principais membros, Teixeira de Pascoaes e António Sérgio partilhavam uma concepção elitista do ensino, apesar de algumas contradições sobre o aspecto da educação que fez parte da sua actividade cultural. Para eles o processo de alfabetização não deveria ser acessível a todos, e devia dar-se nas classes mais abastadas, com outra responsabilidade cultural, no entendimento que tinham da cidadania. Assim exprimiram essa vontade na revista *Águia*, com vários artigos onde justificavam essa posição.

⁸⁹ Maria Fernanda Rollo (Coord.), *op. cit.*, pp. 238-241.

⁹⁰ Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, p. 1021.

⁹¹ Jacinto Baptista, *Sérgio e Pessoa: Encontros e Desencontros*, pp. 22-23.

⁹² Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 13.

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 39.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, pp. 44-52.

⁹⁵ Idem, *ibidem*, pp. 52-53.

Em “O génio português” o poeta afirmou que “se a instrução que para aí se dá nas cidades, houvesse atingido o Povo dos campos, nada restaria já de Portugal, além das suas paisagens... felizmente por incúria dos governos, evitou-se tão grande mal⁹⁶”. Nota-se aqui também a opinião dominante no meio rural, de que a actividade agrícola e a necessidade de mão-de-obra para aí trabalhar, era incompatível com o ensino oficial.

A posição dos principais membros da Renascença em relação à instrução divergia bastante, debatendo nas páginas da *Águia* as suas várias opiniões. No entanto, enquanto Pascoaes pretendia a nacionalização do ensino, assim como o saudosismo propunha uma cultura portuguesa original, livre da influência estrangeira, o racionalismo e a influência idealista dos filósofos alemães e ingleses, levava a que António Sérgio não recusasse a influência estrangeira nos métodos de ensino, sendo tal como outros autores criticado por aderir ao estrangeirismo, e a ideias consideradas mais modernas, o que a sua longa permanência em vários países também propiciou que recebesse outro tipo de influência cultural. Neste aspecto como em outros, Sérgio vai ter um entendimento diferente do de Jaime Cortesão de quais deviam ser os grandes objectivos das Universidades Populares, como adiante se verá.

Relacionadas com o problema da reforma educativa estavam as condições políticas e sociais também debatidas de forma aprofundada, devendo ter uma componente nacionalista, baseando-se em estudos de experiências feitas no estrangeiro. Enquanto o regime republicano pretendia o aumento do número de escolas, e a redução do analfabetismo, surgiu a tendência de criar instituições de ensino fora do Estado como actividade cultural promovida pela Renascença⁹⁷, mas havia posições contrárias sobre o alcance que o ensino devia ter na população: sendo promovido o ensino obrigatório, uma importante figura do Partido Republicano, Basílio Teles⁹⁸, opunha-se a que se não abrissem escolas enquanto não fossem reformadas e laicizadas conforme os princípios

⁹⁶ Helena Neves, *op. cit.*, p. 24. Em *Ensaio I*, António Sérgio apesar de achar que a cultura deve ser aberta ao resto da sociedade, não é claro no modo como essa abertura devia ser feita, cf. António Sérgio, *Ensaio I*, p. 129, apud Isabel Marnoto, *António Sérgio: Claridades e Sombras*, in *Revista de História das Ideias*, nº 5 - *António Sérgio*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1983, ed. Universidade de Coimbra, p. 129.

⁹⁷ António Pedro Pita, *O Poder do Saber – Competência e Cultura nas Universidades Republicanas de Educação Popular*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nºs 27-28, 1989, p. 251.

⁹⁸ Basílio Teles (Porto 10-2-1856-Viana do Castelo 10-3-1923), foi uma das mais importantes figuras do Republicanismo no final do século XIX, início do século XX. Além de político foi também professor e ensaísta, e esteve ligado ao movimento republicano de 31-1-1891 no Porto. Mostrou-se desiludido com a República implantada em 1910, recusando importantes cargos políticos, como o de Ministro das Finanças logo após a Revolução de 5 de Outubro, retirando-se aos poucos da vida política, cf. a entrada sobre *Basílio Teles*, in Maria Fernanda Rollo (Coord.), *Dicionário [...]*, e Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 31-38.

republicanos. Outra posição importante nesse sentido, esta no seio da Renascença era a de António Sérgio que propunha a mudança do sistema de ensino, sendo que devia ter uma função prática de preparação para a vida profissional, deixando de ser apenas um ensino de memorização e repetitivo, evoluindo os vários interesses conforme fosse a idade dos alunos⁹⁹. Tudo isso estaria relacionado com uma nova filosofia e entendimento da pedagogia, pressupondo alterações profundas no ensino, considerado ultrapassado¹⁰⁰. O ensino que formava “bacharéis” para terem os empregos do Estado, era criticado por vários membros da organização além de António Sérgio, considerando-o um mal que devia ser extinto da sociedade, havendo nesse aspecto um maior acordo de opiniões, sobre um sistema de ensino considerado ultrapassado, sendo que foi Leonardo Coimbra quem criou as Escolas Primárias Superiores quando foi Ministro da Instrução, que como se verá adiante, seria o próprio António Sérgio acabaria por as extinguir, quando foi também Ministro da Instrução num breve Governo chefiado por Álvaro de Castro.

Como resultado do sistema de ensino em vigor, não se formavam cidadãos com espírito crítico, apenas um conjunto de funcionários habituados a receber ordens sem as contestar. Partilhavam dessa opinião outros dos principais membros da organização como Jaime Cortesão e Raul Proença, referindo Jaime Cortesão no primeiro artigo sobre as Universidades Populares publicado na revista *A Vida Portuguesa* que muitas vezes eram mesmo os mais letrados quem mais precisava de educação¹⁰¹. O “ensino da cartilhinha” como lhe chamava António Sérgio, referindo a importância que teve a cartilha maternal de João de Deus¹⁰², era criticado de forma dura por representar um sistema de ensino assente na memorização e repetição, em que não se desenvolvia a criatividade e a capacidade de raciocínio, e propunha-se a reforma total do ensino com as universidades populares a serem um meio de instrução complementar e de formação cívica. João de Barros, um escritor republicano que interveio de forma empenhada nos problemas educativos, tendo funções políticas nessa área, procurou adaptar o ensino às necessidades da República com as suas teorias pedagógicas. Defendeu uma educação cívica e patriótica que exaltasse o que era nacional¹⁰³, algo que António Sérgio criticando não deixava também de defender na sua metodologia, salientando a importância das obras

⁹⁹ António Sérgio, *Ensaio sobre a Educação*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 181.

¹⁰⁰ Vasco Pulido Valente, *Estudos sobre a crise nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980. pp. 57-59 e Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 116.

¹⁰¹ Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 116.

¹⁰² Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, pp. 51-52.

¹⁰³ Ver João de Barros in Maria Fernanda Rollo (Coordenação), *Dicionário da República e do Republicanismo*, p. 390.

nacionais¹⁰⁴, e Jaime Cortesão enunciou nas páginas da *Vida Portuguesa* uma série de artigos justificando a sua necessidade¹⁰⁵: a educação do Povo considerado quer os portugueses que não receberam qualquer instrução, quer os que os que receberam um ensino defeituoso¹⁰⁶, dirigindo a sua crítica ao bacharel. A preparação para a vida profissional era feita com métodos considerados ultrapassados, que não incentivavam o raciocínio e o espírito crítico dos alunos.

Além disso, a introdução do ensino obrigatório implicava a reforma do ensino, adequando-o às exigências da era republicana, e da laicização do Estado que era pretendida. O debate que se deu então entre os membros da Renascença relacionava-se com os métodos de ensino que deviam ser usados, e quem deviam abranger. Havia posições mais liberais como as de Jaime Cortesão que considerava que o ensino devia ser dado de um modo totalmente diferente, por segundo ele o Povo ser ignorante¹⁰⁷, e a sua educação devia ser conseguida com o esforço de todos no sentido do interesse colectivo¹⁰⁸. Outras posições mais conservadoras eram as de Teixeira de Pascoaes que recusava que a instrução fosse dada em meios mais pobres ligados ao trabalho rural, não sendo alheio a isso o seu pensamento saudosista que elogiava as tradições e rejeitava mudanças nos costumes. Também outros poetas saudosistas membros da Renascença, como Manuel Laranjeira, Mário Beirão e Afonso Lopes Vieira da geração de Pascoaes e seus seguidores e admiradores¹⁰⁹, partilhavam das suas opiniões, e a filosofia de Pascoaes popularizada na Renascença com a criação de ideais de ressurgimento da pátria e de sentimentos de heroísmo e de sacrifício, que segundo ele “eram necessários na vida de

¹⁰⁴ Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, pp. 48-57.

¹⁰⁵ Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 119.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 119.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 116 e Joaquim Pintassilgo, *O debate sobre as Universidades Populares na imprensa portuguesa de educação e ensino. O exemplo de “A Vida Portuguesa” (1912-1915)*, p. 7.

¹⁰⁸ Joaquim Pintassilgo, *op. cit.*, p. 8.

¹⁰⁹ A colaboração de Manuel Laranjeira (Mozelos 17-8-1877 – Espinho, 22-2-1912) na *Águia* e na *Renascença*, foi efémera mas não deixou de ser significativa. Escreveu alguns artigos sobre vários temas, e fazendo alguma crítica literária como já tinha feito noutras publicações como a *Arte Nova*. Dotado de uma vasta cultura, foi amigo do escritor Miguel de Unamuno e colaborou com ensaios teatrais, para várias acções culturais e educativas. Nesse campo colaborou na autoria de peças para serem representadas pelo Teatro Livre em 1904-05. Ver a entrada *Manuel Laranjeira* in Maria Fernanda Rollo, *op. cit.*, pp. 238-241, Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, p. 1021, António Ventura, *op. cit.*, p. 159, e Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 31-38. Mário Beirão (Beja, 1-1-1890 – Lisboa, 1965), foi o poeta saudosista que para alguns críticos mais se aproximou de Pascoaes esteticamente, na religiosidade, panteísmo e sentimento místico. Formou-se em Direito na Universidade de Lisboa, e foi o autor do Hino e da Marcha da Mocidade Portuguesa. Alguns dos seus livros de poesia foram editados pela *Renascença*, como “Ausente”, “Lusitânia” e “Pastorais”. Depois de uma fase saudosista e mística, toma como outros o caminho do nacionalismo, como foi o caso das Poesias “Novas Estrelas” e “Mar de Cristo.” Cf. Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 1019-1020, e Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 106-108.

qualquer nação”¹¹⁰, foi depois por eles adoptada e também na ideologia de monárquicos e integralistas. Manuel Laranjeira apesar da sua efémera participação no grupo, foi o autor de um dos primeiros artigos publicados na *Águia*, intitulado “Os Homens Superiores na Selecção Social”¹¹¹, além de ter funções de crítico literário.

No caso de Afonso Lopes Vieira acabaria por se afastar dessa influência saudosista, criando um estilo próprio, mais ligado à sua experiência de vida burguesa. No final desta década, iria afastar-se de Pascoaes que nunca teve grandes posições políticas pelo menos de modo evidente, para aderir a movimentos nacionalistas, e de acção renovadora nacional, participando na revista *Vida Nova*, e depois fazendo parte do Integralismo Lusitano, colaborando a partir de 1922 na Revista *Seara Nova*, e na revista *Homens Livres*¹¹².

As posições divergentes entre os seus membros, faziam da Renascença uma associação em que havia uma grande variedade de ideias. Os seus fundadores assumiam a diversidade de pensamento e acolhiam todos os contributos culturais desde que bem intencionados. Isso mesmo salientou Teixeira de Pascoaes quando apesar da profunda diferença de opiniões que tinha com António Sérgio e Raul Proença, não deixou de reconhecer a sua influência no grupo, assim como a sua seriedade intelectual¹¹³. Essa característica de grande abrangência da Renascença foi alvo de críticas por outros grupos culturais que consideraram a associação de funcionar pelo “elogio mútuo”. Jaime Cortesão considerou serem muitos os obstáculos que dificultavam a actividade cultural e a sua divulgação, e tomou uma posição que afirmava os interesses culturais e a sua defesa. O boletim quinzenal *A Vida Portuguesa* iniciado em 31 de Outubro de 1912, teve esse objectivo de promover a discussão dos grandes problemas nacionais, e a procura de soluções, num esforço de abrangência cultural e social¹¹⁴. Foi aí que se concentrou a maior parte das importantes discussões entre os membros da Renascença, ou pelo menos aquelas que podiam ser tornadas públicas, já que a correspondência teve um papel também essencial neste aspecto, mas não se pode ainda reunir na sua totalidade.

¹¹⁰ Rui Ramos, *História de Portugal*, Vol. VI - *A segunda fundação (1890-1926)* (Direcção de José Mattoso), Editorial Estampa, [s. l.], 1994, pp. 532-533.

¹¹¹ António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 1021.

¹¹² João Medina, *O Pelicano e a Seara: Integralistas e Seareiros juntos na Revista Homens Livres*, Lisboa, António Ramos, 1978.

¹¹³ Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 140.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 113.

A propósito, é de lembrar o pensamento de João Chagas datado de 1914, de que o confronto de ideias em Portugal era impossível, dando logo lugar ao conflito¹¹⁵.

Também interpretando essa fonte publicada quinzenalmente, se conclui que ao contrário de António Sérgio, Cortesão era muito elogioso para Pascoaes, que considerava um poeta único no país, com uma verdadeira energia criadora. Essa tomada de posição iria de certo modo provocar também algum antagonismo com Sérgio que entrou desde cedo em confronto com o ideal saudosista.

O empenhamento dos membros da Renascença na educação tinha preocupações ligadas com um maior esclarecimento da sociedade, onde predominava o analfabetismo. Havia assim a consciência das dificuldades a ultrapassar, pois mesmo aqueles que tinham recebido instrução, sofriam de iliteracia, uma situação provocada pelo ensino que formava bacharéis, alvo de duras críticas pelos intelectuais do grupo. O ensino que não tinha continuidade na vida profissional, que se limitava a decorar palavras e esquemas abstractos, era considerado desadequado às novas exigências da época¹¹⁶. Os problemas da instrução levaram a que se formasse em 1907 a Liga Nacional de Instrução, havendo outras iniciativas que antecederam a Renascença¹¹⁷.

Desse modo os intelectuais republicanos procuraram colaborar na mudança do ensino, adaptando-o ao seu tempo, tomando várias iniciativas, e promovendo a discussão pública dos seus problemas. Utilizando recursos próprios, pretendia-se atingir um elevado valor moral e político no país. Com sede na Sociedade de Geografia realizaram-se numerosos cursos livres, conferências, inquéritos, etc. Entre os seus fundadores estavam Afonso Lopes Vieira, Anselmo Braancamp Freire, António Arroio, Francisco Silva Teles, Fialho de Almeida, ou Trindade Coelho¹¹⁸, sendo seu Presidente Consiglieri Pedroso, além de Borges Grainha assumir a função de Tesoureiro.

Estando destinada à educação popular, a Liga resultou dos trabalhos da Academia de Estudos Livres, estando estruturada em juntas regionais e locais, com delegações nas

¹¹⁵ Isabel Marnoto, *Significado e evolução das polémicas de António Sérgio*, in *Revista de História das Ideias* nº 5 – António Sérgio, Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1983.

¹¹⁶ Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, pp. 64-66 e António Sérgio, *O Ensino como Factor do Ressurgimento Nacional*, pp. 28-29.

¹¹⁷ Sobre a actividade da Liga Nacional de Instrução, ver *Liga Nacional de Instrução: arquivo dos seus trabalhos*, Série III, nº 1,2,3 e 4 (Janeiro a Dezembro de 1917), Lisboa, 1917. Joel Serrão (Direcção), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, p. 520, *Liga Nacional de Instrução* in Neves, *As Universidades Populares Portuguesas no seu período áureo – 1ª República*, pp. 18 e 107. *Dicionário da República e do Republicanismo*, Coordenação geral de Maria Fernanda Rollo, pp. 675-679, e Marlene Oráide Neves, *op. cit.*, pp. 29-33.

¹¹⁸ Joel Serrão refere a inauguração em 1908, cf. *op. cit.*, p. 520.

colónias. As actividades da Liga não deixavam de ser uma continuação do trabalho da Academia de Estudos Livres e da Sociedade de Instrução do Porto, embora abordando outros assuntos de nível mais nacional. A divulgação do ensino pela população, era um dos aspectos fundamentais da sua acção. Fundaram-se núcleos em várias localidades com o objectivo de dar instrução a crianças e adultos e criaram-se 14 cursos, destacando-se a criação de quatro escolas em Águeda, com duas de ensino diurno e duas de ensino nocturno¹¹⁹. O relatório e contas do seu primeiro ano de existência indica a fundação de núcleos em Águeda, Leiria, Peniche, Alcáçovas, Faro, Óbidos, Castelo Branco, Santarém, Marinha Grande, Viana do Castelo e Barcelos¹²⁰, sendo que nos anos seguintes fundaram-se mais alguns núcleos regionais, acompanhando o crescente interesse por estas iniciativas. Aderiram a ela Ligas regionais de Instrução, como a de Viana do Castelo, e a de Barcelos, sendo formadas caixas para angariar dinheiro que financiasse a ida à escola das crianças mais pobres, e fundando escolas em freguesias da região¹²¹.

O papel de desenvolvimento da instrução era realizado pela Maçonaria de vários modos, sendo que os dois fundadores da Liga, Manuel Borges Grainha e José Francisco Trindade Coelho eram da Maçonaria. Em 1908 Borges Grainha publicou o relatório “O analfabetismo em Portugal: suas causas e meios de as remover”, que apresentou no 1º Congresso Pedagógico da Instrução Primária e Popular promovido pela Liga em Abril de 1908, apresentando as propostas para uma rápida redução do analfabetismo.

Nesse período de tempo, o Presidente da Liga foi Consiglieri Pedroso, ocupando Borges Grainha as funções de Secretário, sendo que entretanto Trindade Coelho suicidou-se em 1908¹²².

Esse foi o primeiro de uma série de congressos realizados por esta organização¹²³. A influência da maçonaria dava-se de várias formas, sobre o ensino junto da população e tinha outros interesses que não passavam só pela alfabetização, como a celebração do

¹¹⁹ Liga Nacional de Instrução, *Relatório e contas da gerência de 1908-09*, Lisboa, Typ. Maurício e Cª, 1909, p. 6.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. 6.

¹²¹ Idem, *ibidem*, p. 6.

¹²² Idem, *ibidem*, p. 7.

¹²³ Manuel Borges Grainha, *O analfabetismo em Portugal: suas causas e meios de as remover*. Relatório apresentado ao 1º Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular promovido pela Liga Nacional de Instrução e realizado em Abril de 1908, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, *Liga Nacional de Instrução* in Maria Fernanda Rollo (Coordenação Geral), Ana Paula Pires, Carlos Cordeiro, et al (Coordenação Científica) *Dicionário da República e Republicanismo*, Vol. II (F-M), Lisboa, ed. Assembleia da República, 2013-2014, pp. 675-679.

“Dia da Árvore” e festas escolares como um meio de angariação de fundos¹²⁴, entre outras actividades recreativas, dando seguimento a projectos anteriores de dinamização cultural e educativa como foram as Academias criadas ou o projecto do “Vintém das Escolas”. A educação representava para os republicanos a via para a igualdade de oportunidades, garantindo o desenvolvimento económico¹²⁵. A Maçonaria também teve um papel muito activo nestas iniciativas de angariação para o ensino popular, para a construção de escolas e de meios para que os mais desfavorecidos pudessem ter instrução.

Relacionado com isso estava o importante combate ao ensino clerical, que era um grande obstáculo às reformas que se pretendia fazer, realizando-se várias acções de divulgação para esse efeito. Nesse ano foi fundada a Liga de Educação Nacional, para promover o ensino popular. Foi organizada regionalmente, com delegações para fazer a divulgação das iniciativas, e com o objectivo de rapidamente alfabetizar a população.

O anti-clericalismo fazia parte da sua acção sendo divulgados artigos que propunham essa mudança, a favor da instrução, sendo condenado o ensino dos Jesuítas, um constante alvo dos ataques republicanos. Na educação de uma nova consciência, devia ser atingido o máximo valor moral e político, e fomentar o interesse da opinião pública, além de realizar o máximo de condições favoráveis à plena expansão das actividades individuais, como referiam os seus estatutos¹²⁶.

Devia-se também contribuir para a criação de um novo sistema de ensino e vários pedagogos e pensadores colaboraram no projecto desta Liga, herdando a actividade da Academia de Estudos Livres, de divulgação cultural cujos membros tinham várias origens sociais e também diferente escolaridade¹²⁷, e a sua actividade deu-se entre 1905 e 1910¹²⁸. Nesta organização houve o debate de várias ideias para a mudança necessária no ensino, sendo levadas em conta várias sugestões. Surgiram assim iniciativas culturais com o objectivo de modificar os hábitos da sociedade, intervindo activamente na vida cultural e procurando dinamizá-la.

O Partido Republicano tinha na educação das massas um fim político da maior importância, havendo pontos em comum com o anarquismo e as várias tendências

¹²⁴ António Ventura, *A Maçonaria e a República*, in João Medina, *História de Portugal*, Vol. X – *A República - I*, pp. 319-332, Marlene Oráide Neves, *op. cit.*, p. 14, e Joaquim Pintassilgo, *Festa da Árvore*, in Maria Fernanda Rollo (Coord.), *Dicionário [...]*, pp. 81-82.

¹²⁵ Helena Neves, *Originalidades da universidade popular portuguesa*, in António Pedro Pita (Coord.), *op. cit.*, p. 25.

¹²⁶ Joel Serrão (Direcção), *op. cit.*, p. 744.

¹²⁷ Luís Machado de Abreu, “Anticlericalismo”, in Maria Fernanda Rollo (Coordenação), *op. cit.*, pp. 152-159.

¹²⁸ Joel Serrão (Direcção), *op. cit.*, p. 744.

socialistas, cada uma com as suas propostas de intervenção na área cultural e cívica. Havia na verdade, uma preocupação conjunta de reforma moral da sociedade portuguesa, para além das diferenças que havia de como devia ser feita.

O anti-clericalismo era pois um elemento que unia as várias tendências políticas com a realização de campanhas para desacreditar a Igreja¹²⁹. Tentava-se através da propaganda em jornais e na acção nas ruas e junto do meio operário, esclarecer a população menos instruída dos malefícios da influência da Igreja e do ensino dos Jesuítas. Na tentativa de desacreditar essa má influência, realizaram-se comícios e publicaram-se artigos nos jornais, alguns de origem anarquista ou socialista, como *A Vanguarda*, ou *O Operário*. Houve também uma união de interesses na actividade cultural e no acesso que a ela devia ter o meio operário, que no caso de ser analfabeto podia assistir às conferências e compreender os seus objectivos. O maior esclarecimento da população era necessário para as profundas reformas que deviam ser feitas na sociedade. O combate ao ensino religioso e principalmente dos Jesuítas, tinha maior êxito no meio urbano, nomeadamente em Lisboa. O meio rural mantinha-se alheio às mudanças no ensino, e as ideologias republicanas e anarquistas não eram tão bem aceites, muito devido à religiosidade e aos preconceitos de grande parte dos seus habitantes, que se mostravam cépticos em relação a quaisquer iniciativas que alterassem as suas rotinas e maneira de pensar. Um aspecto que deve ser tido em conta nesta análise é de facto essa oposição popular quer pelo seu conservadorismo intrínseco.

Foi também criada por esta organização a Biblioteca de Estudos Sociais, que contou com a cedência de algumas obras por parte dos membros da Federação, e que tinha o objectivo de divulgação do republicanismo, e da promoção do conhecimento racional¹³⁰. Em todas estas organizações republicanas, podem-se situar os antecedentes da Renascença, até pelo facto de muitos dos seus principais membros e dinamizadores terem feito parte delas. Estas organizações caracterizavam-se também pela sua defesa dos direitos das mulheres, um dos princípios republicanos mais divulgados como se pode ver pela formação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, na sequência da Conferência de Haia em 18 de Maio de 1906, associação promotora do direito das mulheres à sua emancipação e instrução, que era uma das traves-mestras da acção da Liga

¹²⁹ António Ventura, *op. cit.*, Edições Cosmos, 2000, pp. 145-162.

¹³⁰ Sobre o Teatro Livre e a Biblioteca de Estudos Sociais que foram criados pela Federação Socialista Livre, ver Lia Ribeiro, *op. cit.*, pp. 229-230, António Ventura, *op. cit.*, pp. 157-161, e Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 965-966.

Portuguesa da Paz, de inspiração maçónica ligada ao Grande Oriente Lusitano e ao seu principal dirigente Magalhães Lima¹³¹. Assim em 1908 já houve mulheres delegadas nos congressos do Livre-Pensamento, em ligação com o movimento feminista¹³². Ligadas a estas associações defensoras dos direitos das mulheres, encontravam-se as organizações pacifistas, como o Grupo Pró-Paz, onde se destacou de novo Magalhães Lima entre outros elementos da Maçonaria, e que publicou o seu primeiro manifesto em 1904, onde criticava também a aliança com a Inglaterra¹³³, mas que não deixou de tomar as suas posições em conflitos importantes como a Guerra dos Boers, sendo que com o início da 1ª Guerra em 1914, foram tomadas posições favoráveis aos Aliados. Essa dependência dos interesses britânicos, foi uma constante do pensamento decadentista do fim do século, o pessimismo vigente assumido por muitos intelectuais, reconhecia as desvantagens da secular aliança, o que também explica a maior simpatia pelos políticos e autores franceses, espanhóis e italianos, encontrando-se maiores convergências com o seu pensamento.

6. A actividade do ensino popular

Relacionada com a criação de instituições de ensino, estava a dinamização cultural com a formação de bibliotecas, sessões de leitura, visitas de estudo e outros meios de incentivo à busca do saber. O financiamento era feito por várias organizações como a Maçonaria e os sindicatos, entre os outros movimentos políticos. As correntes anarquistas e socialistas pretendiam instruir a classe operária com meios que dessem a possibilidade de conhecer a sua ideologia, com a criação de escolas e de cursos que podiam ter uma aplicação na vida profissional dos alunos¹³⁴.

Nos estatutos da fundação da Academia de Estudos Livres de 1889, estabelecia-se a publicação das conferências, assim como a manutenção de bibliotecas, gabinetes de leitura, laboratórios, museus, etc¹³⁵. Incentivava-se a busca de conhecimento por parte

¹³¹ Fátima Mariano, *As Mulheres e a I República*, Dissertação de Mestrado apresentada na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, ed. Caleidoscópio, 2017, pp. 46-54.

¹³² Idem, *ibidem*, pp. 43-49.

¹³³ António Ventura, *op. cit.*, p. 154.

¹³⁴ Ver em Maria Fernanda Rollo (coordenação geral), *op. cit.*, p. 109.

¹³⁵ *Estatutos da Academia de Estudos Livres*, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1889, e Joaquim Pintassilgo, *op. cit.*, p. 2.

dos alunos, com um regulamento que se pretendia detalhado. As associações operárias propunham que a frequência dos cursos fosse premiada, valorizando-se a assiduidade dos alunos e o seu empenhamento nas aulas. A iniciativa de promover o ensino popular foi apoiada por professores como já se referiu: ligada aos sindicatos, havia uma harmonia de interesses para divulgar o saber entre os seus membros. O objectivo essencial era de elevar a formação cívica da sociedade, alargando a sua influência. Muitos dos membros ligados ao ensino eram da Maçonaria e os princípios de solidariedade expressos nos estatutos. De vários modos tentava-se alargar a cultura republicana à população. Através de uma obra educativa como tinha acontecido com a experiência das Escolas Móveis e do Método João de Deus, organizações ligadas à Maçonaria¹³⁶.

Foram assim feitas algumas alterações aos estatutos iniciais para corrigir os problemas que apareceram, notando-se o experimentalismo na sua elaboração. Havia a preocupação de criar um horário diurno com intervalos entre as aulas, que criasse uma rotina aos alunos que se deviam manter ocupados e empenhados nas actividades escolares devendo frequentar as aulas. E era atribuído um diploma aos alunos conforme o seu aproveitamento. Os estatutos aprovados em 1904, indicam a integração da escola Marquês de Pombal na Academia, passando a designar-se secção da Academia de Estudos Livres situada no Alto do Pina, devendo instruir crianças pobres¹³⁷. Assim dar-se-ia assistência aos alunos integrando-os no funcionamento da Academia. O empenhamento dos seus membros foi salientado em 1914 durante um debate na Câmara do Senado sobre o financiamento da Academia¹³⁸. Outra organização que teve um papel importante neste contexto foi a Academia dos Amadores de Música, de iniciativa privada, enquanto surgiram outras associações mais influenciadas pela Igreja e os meios mais conservadores, como foi o caso do Instituto 19 de Setembro¹³⁹. Estas organizações faziam uma apologia dos valores da caridade e moral cristã.

Seria interessante que futuros trabalhos desenvolvessem com novos dados, os interessantes testemunhos que Rogério Fernandes e Marlene Neves deram desta

¹³⁶ Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Direcção) e A. H. Oliveira Marques (Coordenação), *op. cit.*, Vol. XI, pp. 522-525.

¹³⁷ Joaquim Pintassilgo, *op. cit.*, p. 2.

¹³⁸ *Diário das sessões do Senado*, Sessão de 14 de Janeiro de 1914, p. 8 e pp. 13-16. Disponível em *Debates Parlamentares*: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cs/01/01/04/022/1914-01-14/14>.

¹³⁹ Sobre esta organização religiosa, cf. Marlene Oraide Neves, *op. cit.*, pp. 16-17, e Rogério Fernandes, *Uma Experiência de Formação de Adultos [...]*, onde remete para a publicação dos seus estatutos: *Estatutos, Instituto 19 de Setembro. Estatuto e Plano de Estudos do Instituto 19 de Setembro*, Lisboa, 1895., p. 93.

organização católica, a documentação disponível resume-se basicamente aos seus Estatutos.

Na actividade da primeira década do século XX, os Livre-Pensadores militantes como Fernão Botto-Machado, Magalhães Lima, Heliodoro Salgado, Emílio Costa ou Manuel Campos Lima, fizeram uma intensa acção panfletária de promoção dos ideais revolucionários e laicos, pela defesa dos trabalhadores, e dos mais desfavorecidos, e na afirmação dos valores de solidariedade e fraternidade¹⁴⁰. O grupo teatral dirigido por Magalhães Lima, tinha características próprias que representavam o pensamento individualista, mas racionalista original do anarquismo, da liberdade criadora. Esta organização formou-se no seguimento do projecto da Liga dos Livres Pensadores Portugueses, com o seu manifesto divulgado em 1899 na imprensa (principalmente no jornal *A Obra*) e dela faziam parte algumas das figuras que mais promoveram o Livre-Pensamento, como Heliodoro Salgado, José do Vale ou Ribeiro de Azevedo¹⁴¹. Estes autores não por acaso eram anarquistas na maior parte, valorizando a liberdade de pensamento e de acção individual.

6.1. As novas experiências educativas após a Implantação da República

Com os novos objectivos que a República trazia, procurava-se uma pedagogia científica para o ressurgimento social¹⁴², estudando-se as áreas que podiam contribuir para uma melhor aprendizagem dos alunos e que fossem mais importantes para o seu desenvolvimento pessoal e social. A Renascença tinha essa preocupação, e debateu-se o assunto na procura de soluções que melhor cumprissem esse objectivo, agora que a influência do Cientismo ou Positivismo, estava a ser ultrapassada por novos métodos de investigação. Os métodos antigos eram postos em causa por um método científico e experimental, surgindo a ciência da Pedagogia com a aplicação de experiências pedagógicas, dando importância ao estudo psicológico dos alunos¹⁴³. Assentes na

¹⁴⁰ António Ventura, *op. cit.*, pp. 138-160, e Idem, *A Maçonaria e a República*, in João Medina (Dir.), *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Vol. X – *A República - I*, pp. 322-323.

¹⁴¹ Idem, *op. cit.*, pp. 122-123.

¹⁴² Rogério Fernandes, *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*, Biblioteca Breve, 1979, p. 8.

¹⁴³ Idem, *ibidem*, p. 13.

Psicologia e na Sociologia, faziam-se vários tipos de experiências educativas, e confrontavam-se com as experiências feitas no estrangeiro. Em 1911 com a criação da Faculdade de Letras e das Escolas Normais Superiores foi criada a cadeira de Psicologia Experimental incluída no curso de Filosofia. Pretendia-se estudar os vários aspectos do comportamento das crianças e aplicá-los à pedagogia¹⁴⁴. Deu-se a formação de novos professores com condições para fazer esses estudos e experiências nessa área, como a sua designação indica. Assim as pesquisas feitas inicialmente na área educativa, tiveram sequência nos anos seguintes, com contributos vários, e a publicação de estudos que analisavam a evolução dos métodos educativos. O trabalho experimental foi desenvolvido em universidades, sendo de salientar a acção empreendedora e interessada dos professores dessas instituições¹⁴⁵.

Avançava-se assim no sentido de um maior conhecimento pedagógico, com os estudos que foram feitos. Um dos objectos de estudo eram as organizações pedagógicas (escolas, bibliotecas, museus, excursões, concertos), assim como assuntos relacionados com a inspecção escolar: higiene, avaliação das construções, funcionamento das aulas, etc¹⁴⁶. Os cursos práticos eram resultado da crescente preocupação com a aquisição de competências de alunos pouco letrados, de modo a dar-lhes uma preparação específica para a vida profissional.

As condições do funcionamento escolar eram estudadas e objecto de relatórios, assim como os vários contributos eram de vários tipos, quer fossem estudos de professores, mas também de pedagogos ou de sociólogos e filósofos. Destacou-se neste entre outros aspectos como já foi referido, António Sérgio, para quem o mais importante em termos pedagógicos era o estudo psicológico da criança, através dos seus hábitos adquiridos desde muito cedo, como componente essencial da sua educação¹⁴⁷. O seu desenvolvimento mental e o modo de comportamento seriam objecto de acompanhamento pela realização de vários estudos e ensaios experimentais, que António Sérgio e a sua mulher Luísa criaram e desenvolveram, com base em influências da sua permanência na Suíça no Instituto Claparède, como o “Método Montessori” assim chamado devido ao nome da autora italiana deste modelo educativo, e que não era ainda conhecido em Portugal. O estudo pedagógico, era avaliado de modo o mais rigoroso

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 14.

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 15.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, pp. 22-25.

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 25.

possível, não deixando de ter em conta as suas origens sociais das crianças, e como deviam ser instruídas para melhor puderem viver em sociedade. Na obra *Ensaio sobre a Educação*, onde referiu o contributo da pedagogia no movimento da Renascença, deu exemplos de métodos pedagógicos usados no estrangeiro, e dos vários testemunhos que recolheu. Sérgio inspirou-se muito neste trabalho pedagógico em Fröebel e Durkheim, o primeiro um alemão mais dedicado à Pedagogia e educativo, criador do método educativo dos Kindergarden (traduzido por Jardim de Infância, Creche ou Infantário), e o segundo um sociólogo alemão com um estudo inovador dos factores sociais como condicionantes do comportamento individual. Outro aspecto educativo no qual Sérgio iria evidenciar-se foi no fomento do ensino profissional, entendido aqui como uma via de preparação para a vida profissional, para as crianças que terminavam a escolaridade básica. Mais do que simples meio de decorar esquemas e fórmulas, estava em causa a devida adequação de um sistema de ensino funcional, em que a prática de um ofício fosse uma consequência lógica dessa evolução.

Estudando a causa do declínio dos países da Península, encontrou razões históricas na expansão e na educação guerreira e “purificadora” (abandono da actividade produtiva) que levaram ao isolamento sistemático¹⁴⁸. É também esta opinião que ele vai dar a Álvaro Pinto, o fundador e editor do movimento cultural, e director da *Águia*¹⁴⁹. As suas teorias pedagógicas baseavam-se na sua visão da história e o sistema de ensino teria de se adequar às necessidades económicas e de desenvolvimento do país¹⁵⁰. O seu modelo educativo valorizava a experiência e a prática, para através delas perceber a teoria¹⁵¹, por isso a importância da escola profissional, devendo preparar os alunos para a vida activa, um tema sempre presente quando se discute a educação.

Na correspondência que trocou com Álvaro Pinto, o director da *Águia*, António Sérgio referiu essa necessidade, no que o organizador do movimento concordou, apesar de algumas divergências que mantinham, assim como com Raul Proença, notando-se a preocupação de que as obras de Sérgio fossem editadas pela Biblioteca da Renascença, algo que também era da responsabilidade do inefável Álvaro Pinto a quem competiam aspectos mais burocráticos de divulgação da publicação, que punha o seu sentido prático

¹⁴⁸ António Sérgio, *Ensaio sobre a Educação*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, e Rogério Fernandes, *op. cit.*, pp. 42-43.

¹⁴⁹ *Cartas de António Sérgio a Álvaro Pinto*, Introdução e notas de Rogério Fernandes, Edição Ocidente, Lisboa, 1972.

¹⁵⁰ Rogério Fernandes, *op. cit.*, p. 45.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 65.

ao serviço do movimento cultural, respondendo às várias solicitações que lhe faziam para o desenvolvimento do projecto cultural. A educação das classes mais desfavorecidas devia ter em atenção esse modelo escolar. Para isso Sérgio indicava alguns exemplos dos países europeus, no entanto Portugal tinha o grande problema do analfabetismo que a República se tinha proposto a eliminar, num grande movimento de fundo pela instrução de toda a população.

Analisando-se a conjuntura política, e os vários governos com as suas políticas culturais, importa notar que a pedagogia proposta fazia parte do movimento de reforma do ensino. Assim nesse contexto, a componente teórica devia estar ligada à prática, sendo necessário que o aluno percebesse a teoria¹⁵². Como exemplo dava o modelo do “self-government” aplicado nas escolas inglesas, em que ao aluno era dada liberdade para criar e responsabilidade sobre os seus actos, podendo participar nas decisões tomadas pela escola, através da cooperação entre si, e o Município escolar, em que a actividade dos alunos tem uma função cívica e de causa pública. Na sua colaboração na *Águia* vai referir essa ideia em vários textos, numa visão pragmática e prática com que entendia a educação. Os seus artigos sobre o “self-government” fizeram parte da *Educação Cívica*¹⁵³ e tiveram a colaboração de outros autores envolvidos no processo educativo, participando na sua administração¹⁵⁴. Nesta forma de ver o desenvolvimento do Ensino, parecem encontrar-se algumas ideias cooperativistas que o vão acompanhar sempre ao longo da sua vida.

O processo de formação das Universidades Populares surgiu de um conjunto de vontades comuns, e da necessidade de uma acção prática de intervenção cultural na sociedade. O reformismo pretendido, debatia-se com naturais obstáculos como as acusações de envolvimento político dos membros da Renascença, e de com isso procurarem benefícios pessoais, o que era desmentido no grupo cultural.

Esta intervenção de António Sérgio no campo da Pedagogia vai ser como veremos adiante, uma constante na sua participação no movimento da Renascença. O pensamento pedagógico de António Sérgio que depois vai confrontar com o de Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão, tinha a influência do idealismo de vários filósofos como Kant, Fichte e Hegel, e da doutrina do pedagogo também alemão, Fröebel que se tinha inspirado nos

¹⁵² Idem, *ibidem*, pp. 62-63.

¹⁵³ *Cartas de António Sérgio a Álvaro Pinto (1911-1919)*, Introdução e Notas de Rogério Fernandes, Lisboa, Edições da Revista Ocidente, 1972, pp. 36-37, e António Sérgio, *Ensaios sobre a Educação*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

¹⁵⁴ António Sérgio, *Ensaios sobre a Educação*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 88.

autores mencionados, no Idealismo alemão que identificava a Razão com Deus, a existência criada pela unidade do absoluto, além de criar outros conceitos filosóficos, ele que foi o pioneiro da introdução dos Jardins de Infância, e que Sérgio seguia como modelo educativo, procurando dar uma explicação que fosse adequada ao momento que se vivia no nosso país¹⁵⁵. A adequada formação da criança desde a mais tenra idade, não era um assunto secundário, como a sua obra nesse aspecto, nalguns casos em colaboração com a sua mulher nas estadias no estrangeiro que tiveram, o confirma. Estes estudos pedagógicos que com a República foram sendo mais divulgados, podem encontrar-se também na actividade da Sociedade de Estudos Pedagógicos que surgiu precisamente nessa época.

Também essas experiências passadas em países com culturas tão diferentes como a Suíça e o Brasil, favoreceu o rigor que punha nestes seus ensaios pedagógicos, e nos objectivos que tinha para a formação da ciência pedagógica em Portugal. A primazia que dava aos valores morais na formação humana, ao racionalismo e idealismo, distinguia-no na sua obra com características morais e universais, dando sentido à sua pedagogia, com preocupações sociais.

António Sérgio foi assim um dos grandes promotores da criação das Universidades Populares, como o seu empenhamento ficou demonstrado em correspondência disponível, e a 9 de Junho de 1912, foi fundada no café “Águia de Ouro” a Universidade Popular do Porto, com a primeira aula a ser lecionada no dia 17 desse mês por Xavier Esteves então Vereador da Câmara Municipal, da qual seria Presidente a partir de 1911, e a segunda no dia 26 por Leonardo Coimbra¹⁵⁶. A participação do ensaísta na criação desta instituição foi bastante activa como é testemunho na vária correspondência que trocou com outros membros da sociedade, surgindo aí divergências com Jaime Cortesão principalmente, sobre qual devia ser o papel das Universidades Populares. Uma das questões em que havia maior discórdia entre os dois, estava na utilidade e compreensão do ensino da História, pois António Sérgio era entusiasta do ensino das várias camadas sociais, e não tanto dos factos heróicos, ou providenciais, dos grandes homens da nossa

¹⁵⁵ Vasco Pulido Valente, *Estudos sobre a Crise Nacional*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 66-67.

¹⁵⁶ Rogério Fernandes, *op. cit.*, p. 15, e *Cortesão e a Universidade Popular do Porto*, Separata da Revista da Biblioteca Nacional, série 2, 1 (1), 1986, p. 32, *Cartas de António Sérgio a Álvaro Pinto (1911-1919)*, Notas e Introdução de Rogério Fernandes, Lisboa, Edições da Revista Ocidente, 1972, p. 12, e *Revista Vida Portuguesa*, nº 1 - 31-10-1911, p. 8.

História, como propunha Jaime Cortesão. Daí a grande consideração que o ensaísta tinha pela obra de Alexandre Herculano, e de Antero de Quental, e um pouco menos de Oliveira Martins, que nos “Ensaio” criticou duramente, considerando-o um autor e mesmo um indivíduo sem princípios morais sólidos, nem estando ao nível cultural de Antero¹⁵⁷. O modo de prever a História de Oliveira Martins, definido por Sérgio como “fazendo profecias”, sem dominar a Filosofia grega, e a sua construção dialéctica era contestada¹⁵⁸.

O entusiasmo e empenho que pôs nestas iniciativas ficou demonstrado nalgumas cartas suas, assim como refere a sua oposição feita principalmente pelo escritor Adolfo Coelho, que tinha iniciado o estudo da pedagogia em Portugal, escrevendo uma obra pioneira em Portugal como foi a *Questão do Ensino*¹⁵⁹, e na publicação *Inquérito Literário*, Adolfo Coelho contestou a ideologia ou falta dela do grupo da Renascença. A actividade da “Renascença” de promoção cultural era discutida em artigos e cartas entre os seus membros e outros intelectuais, e em 31 de Outubro desse ano publicou-se o primeiro número da *Vida portuguesa*, com um artigo sobre o modelo educativo prático e teórico, criticando as alterações que tinha sofrido a instrução, deixando de dar tanta importância ao ensino livresco e passando a dar atenção à experiência, e à componente mais prática, indissociável da parte teórica¹⁶⁰. Os temas tratados nesta revista eram vários, considerando-se de interesse para a reforma do país nas suas várias componentes, propondo o debate de ideias de forma construtiva.

Para além da divergência entre os autores do pensamento racionalista como António Sérgio, Jaime Cortesão e Raul Proença, e o saudosista de Teixeira de Pascoaes ou de Afonso Lopes Vieira, estava presente também uma divergência na discussão sobre o papel educativo dos intelectuais e como deviam ser feitas as reformas desejadas. Sabendo-se que António Sérgio considerava fundamental que houvesse uma instrução prática seguindo-se ao ensino básico, em que o aluno desenvolvesse as suas capacidades e autonomia, não era consensual essa ideia, sendo a posição rebatida com argumentos mais conservadores, e de certo modo elitistas. O problema do ensino e da sua utilidade punha-se a par de outros problemas nacionais, como o desenvolvimento industrial, num país

¹⁵⁷ António Sérgio, *Ensaio*, Tomo VI, Coleção Clássicos Sá da Costa - Obras Completas de António Sérgio, 3ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980, pp. 11-52.

¹⁵⁸ É um dos aspectos centrais da crítica de António Sérgio a Oliveira Martins e a razão da sua inferioridade intelectual e moral em relação a Antero: o fraco conhecimento do Helenismo, e da construção dialéctica, que influenciou uma interpretação da História feita de previsões dos acontecimentos, sem dinamismo. Os juízos a priori que são uma característica da historiografia de Oliveira Martins, assim como a comparação das sociedades a um ser humano, cf. Idem, *ibidem*, pp. 13-25.

¹⁵⁹ Idem, p. 17.

¹⁶⁰ In *Vida Portuguesa* n.º 1 (31-10-1912), pp. 1-2.

ainda essencialmente agrícola. Era também nesse sentido que iam as suas preocupações em relação ao ensino e qual o seu papel na formação de profissionais, e como devia ser caracterizado tendo uma influência da cultura e do folclore nacional, num contexto etnográfico de estudo das características regionais e da sua importância para a cultura nacional. Os temas nacionais estavam sempre presentes nas questões educativas, e as posições em relação à importância do ensino como modo de recuperar a identidade perdida foram publicadas várias vezes na *Águia* e na *Vida Portuguesa*, tal como tinha acontecido noutras publicações anteriores.

António Sérgio manifestou desde logo que não se questionava a filiação partidária dos membros da Renascença, procurando demonstrar que os objectivos da sociedade estavam para além de qualquer luta política¹⁶¹, e eram essencialmente culturais e de reforma social procurando uma maior instrução do povo. Para isso, havia que se modificar o estado de coisas em relação ao enorme analfabetismo e ignorância existente. A criação das Universidades Populares foi um importante passo dado nesse sentido, de fomento da cultura entre quem era mais desfavorecido, uma iniciativa que necessitou de um grande esforço financeiro. O contributo dado pela Maçonaria para o financiamento das Universidades Populares foi muito importante e deve desenvolver-se noutros trabalhos a sua actividade de angariação, e de que modo foi alcançado, nomeadamente a contribuição financeira dada pela Lojas, ou a iniciativa pessoal e qual foi de facto o seu alcance, havendo pouca documentação respeitante a isso. Sobre isso na sua obra, Rogério Fernandes enumera numa longa lista quais foram as entidades e as pessoas que receberam pedidos para contribuir com o seu financiamento para a formação da Universidade Livre, destacando-se as associações profissionais e as Lojas maçónicas¹⁶². Talvez devido à necessidade de instruir as classes operárias, as várias associações eram solicitadas a dar o seu apoio, respondendo na medida das suas possibilidades, com o contributo monetário ou outro tipo de apoio requerido, sendo essencial o apoio dado por sócios e a boa-vontade de particulares. O movimento anarquista juntamente com a Maçonaria, teve um contributo muito importante para a educação popular, como referem de forma mais precisa sobre o caso da Universidade Popular Portuguesa que surgiu em 1919, os autores Filomena Bandeira, Helena Neves e António Ventura¹⁶³.

¹⁶¹ António Sérgio, *op. cit.*, p. 19.

¹⁶² Rogério Fernandes, *Uma experiência de formação de adultos na I República [...]*, pp. 107-120.

¹⁶³ Helena Neves, *Originalidades das Universidades Populares Portuguesas*, in António Pedro Pita (coord.), *op. cit.*, p. 31, e António Ventura, *op. cit.*, pp. 157-162, e Filomena Bandeira, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20, os intelectuais e a educação do Povo: entre a salvação da República e a*

Nos primeiros números da revista *A Vida Portuguesa* que se começou a publicar em Outubro de 1912, Jaime Cortesão dedicou vários artigos às Universidades Livres e Populares, quais os motivos do seu aparecimento e os seus objectivos, comparando com a realidade de outros países¹⁶⁴. Pode-se perceber pela leitura desses artigos quais eram algumas das organizações que apoiavam a obra universitária da Renascença. Os artigos na *Vida Portuguesa* podiam servir neste aspecto como a sequência daquilo que era tratado no boletim das universidades¹⁶⁵. Pelo que se percebe do boletim, o ensino popular tinha vários destinatários, com interesses diversos, que podiam ser o enriquecimento cultural dos trabalhadores, que nalguns casos eram auto-didactas, ou de dar instrução mais completa, que não tinham tido possibilidade de ter em crianças. Isto aconteceu num momento de grande afirmação da República, exaltando o papel do “Homem novo” que ia intervir na sociedade com espírito crítico e racional.

A fundação das Universidades Populares fez parte desse processo de afirmação cultural e social. Enquanto a “Renascença” criou a Universidade do Porto em 1912, tentou, muito por iniciativa de António Sérgio fazer o mesmo em Lisboa, mas alguns problemas e divisões impediram no imediato que isso acontecesse. É preciso ter em conta o momento político muito complicado que se vivia, com a fragmentação do Partido Republicano Português, em três facções: o chamado Partido Democrático (herdeiro do P. R. P.), Evolucionista e Unionista¹⁶⁶. António Sérgio salientou esse facto na correspondência que vai ter com outros membros da Renascença. Desde cedo manifestou a sua antipatia pela República, havendo indícios de que seria monárquico, entendendo-se pelos seus testemunhos que não tinha qualquer esperança no novo sistema político¹⁶⁷. Também em relação à influência da Igreja no ensino, a opinião dominante era de que devia prevalecer o ensino laico. O pensamento dos membros da Renascença, principalmente daqueles com formação republicana e anarquista, era de um modo geral

Revolução Social. Dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX e XX, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994.

¹⁶⁴ Joaquim Pintassilgo, *As Universidades Populares nas primeiras décadas do século XX em Portugal – o exemplo da Academia de Estudos Livres*, p. 4.

¹⁶⁵ Joaquim Domingues e Pedro Sinde (Dir.), *Teoremas de Filosofia*, in *Caderno Semestral de Filosofia Portuguesa*, nº 8, Porto, Outubro de 2003.

¹⁶⁶ Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Direcção) e A. H. Oliveira Marques (Coordenação), *Nova História de Portugal*, vol. XI - *Portugal, da Monarquia para a República*, Editorial Presença, 1991, p. 377 e passim, Rui Ramos, *História de Portugal*, vol. VI - *A segunda fundação*, José Mattoso (Dir.), Editorial Estampa, 1994, p. 464, Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas, o campo partidário republicano português 1910-1926*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 24, e A. H. Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 2ª ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1975, p. 72.

¹⁶⁷ Fernando Catroga (Direcção), *Revista de História das Ideias*, 5º Vol. – António Sérgio, Coimbra, 1983.

anti-clerical, condenando principalmente o ensino dos Jesuítas, culpados do atraso cultural da grande maioria do povo português, na sequência do que pensavam noutras associações, havendo da parte de alguns membros como Jaime Cortesão e Raul Proença uma aproximação ao Partido Democrático. A ideia comum a todos de afirmação do ressurgimento nacional através de uma nova identidade cultural, estava muitas vezes para além dos conflitos políticos, de acordo com a intenção inicial do movimento fundador do grupo. No entanto a influência da política numa época em que surgiam novos partidos, fazia-se sentir inevitavelmente na vida cultural do país.

7. Os meios disponíveis para as Universidades Populares

Houve vários tipos de contributos para o financiamento das Universidades Populares: a iniciativa da “Renascença” teve sequência nas associações profissionais e noutras organizações como as Lojas Maçónicas, como aconteceu no caso da Universidade Livre de Lisboa, às quais foi pedida um apoio financeiro essencialmente¹⁶⁸. Os trabalhos feitos sobre este assunto do financiamento, tendo em conta a grande corrente anti-clerical e republicana, para a consolidação do regime, variaram conforme a duração que estas organizações civis e laicas tinham. Outro exemplo desse tipo foi a formação dos Círios Civis no final do século XIX, onde se fazia a promoção dos valores da solidariedade, bem como da República com preocupações sociais¹⁶⁹. Os Círios deviam promover o laicismo e o livre-pensamento, tendo uma implantação quase restrita às áreas urbanas, principalmente de Lisboa.

O radicalismo político encontrava-se também nas Universidades, através de debates e conferências. As divergências ideológicas eram um grande obstáculo a que houvesse entendimento nas questões relacionadas com as mudanças que eram necessárias na instrução, e na preparação profissional e cívica dos alunos. A corrente anarquista tinha bastante influência no meio operário, com várias iniciativas culturais e de intervenção social, em que se destacaram os seus membros. A sua acção cultural podia ser no ensino

¹⁶⁸ Rogério Fernandes, *op. cit.*, pp. 107-120.

¹⁶⁹ Sobre os Círios e as suas funções, cf. António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas [...]*, pp. 189-191.

das crianças, ou na criação de bibliotecas e museus, promoção da cultura com excursões. Compreende-se o esforço de instrução dos movimentos anarquistas, pois só com uma população mais esclarecida e interventiva se podiam mudar os hábitos sociais. Havia entre os seus membros, intelectuais livres-pensadores que poucos anos antes tinham feito parte de organizações de promoção do pensamento livre e laico, e que se uniam na maior parte na oposição à Monarquia, realizando-se congressos do livre-pensamento, e acções de promoção do registo civil, como já foi aqui referido. A formação das universidades era conseguida com o apoio das instituições interessadas, através de donativos das lojas e associações profissionais, ou de particulares. A classe operária procurava dar também o seu contributo, pois o ensino popular era uma causa que devia defender e promover o mais possível, e era necessário manter uma ajuda financeira, sendo fundamental o movimento associativo para suportar estas organizações.

Havia entre as várias profissões um entendimento distinto do que devia ser a sua adesão ao ensino popular. O papel da Academia de Estudos Livres era também de dar instrução a crianças filhas de operários durante o dia, e para os operários à noite, e os cursos nocturnos a única hipótese para quem trabalhava todo o dia, e ainda tentava dedicar umas horas ao seu enriquecimento cultural¹⁷⁰. A inspiração maçónica que esteve na sua criação, manteve-se juntamente com os interesses ligados à classe operária, de haver um ensino popular. Houve a criação de outras instituições de ensino popular como a Academia dos Amadores de Música e a Sociedade de Estudos Pedagógicos, como já foi referido. Há que perceber em que medida o anarquismo e o republicanismo foram importantes para se atingirem os seus objectivos, na contestação ao ensino dos jesuítas, como refere Borges Grainha no seu relatório indicando como grandes responsáveis pelo atraso cultural do país desde o século XVI a Inquisição e os Jesuítas¹⁷¹. A efectiva importância que a Maçonaria teve para o seu funcionamento, como já foi referido na Liga Nacional de Instrução e em organizações anteriores, com o pagamento de quotas pelos seus subscritores, e o envio de um donativo avultado de dois sócios que estavam no Brasil¹⁷².

Competia à Liga fazer o levantamento do número de analfabetos e de crianças que não iam à escola, como referia nos seus estatutos, além de arranjar roupa e alimentos às

¹⁷⁰ Joaquim Pintassilgo, *As Universidades Populares [...]*, pp. 8-10.

¹⁷¹ Manuel Borges Grainha, *op. cit.*, pp. 5-6.

¹⁷² Liga Nacional de Instrução, *Relatório e contas da gerência de 1908-09*, Lisboa, Typ. Maurício e C^a, p.7.

crianças pobres¹⁷³. Outras medidas deviam ser tomadas para que as escolas funcionassem em condições, com mais higiene e com professores interessados, sendo que uma Liga de ensino era essencial para se alcançarem esses objectivos¹⁷⁴. No caso da Academia de Estudos Livres, o papel da Escola Marquês de Pombal destinava-se também a dar instrução às crianças filhas de operários, além de ter ensino diurno e nocturno para os operários. A Academia suportava a existência desta escola, que se manteve em funcionamento durante vários anos. Perceber como influenciou o ensino escolar nesse tempo. A escola foi assim integrada na Academia em 1904, na sequência do fim da influência da Loja “Razão Triunfante” filiada no Grande Oriente de Portugal, entretanto dissolvido. A Academia ficava responsável pelo financiamento da escola, e dependente dos donativos e do pagamento dos seus sócios, além de algum financiamento público.

Os Anais da Academia de 1912, indicavam as cadeiras que seriam lecionadas: Português, Francês, Inglês, Matemática Elementar, Contabilidade, Desenho, Admissão à Escola Normal, Instrução Primária, Taquigrafia, Ginástica e Música (Rudimentos, Piano e Violino). Entende-se assim uma tendência para o ensino prático, de certo modo uma experiência que podia servir de modelo para as seguintes.

No total, 467 alunos frequentavam o ensino nocturno em 1912¹⁷⁵. Faziam o relatório das conferências e visitas de estudo, de forma detalhada, que eram publicados no boletim da Academia. Os temas tratados eram objecto de vários estudos, e o balanço das actividades era assim feito de forma organizada. A assinatura desta publicação também servia para apoiar a Academia, muito importante tenho em conta a época conturbada que se vivia. Assim era angariada uma importante soma de dinheiro para financiamento das várias actividades educativas. Outra publicação organizada pelos estudantes da Academia era a revista *Mocidade*, que podia ser assinada em troca de um pagamento mensal. O balanço das actividades organizadas dava a conhecer o funcionamento da escola, assim como os relatórios das conferências e palestras, em que se davam a conhecer os cursos leccionados, assim como a sua frequência. As conferências sobre Astronomia eram organizadas por Pedro José da Cunha, Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, enquanto as de História eram organizadas por Agostinho Fortes, Professor da Faculdade de Letras da mesma Universidade, ele que já tinha estado no

¹⁷³ Estatutos da Liga Nacional de Instrução, disponível em <http://arepublicano.blogspot.pt/2008/06/liga-nacional-de-instrucao-esta-associao.html>, e *Liga Nacional de Instrução*, Maria Fernanda Rollo (Coordenação Geral), *Dicionário da República e do Republicanismo*, pp. 676-677.

¹⁷⁴ Liga Nacional de Instrução, Maria Fernanda Rollo (Coordenação Geral), *op. cit.*, p. 676.

¹⁷⁵ *Anais da Academia de Estudos Livres*, p. 204.

discurso inaugural da Liga Nacional de Instrução em 1907, que lançava as bases de uma nova Universidade Livre, desta vez em Lisboa¹⁷⁶. Davam-se explicações científicas sobre o funcionamento do sistema solar com os seus planetas e estrelas, bem como os seus fenómenos. As conferências assumiam o seu carácter inovador com recurso a projecções luminosas (slides), principalmente para a explicação dos fenómenos do universo.

Noutro âmbito, as questões morais como a indefinição sobre o futuro da sociedade, foram tratadas no Congresso do Livre-Pensamento em Outubro de 1913. Falou-se então das definições de natureza e solidariedade como um conjunto de forças que prendem o ser humano e o rodeiam, e a sua interdependência actuando no sentido progressivo, de uma nova sociedade mais humana. Iniciativas anteriores tinham seguido o mesmo raciocínio, além da promoção do Registo Civil, um dos seus grandes objectivos¹⁷⁷. O período indefinido que se vivia era objecto de estudo, nas várias conferências sobre a sociedade e o seu futuro, dando-se importância às consequências que o aumento das tensões sociais podia provocar. Havia problemas que eram debatidos, seguindo as normas da Academia, suscitando a discussão nos artigos dos jornais, ou nas conferências, e outro tipo de sessões de esclarecimento, por vezes junto dos trabalhadores. A adesão às conferências variava conforme os temas que eram falados, e o tipo de público também. Havia da parte do seu público alguma curiosidade, e os dados científicos eram debatidos com a apresentação de novidades que a pesquisa trazia. Em relação às visitas de estudo, eram organizadas pela direcção da Academia, destinando-se a visitar locais de interesse cultural ou científico. Os conhecimentos adquiridos nessas actividades eram publicados no relatório. A Sociedade dos Livres Pensadores, veio a ter um papel interventivo na questão do ensino, e foi bastante crítica da acção da Renascença Portuguesa nesse aspecto, considerando que não partilhava das mesmas convicções, nem pretendia um novo regime. Em 1908 realizou-se o Congresso que condenou o domínio do clericalismo no ensino, e promoveu formas de ensino laico que fossem acessíveis aos meios populares, além da proposta de obrigatoriedade do registo civil. Entre os seus membros mais influentes estavam Fernão Botto-Machado e Sebastião Magalhães Lima¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Sobre a sua intervenção e de outros pensadores nesta acção, ver Lia Ribeiro, *op. cit.*, pp. 180-183.

¹⁷⁷ Foi mesmo criada a Associação Promotora do Registo Civil, com um papel de afirmação dos direitos civis, integrada no movimento republicano. Entre os seus membros mais influentes estavam Fernão Botto-Machado, Heliodoro Salgado ou Sebastião Magalhães Lima, entre muitos outros republicanos promotores do Registo Civil, cf. António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas [...]*

¹⁷⁸ Fernão Botto-Machado (Gouveia, 20-7-1865 – Lisboa, 1924), exerceu uma actividade variada, como solicitador, a profissão que exerceu inicialmente sem ter formação superior, mas adquiriu um vasto conhecimento jurídico como autodidacta. Foi também jornalista em vários periódicos como a Batalha e o Século, e político ligado ao Socialismo e ao Republicanismo. Foi um destacado membro da Maçonaria,

A criação da Liga de Educação Nacional em 1908, foi consequência da actividade desenvolvida pela Academia de Estudos Livres. Tinha objectivos de realizar os seus trabalhos com uma base científica, o que estava de acordo com a actividade desenvolvida na Academia, dando sugestões para que se pudesse corrigir o que estava mal no ensino. O Congresso realizado em Março de 1910, resultou num relatório que apontava alguns dos problemas do ensino: era considerado demasiado teórico, com demasiadas cadeiras e matéria complexa¹⁷⁹. Considerava-se que o ensino superior falhava em dois dos seus três principais objectivos, o progresso da ciência e a sua aplicação, e desempenhava mal a sua difusão, não se praticando os métodos científicos. Também a formação de professores era criticada, dando-se o exemplo da formação de professores de ciências que era dada estranhamente por professores do Curso Superior de Letras¹⁸⁰. A reorganização do ensino superior devia ser feita mantendo-se as três universidades nacionais¹⁸¹. Havia a necessidade de atingir resultados rigorosos, através do estudo dos vários temas, devendo a conferência substituir a lição reduzindo-se o ensino teórico, e autorizar a abertura de

aderindo em 1896 ao Grupo Republicano de Estudos Sociais, e à Federação dos Livres-Pensadores, e Associação Promotora do Registo Civil, para só referir algumas mais notáveis. Em 1908 na sua defesa do Registo Civil, publicou a obra “A obrigatoriedade do Registo Civil.” Participou activamente na Revolução de 5 de Outubro, sendo responsável pela revolta nas localidades de Sacavém e Camarate, nos arredores de Lisboa. Depois da Implantação da República foi deputado na Assembleia Constituinte de 1911. Em 1912 foi cônsul no Rio de Janeiro, e no ano seguinte chefe da missão diplomática portuguesa no Panamá, e em 1915 na Venezuela, além de ter desenvolvido uma profunda actividade cultural no Japão fundando escolas, e fomentando a aprendizagem da Língua Portuguesa. Um dos seus irmãos, Pedro de Botto-Machado, foi Governador de São Tomé e Príncipe entre 1913 e 1918. Ver António Ventura, *Um Republicano Heterodoxo: Fernão Botto-Machado*, in Revista de História das Ideias, Vol. 27 – *República*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005, pp. 293-322.

Sebastião de Magalhães Lima (Rio de Janeiro, 30-5-1850 – Lisboa, 7-12-1928), foi um advogado, escritor e político que colaborou vários anos com Fernão Botto-Machado, em várias iniciativas comuns. Socialista e Republicano, fundou o jornal *O Século*, depois de ter dirigido o Grande Oriente Lusitano Unido, foi Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa, de 1907 até 1928, quando a Ditadura Militar forçou ao seu exílio. Nessas funções exerceu uma intensa actividade de promoção dos ideais republicanos, numa intensa propaganda feita em vários jornais como *O Século*, *A Vanguarda*, *O Amigo do Povo*, e nas revistas *O Xuão* e *A Semana de Lisboa*, entre outras. Foi também um dos fundadores de associações promotoras do Livre-Pensamento e da obrigatoriedade do Registo Civil, assim como da laicização do Estado, destacando-se como defensor da Paz e do Federalismo, estando também na origem do Grupo Republicano Pró-Paz, entre outras organizações pacifistas e de solidariedade. Após a Implantação da República esteve juntamente com José Relvas em missão diplomática em França e na Inglaterra, com a função de defender os interesses do novo regime junto nestes países, e foi Deputado da Assembleia Constituinte, sendo o relator da Constituição republicana de 1911. Nesse ano foi candidato às primeiras eleições Presidenciais de 24 de Agosto, obtendo apenas um voto. Em 1915, após o golpe de 14 de Maio que derrubou a Ditadura Militar de Pimenta de Castro, foi Ministro da Instrução Pública por um breve período, e em 1921 fundou a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem. Para saber a sua biografia mais em pormenor ver António Ventura, *Magalhães Lima - Um Idealista Impenitente*, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2011, e idem, *Magalhães Lima*, in João Medina (Dir.), *op. cit.*, pp. 335-338.

¹⁷⁹ José de Magalhães, *O problema educativo nacional, relatado pela Liga de Educação Nacional*, Congresso Nacional de 1910, Lisboa, 1910, p. 6.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 9.

¹⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 10.

curso livres, com professores livres como referia o relatório da Liga de Educação Nacional¹⁸².

Coloca-se a questão de perceber como é que o ensino popular respondia a estes problemas e se de certo modo substituíra o papel do ensino superior oficial: como já foi referido, segundo Jaime Cortesão eram precisas em Portugal Universidades Populares e não Universidades Livres, para a divulgação do conhecimento na população. De que modo é que as Universidades Populares poderiam ser postas em prática e cumprir os objectivos pretendidos? A sua extensão a outras localidades, era um objectivo para cumprir nos anos seguintes, mas como arranjar meios para prosseguir com essa iniciativa, num momento crítico, de profunda viragem da vida nacional, era uma questão que se impunha.

O ensino oficial com a Universidade de Coimbra e as Escolas Superiores de Lisboa e Porto, era considerado ultrapassado por alguns autores do movimento, e representava os defeitos do Estado nos últimos anos da Monarquia. Resta saber se aqueles que o criticavam e denunciavam os impedimentos à mobilidade social, conseguiam criar um sistema de ensino universitário verdadeiramente alternativo a esse, e que promovesse a ascensão social de quem o frequentava, impedido de frequentar os oficiais. Como ser verã adiante, alguns professores e estudantes universitários de Coimbra colaboraram com a Universidade Popular local, dando aulas e partilhando os seus conhecimentos. Por outro lado, mantinham-se as críticas ao funcionamento dos cursos superiores nas universidades oficiais. Resta compreender até que ponto conseguiam as Universidades Populares ter uma função alternativa com os seus cursos livres, e qual seria a sua aceitação do público estudante, sendo a Universidade de Coimbra, uma instituição que se caracterizava pelo seu conservadorismo, avesso a inovações educativas.

A importância das conferências para o ensino popular, com a participação de professores respeitados no meio académico com vastos conhecimentos sobre os temas, era habitual nestes relatórios, nos quais o momento político e social não passava despercebido, havendo uma activa intervenção nesse campo. Os vários temas estavam relacionados com a situação social da época, o que levava a que a discussão fosse um retrato do que se pensava e queria discutir. O anarquismo assim como o republicanismo, promovia o interesse pelos temas culturais e políticos. O jornal *A Batalha* que seria fundado em 1919, referia com frequência os trabalhos das Universidades Populares nessa

¹⁸² Idem, *ibidem*, p. 11.

época. Era feita uma campanha pela instrução da classe operária, referindo os temas que eram falados nas lições, que eram referidos em alguns periódicos, como o *Jornal de Notícias*, e o *Primeiro de Janeiro* onde se encontram referências principalmente à Universidade Popular do Porto, com os temas dos cursos e das conferências, e os horários¹⁸³. O *Jornal de Notícias* de 11-6-1912 publicou o programa da Universidade Popular do Porto.

A criação de Universidades Populares dinamizada pela Renascença Portuguesa, pressupunha um apoio financeiro por parte dos membros fundadores e dos sócios. Faziam parte do projecto ambicioso de divulgação cultural no país, os intelectuais que nele se empenhavam, divulgando as suas opiniões publicamente nos vários órgãos informativos. Por influência do Positivismo e do Cientismo, que tinha grande importância e via na cultura um meio para o progresso e regeneração social, pensou-se na aplicação desse conceito em Portugal. O apoio que algumas pessoas culturalmente influentes deram à sua criação, tem de ser considerado da maior importância. Além da figura tutelar de Bernardino Machado, encontra-se na Maçonaria, uma adesão à causa do ensino popular, com vários tipos de apoios, além da promoção dos direitos e liberdades individuais. Para além disso, a iniciativa privada ou o mecenato, foram ajudas importantes como tinham sido no caso do apoio à Liga Nacional de Instrução. Os contributos monetários de particulares, que de forma generosa ajudaram à construção das instalações e de bibliotecas públicas.

Através das quotas, os seus sócios eram um apoio essencial que continuava ao longo dos anos. Os boletins informavam sobre o número de associados e a sua evolução, assim como o pagamento feito por iniciativa filantrópica.

As organizações sindicais encontravam no ensino popular um meio de promoção do ensino, que de outra forma não era alcançado. O apoio da Maçonaria estava também relacionado com o combate ao domínio do ensino religioso, e no final do século XIX, inícios do XX as manifestações anticlericais visavam o ensino dos Jesuítas, considerado demasiado dogmático e ultrapassado¹⁸⁴.

As várias associações contribuíram com donativos e vários incentivos culturais à divulgação do ensino, recrutando os professores e contactando os Municípios para a

¹⁸³ Ver *O Primeiro de Janeiro* de 19-1, 26-1, 2-2, 1-2 e 16-2, 23-2, 15-3, 22-3, 25-3, 29-3, 8-4, e 12-4 de 1916, onde se publicaram os resumos das lições da Universidade Popular do Porto. Ver o *Jornal de Notícias* de 9-5, 20-5, 3-, 23-11, 25-11, e 21-1-1917.

¹⁸⁴ António Ventura, *op. cit.*, pp. 123-127.

necessidade de terem meios disponíveis para o ensino. Como já foi referido, a Maçonaria tinha dado um grande apoio à Liga Nacional de Instrução criada em 1907. Nos estatutos das Universidades Populares, a sua influência está bem presente: devia haver uma aproximação entre o meio cultural e as massas populares, através de vários tipos de actividades como cursos livres, conferências, palestras, bibliotecas públicas, exposições, visitas de estudo, etc¹⁸⁵. O contributo das organizações anarquistas e sindicais para a educação popular, pretendia a adesão das massas, o que por vezes não era alcançado. Várias associações e particulares mostraram o seu interesse em apoiar o ensino popular: pequenos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, associações de classe, etc. A divisão que havia entre socialistas e anarquistas, também influenciou o modo como se devia estabelecer o ensino popular. O pouco apoio que recebiam os socialistas, levou a que fosse no meio sindical que se encontrassem formas de educação popular, num momento em que o anarquismo ganhava influência nos meios urbanos. É de referir aqui a pouca influência do Socialismo nestas acções educativas. Com o contributo de profissionais liberais como professores, médicos, advogados, uma elite intelectual com alguns recursos financeiros assumia o seu interesse pelas formas de ensino no meio operário. Devia-se alcançar pela educação a reforma social pretendida, fomentando o interesse popular pela cultura.

Um grande problema que o movimento operário enfrentou no acesso à cultura, foi a sua pouca consciência de classe, com pouco interesse pelas organizações políticas. Também o seu elevado analfabetismo contribuía para essa fraca adesão, contribuindo para a sua falta de esclarecimento. A iniciativa de alargar a adesão às associações profissionais, não teve por vezes o êxito esperado. Havendo uma iniciativa de particulares, esperava-se da parte dos operários e das massas um apoio monetário e maior interesse pelas actividades educativas. As classes médias tinham uma função de manter o seu apoio ao ensino popular, pois era principalmente através delas em Lisboa e no Porto que se garantia uma unidade de esforços no combate ao clericalismo. No meio urbano concentravam-se as associações anti-clericais, que através de manifestações, de comícios e da imprensa principalmente, propunham um ensino laico e reformador.

O radicalismo existente nessa época, levou a que o ensino popular tivesse uma influência restrita, limitando-se aos meios urbanos onde havia apesar de tudo um associativismo mais consciente e esclarecido, com a influência da Maçonaria, havendo

¹⁸⁵ Para consultar os vários cursos lecionados nas universidades populares, ver Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 62-67.

maiores dificuldades em alargar o seu domínio a outras zonas. Houve o problema de fazer a angariação de meios para o funcionamento das instituições de ensino, com os respectivos pedidos realizados. O levantamento das respostas a esses pedidos, é importante para perceber a reacção das várias associações, e de como se realizou caso haja documentos como prova, algo que falta e que em trabalhos posteriores pode ser explorado. A angariação variava conforme as profissões de cada membro e as respectivas regiões de origem, umas com maior influência católica que outras, o que se reflectia no apoio prestado, mas essa lista tem o valor de referir os estratos sociais aos quais se dirigia essa obra educativa.

A implantação dos ideais republicanos também variava, sendo maior como já foi dito nas áreas urbanas de Lisboa, Porto e Setúbal principalmente. Um dos grandes problemas deste tema é perceber até que ponto a formação de organizações republicanas favoreceu o desenvolvimento do ensino popular, que se encontrava fora de qualquer autoridade religiosa ou estatal. Com o elevado analfabetismo, as preocupações educativas eram uma necessidade básica que devia ser prioritária. Conforme os apoios recebidos, a tarefa educativa abrangeria uma parte maior ou menor da população. O pagamento dos sócios era uma fonte de receita fundamental, com a importância da iniciativa privada para a manutenção dos cursos. A necessidade de dar instrução junto dos operários, levou a que se investisse nas acções de divulgação cultural, como as visitas de estudo e a museus, as bibliotecas móveis, palestras, etc. O conteúdo educativo destas actividades devia moralizar o comportamento dos trabalhadores, tornando-os pessoas mais íntegras, com hábitos mais saudáveis. Sem acesso à cultura, os seus tempos livres eram ocupados nas tabernas, onde ganhavam vícios como o jogo e o alcoolismo, e os republicanos condenavam esses comportamentos ociosos, mas há que perceber também o reduzido tempo livre dos trabalhadores com longos horários de trabalho, que podiam ir até às 10,12 horas ou mais.

Dependendo da boa vontade de quem apoiava o ensino popular e do empenho que os republicanos tinham na sua execução, havia medidas de aproximação da cultura à população em conjunto com o contributo das organizações políticas, mas note-se que é uma questão importante e possível de ser desenvolvida futuramente, saber como esta forma de ensino popular se sobrepunha ao ensino oficial, e como alcançava esse objectivo, apontando as suas características. Como fazer para definir as qualidades do ensino popular, e a adesão que tinha. Além de conhecerem novos locais com interesse histórico, enriqueciam-se culturalmente.

O Congresso do Livre-Pensamento em 1908 foi assim um passo importante e precursor para que se criassem as condições do ensino popular, como aconteceu nos anos seguintes, debatendo-se em torno de princípios comuns como o anticlericalismo, a laicização e influência republicana do ensino e a necessária reforma social que se pretendia, contando com a convergência de interesses entre as várias organizações. Os livre-pensadores formavam uma organização paralela a outras organizações que surgiram nesse período de tempo, com interesse pela intervenção política, numa ligação que era criticada pelas organizações de instrução popular, acusando os livre-pensadores de serem usados pelos partidos, e de procurarem benefícios políticos, para subirem na hierarquia social, mas os seus conhecimentos em várias áreas e a defesa que faziam dos valores republicanos, eram indiscutíveis, acontecendo que alguns deles aderissem a várias iniciativas em simultâneo. Entre eles estavam figuras da cultura e professores conceituados que já tinham estado noutras associações semelhantes, como Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Heliodoro Salgado, Magalhães Lima e Adolfo Coelho¹⁸⁶.

A grande influência da Maçonaria proporcionava a divulgação nos meios operários do ensino popular. Ligada a ela, a Associação dos Livres-Pensadores fazia uma política de incremento cultural junto das populações, com vários tipos de actividades, como peças teatrais, exposições ou concertos. Além disso batia-se pela obrigatoriedade do Registo Civil, uma causa que já transitava de décadas anteriores fazendo parte da actividade anti-clerical¹⁸⁷. Como corpo docente do Directório Republicano, foi criado no final do século XIX o Grupo Republicano de Estudos Sociais, que tinha como principais objectivos, a divulgação cultural, a solidariedade social e o pacifismo, além de dispor de uma Biblioteca¹⁸⁸. Devia assim influenciar de forma construtiva a acção do Directório, de forma a recuperar a dinâmica que o Partido Republicano tinha perdido. A acção da Maçonaria dava-se assim de várias formas, tendo como base os princípios da soberania da razão e do pensamento livre, o combate ao domínio religioso nas instituições e o direito ao ensino.

A Junta Liberal formada em 1901, era outra organização de influência maçónica formada essencialmente por republicanos, que através das conferências combatia o domínio da Igreja, e defendia a laicização do ensino. Tinha um papel de intervenção

¹⁸⁶ António Ventura, *Anarquistas, Socialistas e Republicanos [...]*, pp. 80-84.

¹⁸⁷ Idem, “A Maçonaria e a República”, in João Medina (Dir.), *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Vol. X – *A República - I*, 1993, pp. 322-323.

¹⁸⁸ Idem, *Anarquistas, Socialistas e Republicanos [...]*, pp. 31-33.

política além de cívica e cultural e os seus membros davam um apoio financeiro para o impulso das actividades educativas, de apoio à causa republicana, sucedendo em alguns aspectos ao G.R.E.S. criado cinco anos antes, que tinha objectivos de exercer uma influência cultural junto do Directório. Pretendia-se uma população dos meios urbanos mais esclarecida, com maior consciência cívica, deixando os vícios que estavam enraizados e aderindo às novas ideias políticas. Tirar o operário da taberna, do jogo, do alcoolismo entre outros maus hábitos, e fazê-lo ter interesse pelo saber durante os seus tempos livres, para poder mudar a sua visão das coisas, tornando-se num cidadão mais esclarecido e crítico era um objectivo essencial¹⁸⁹. O apoio financeiro dos particulares, reflectia esse interesse em que houvesse uma adesão popular efectiva ao projecto. Como já se viu anteriormente no caso da Liga de Educação Nacional, a quotização dos emigrantes era um factor importante para o sustento destas iniciativas. O incentivo à instrução era visto como um meio para atingir o progresso moral e social do país. O papel dos sócios como foi referido no caso da Academia de Estudos Livres, era de participar o mais possível nessa função de divulgação do ensino popular, recebendo em troca benefícios dessa condição, no acesso à subscrição de publicações e na compra de livros e na frequência das Bibliotecas.

Em 1901, quando foi criada a União Liberal Portuense, o seu manifesto teve um profundo sentido anti-clerical contra as ordens religiosas, sendo publicado com o título “Ao país e ao Clero” no jornal *Comércio do Porto* de 29-3-1901¹⁹⁰.

Em 1902 quando foi fundada no Porto a primeira universidade livre do país, ligada à comissão académica operária e com o apoio de várias associações profissionais, que contribuíram com uma quotização. E o pagamento dos seus sócios era uma fonte de receita essencial. O Comité propunha a criação de dois cursos, um para crianças e outro noturno para adultos¹⁹¹. Esta iniciativa compôs-se da realização de seminários, que foram bastante concorridos, e tiveram a participação de alguns dos professores mais prestigiados do Porto como Manuel Campos Lima, Duarte Leite ou Gonçalo Sampaio, falando de temas ligados com a Botânica e outras Ciências, o Estudo da Natureza e a Astronomia. Pretendia-se ter o conhecimento científico dos fenómenos, com influência do positivismo, afastando o dogmatismo religioso e as superstições. É importante referir que só havia

¹⁸⁹ Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, e Rogério Fernandes, *Um Projecto da Educação para adultos: A Universidade Livre [...]*, p. 43.

¹⁹⁰ António Ventura, *op. cit.*, pp. 37-41.

¹⁹¹ António Candeias, *OMovimento operário português*, in *Análise Psicológica*, 1981, p. 41.

nesta altura uma universidade pública no país, para salientar a sua acção pedagógica no meio em que funcionava, e o impacto social que tiveram, podendo-se verificar neste caso a grande adesão popular aos seus seminários.

Como já foi dito anteriormente, as Universidades eram uma realização da iniciativa de associações que promoviam o livre-pensamento, procurando dar instrução que abrangesse vários temas, com conhecimentos de cultura geral. Depois da iniciativa do Porto de 1902, houve um interregno, não deixando de haver interesse em criar novas instituições de ensino popular.

Também dá uma ideia da força e importância do movimento anarquista e da Maçonaria nesta época, que eram essenciais para a concretização dos seus projectos académicos. Pôs-se a hipótese da Academia de Estudos Livres abrir uma delegação no Porto, num projecto que não teve seguimento¹⁹². Em 1908 fundou-se a associação estudantil “Amigos do ABC”, nome criado por Jaime Cortesão, então aluno da Escola Médica do Porto. Neste grupo juntaram-se alunos do Porto, num chamado “centro de propaganda e instrução”, com a direcção de uma comissão instaladora¹⁹³. O centro vai ser um meio de intervenção cívica, com a actividade literária dos seus alunos, e a intervenção política que realizaram, que teve seguimento no movimento da “Renascença.”

Nesse ano em 1 de Novembro começou a ser publicado o semanário de notícias *Ilustração Popular* dirigido por Carlos Magalhães, onde deram a sua colaboração como escritores e desenhadores na maior parte portuenses ou de outros locais do norte do país, alguns membros que tinham sido da *Nova Silva* e que iriam pertencer à “Renascença”, como Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra e Álvaro Pinto, num estudo que por cobrir um curtíssimo espaço de tempo, consegue ser mais pormenorizado e localizado geograficamente¹⁹⁴.

¹⁹² Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, p. 199.

¹⁹³ Idem, *ibidem*, pp. 214-215.

¹⁹⁴ Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 18-30.

7.1. A estrutura e organização das Universidades Populares

Como já foi referido, o método de ensino dessas instituições assentava muito em conferências, visitas de estudo, sessões de cinema, concertos, criação de bibliotecas, etc. Como o nome indica em relação às Universidades Livres, pretendia-se que fossem livres da tutela da Igreja e do Estado, tendo em conta serem projectos de iniciativa pessoal. Neste trabalho pretendem-se desenvolver os aspectos em que se conseguiu de facto esse objectivo, tendo em conta os documentos que achei mais credíveis para esta análise. É preciso ter em conta o financiamento que era necessário para manter estas instituições a funcionar. As várias organizações tinham encargos com as despesas, que cobriam recorrendo à boa vontade dos seus membros. Para João de Barros, um escritor que estudou o tema do ensino nas massas, e que teve ainda uma colaboração na Renascença, as soluções para o problema pedagógico tinham que ser republicanas¹⁹⁵. Essa acção devia promover a ideologia republicana e patriota nas escolas e universidades, destacando temas e obras nacionais para o estudo, um objectivo comum ao da extensão universitária. O ensino devia ser conduzido pelas ideias positivistas e o predomínio da razão nas várias vertentes do conhecimento. A ligação feita entre o republicanismo e as teorias positivistas é um facto constante do ensino popular: a criação do cidadão esclarecido, livre do ensino tradicional e das superstições, que pudesse intervir na sociedade, era um objectivo essencial. A adesão não foi porém a pretendida muitas vezes, e de certo modo isso conduziu a alguma desilusão com as universidades, tendo em conta as expectativas que haviam inicialmente. A sua estrutura tinha sido alterada ao longo da sua existência, dentro de um sistema que procurava ser de incentivo à inovação do ensino.

A listagem dos cursos leccionados com os respectivos temas, foi também publicada no boletim oficial *A Vida Portuguesa*. Deviam ser estudados assuntos que fossem pertinentes, relacionando-os com o período agitado que se vivia. A adesão do público operário nalguns casos era muito fraca, e o impacto social reduzido com pouca divulgação.

A propaganda anti-clerical era um meio mais eficaz de atingir os objectivos republicanos, abrangendo muito mais gente. O papel do ensino e da cultura seria o de formar cidadãos esclarecidos e críticos, o que o ensino religioso não conseguia, segundo aqueles que o desacreditavam.

¹⁹⁵ Rogério Fernandes, *João de Barros, Educador Republicano*, apud Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, p. 61.

As reformas deviam ser realizadas como projecto de consolidação da República, com a colaboração da elite intelectual que participava na actividade da Renascença, e contribuía para a sua divulgação.

A pedagogia seguida nessa época, e a compreensão dos problemas educativos, tinha vários entendimentos entre os seus membros: as preocupações pedagógicas faziam parte das correntes saudosista e racionalista, havendo um debate sobre o melhor método que devia ser seguido. Esse debate prolongou-se durante a fase inicial da Renascença, destacando-se aí a intensa actividade de António Sérgio, com os seus ensaios sobre educação, e as críticas feitas ao sistema de ensino que formava “bacharéis”, como já foi dito anteriormente.

Os diversos pontos de vista criavam o debate de ideias sobre o ensino e como fazer para o modificar. A prioridade do problema do ensino já existia nas associações anteriores à Renascença como a da revista *Nova Silva* em 1907, e *Os Amigos do ABC* em 1908, que tinham objectivos embrionários que se iriam concretizar com a mudança de regime. Uma das questões mais vezes levantadas era a crítica ao ensino vigente considerado demasiado teórico, de memorização, que não preparava devidamente os alunos para a vida activa, um argumento que as várias associações anteriores à Renascença usaram, e que se manteve nos anos seguintes como um dos pontos de maior discussão. O ensino mais prático, com uma componente profissional, seria mais indicado para quem fosse começar a sua vida activa. Havia no entanto, o problema financeiro de falta de dinheiro para poder ter laboratórios, oficinas e ferramentas disponíveis para dar o ensino prático. Todas essas publicações que referiram o problema do ensino, tinham uma intenção de ao criticá-lo com provas de estudos feitos, modificar o estado de coisas. É que a grande reforma do sistema de Ensino, em relação ao Ensino Primário em 1911, foi uma das principais “bandeiras” do novo regime, daí dar-se importância a esse tipo de ensino, adaptando-o aos novos tempos, tendo em conta as circunstâncias vividas. Logo no seu número inicial, a revista *Águia* abordou o problema do ensino, e quais as alterações que deviam ser realizadas para o melhorar, continuando a ser um tema constante nas publicações seguintes. Os seus principais organizadores, intervieram num debate sobre o sistema de ensino que melhor de devia seguir em Portugal, no novo momento político e social que se vivia. Leonardo Coimbra escreveu nas primeiras edições da publicação¹⁹⁶: o seu

¹⁹⁶ Leonardo Coimbra, *Sobre Educação*, in *A Águia*, I série, nº 1 (1-12-1910), apud Paulo Samuel, *Educação e Nacionalismo na Renascença Portuguesa*, p. 663.

pensamento sobre a instrução, foi seguido na Renascença, com debates que foram feitos sobre esse problema, com opiniões bastante diversas¹⁹⁷.

A Universidade Popular do Porto formada em 1912 principalmente por iniciativa de Jaime Cortesão, funcionava com a realização de vários cursos livres, sem necessidade de inscrição¹⁹⁸. No boletim *A Vida Portuguesa* também criado em Outubro desse ano, pode-se encontrar o modo como funcionavam, havendo cursos livres e especiais. Os vários cursos tinham um público diverso de várias idades e profissões, que recebia noções de cultura geral, aprofundando o seu conhecimento. A origem do movimento da Renascença Portuguesa foi explicada nessa publicação¹⁹⁹, relacionada com a obra social e educativa que devia ser realizada no país. Nessa publicação debateram-se assuntos sociais e económicos, e podem-se conhecer os assuntos que seriam tratados nos cursos, consultando *A Vida portuguesa*. Abordou-se a Língua Portuguesa, a História do país, a sua Arte e Património, e vários tipos de conhecimentos explicados. Na estrutura destas instituições, o papel dos sócios e dos apoiantes do ensino popular era da maior importância. Como já foi dito, tinham uma influência política que era essencial no seu funcionamento, com a acção dos núcleos ligados ao republicanismo e às correntes anarquista e socialista. A sua importância na actividade estudantil variava em vários graus, coincidindo no combate ao domínio da Igreja no ensino. Também todas as organizações de ensino que precederam as Universidades Populares, procuravam esclarecer a sociedade e libertá-la das superstições e dos dogmas religiosos. No entanto essa tarefa revelava-se muitas vezes falhada, ou muito difícil de ser conseguida por falta de meios para a concretizar.

Na Universidade Popular do Porto, a adesão inicial aos cursos livres correspondeu de certo modo às expectativas dos seus organizadores. A primeira lição foi dada pelo Presidente da Câmara do Porto Xavier Esteves, a 17-6-1912, dez dias depois da sessão comemorativa da morte de Luís de Camões, também uma iniciativa da Universidade, que teve o apoio de um movimento cívico e da “Associação de Estudantes”, seguindo-se a segunda lição de Filosofia dada por Leonardo Coimbra a 26-6-1912²⁰⁰.

As duas lições seguintes a 9 e 11 de Novembro de 1912 foram sobre “História Pátria” como as designou Jaime Cortesão: pretendeu dar umas noções básicas da nossa História,

¹⁹⁷ Idem, *O Problema Educativo*, in *A Vida Portuguesa* nº 3 (30-11-1912), pp. 17-18.

¹⁹⁸ Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, p. 232, Marlene Óraide Neves, *op. cit.*, pp. 48-60, e Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 59-64.

¹⁹⁹ *Vida Portuguesa* nº 1 (31-10-1912), p. 8.

²⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 8.

referindo aqueles que ele considerava serem os seus principais acontecimentos. No nº 2 da revista *Vida Portuguesa* publicaram-se os sumários dessas lições²⁰¹. Esta publicação era vendida aos sócios por metade do preço da venda e a revista *Águia* era dada, como ficou referido nos estatutos da organização²⁰². Depois de terem sido adquiridas as instalações com o contributo da Comissão Administrativa e dos sócios e correspondentes da *Águia*, tiveram lugar nas salas reservadas para esse efeito. Problema da adesão e do número de alunos, e fazer a análise dos assuntos.

As conferências dirigidas pelos intelectuais da sociedade tinham uma duração específica, e era dado algum tempo para o debate sobre o tema tratado. A concepção historiográfica de Jaime Cortesão assentava no enaltecimento das grandes figuras e dos grandes feitos da nossa História, procurando justificações para as decisões tomadas ao longo do tempo, enaltecendo as glórias passadas. Assim enunciou em linhas gerais os factos mais importantes para serem falados nas conferências. De notar também a primazia dada à História nacional, de acordo com o espírito da Renascença, de enaltecimento da grandeza dos feitos do passado. Nas edições seguintes da publicação na secção “A obra da Renascença Portuguesa”, fazia-se um balanço da adesão popular às conferências. Foram seis as lições de História Pátria, lecionadas durante o mês de Novembro de 1912, mas as quatro restantes têm apenas a indicação da data²⁰³. As conferências sobre História da Literatura foram realizadas com vários membros do movimento cultural, que deram lições que estão referidas na *Vida Portuguesa*.

O ensino destes dois cursos visava transmitir “os aspectos originais do espírito português”, dentro daquilo que era a visão historiográfica dos seus autores, com a finalidade de fazer um juízo moral, elogiando aquilo que de positivo se fez e condenado o que se fez de errado²⁰⁴. Nesse ano de 1912-13, foram sete as aulas lecionadas por Alfredo Coelho Magalhães, tendo sido a primeira dada em 30-11-1912²⁰⁵, e continuando depois durante o mês de Dezembro nos dias 4, 11, 14, 18 e 21²⁰⁶. As lições de História da Literatura foram um complemento às de História Pátria, demonstrando a importância da

²⁰¹ *Idem*, nº 2 (15-11-1912), p. 15.

²⁰² Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 49.

²⁰³ *Vida Portuguesa*, nº 2, p. 20.

²⁰⁴ Rogério Fernandes, *Cortesão e a Universidade Popular do Porto*, Separata da Biblioteca Nacional, Série 2, 1 (1), 1986, p. 36.

²⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 37, e *Vida Portuguesa*, nº 3 (30-11-1912), p. 20.

²⁰⁶ *Vida Portuguesa*, nº 5 (31-12-1912), p. 36.

literatura cultura nacional e a sua divulgação e estudo nos cursos e segundo Jaime Cortesão, tiveram uma afluência bastante grande²⁰⁷.

Outros cursos começaram a sua actividade em 1913, com o botânico Gonçalo Sampaio a dar duas interessantes e muito concorridas lições de Introdução ao Estudos das Ciências da Natureza a 8 e 11 de Janeiro de 1913²⁰⁸. Nesse mês começaram a ser dadas as lições de Física por João Diogo, chamadas de palestras por causa do seu autor discordar que fossem chamadas de conferências. A segunda lição foi sobre temas mais abrangentes, como a escola e a sua função na sociedade, como meio de preparação para a vida profissional²⁰⁹. Estas lições iniciais tiveram uma grande importância no decurso da actividade da Universidade Popular portuense. No seguimento das conferências, a revista publicava a análise sobre os temas que tinham sido tratados. As lições seguintes continuaram a ser tratadas na revista, de diferentes modos: dando-se prioridade à informação sobre as conferências de História e de Literatura. Os assuntos científicos eram tratados noutra secção, sendo publicados os sumários na revista.

O projecto da Renascença Portuguesa, tinha assim nas revistas *Águia* e depois na *Vida Portuguesa*, duas publicações que davam voz aos seus colaboradores, divulgando as várias actividades culturais. Também fazia o balanço das receitas e despesas, que eram obtidas através dos donativos e das quotas, além de parte do orçamento da Câmara do Porto ser empregue na Universidade Popular²¹⁰. Deve-se tentar entender se esse apoio público foi cumprido ou se houve falhas por parte dos órgãos centrais. Se houve regularidade no pagamento à Universidade, e quais foram as formas de suporte que obtiveram para prosseguir com as lições. Outro apoio essencial para o funcionamento da instituição era o dos sócios efectivos. Através de um pagamento regular, contribuía para que se prosseguisse com a actividade da instituição. Havia várias formas de angariar novos sócios, usando o boletim para o efeito, sendo essencial a sua participação nas actividades. As listas com os nomes dos sócios também foram divulgadas, variando o seu contributo e efectividade. Havia mais interesse em que os sócios mantivessem uma colaboração assídua nos trabalhos da associação. Como foi redigido nos Estatutos de

²⁰⁷ Como indica o sumário da 1ª lição, em *Vida Portuguesa* nº 5, p. 40, e nº 19 (1-11-1913), p. 145, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 169.

²⁰⁸ Idem, *ibidem*, pp. 47-48. Gonçalo Sampaio (Póvoa de Lanhoso, 29-3-1865- Porto, 27-7- 1937) foi nomeado Professor de Botânica na recém-criada Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 1912. Dedicou-se principalmente ao ensino da Botânica, publicando uma grande obra sobre a Natureza, intitulada *Manual da Flora Portuguesa* (1909-14).

²⁰⁹ Idem, *ibidem*, pp. 52-56 e nº 8 (18-2-1913), p. 60.

²¹⁰ Idem, *ibidem*, nº 3 (30-11-1912), p. 20.

1912 que em Janeiro de 1913 foram alterados, sendo o Presidente da Assembleia Geral Guerra Junqueiro, o Vice-Presidente Teixeira de Pascoaes, o Presidente do Conselho de Administração Álvaro Pinto, Antero de Figueiredo, Cristiano de Carvalho, Jaime Cortesão e Joaquim da Costa Carregal. Em 1912-13, a Renascença tinha 165 sócios e em 1913-14, 243 sócios²¹¹.

Entretanto a Renascença tinha perdido logo no seu início uma das suas figuras mais ilustres, o escritor Manuel Laranjeira que se suicidou 22-2-1912²¹². A sua participação não foi desse modo muito marcante, embora tivesse deixado alguns testemunhos seus em correspondência com os outros membros do grupo, e ter dado um importante contributo inicialmente. Nessa fase inicial, os autores que fizeram parte da direcção, deram um contributo essencial ao movimento, mas escritores como Manuel Laranjeira ou Gomes Leal, também tiveram a sua influência pelo respeito que impunham. Os Estatutos definiam as funções dos membros da direcção e dos sócios, um processo necessário para a formação de uma sociedade, assim como o seu registo notário²¹³. Havendo os corpos gerentes, encarregues da gestão financeira e das actividades da sociedade, a divulgação cultural era um objectivo de quem tinha essa função. A responsabilidade do êxito das iniciativas devia ser entregue a quem as podia financiar e promover, como as comissões gerentes e os sócios. O funcionamento da organização encontrou vários obstáculos, algo comum na época, e que é dado a conhecer nas páginas da *Vida Portuguesa*. As escolas do simbolismo e do decadentismo, eram contestadas pelos racionalistas, com influências estrangeiras. Essas influências também estavam presentes nos autores da Renascença Portuguesa, e no caso de António Sérgio, a nova concepção de ensino desse autor de dar prioridade ao ensino profissional e à sua componente prática, foi publicada nos seus órgãos. A preocupação com a pedagogia ocupou uma grande parte dos seus textos, que não eram por isso tão ligados às várias correntes literárias, demarcando-se nalguns aspectos psicológicos e sociológicos. Também foi um campo propício a quezílias com outros intelectuais com uma visão para a instrução portuguesa. Assim aconteceu logo no

²¹¹ Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 42-43.

²¹² Manuel Laranjeira (Mozelos, Santa Maria da Feira, 17-8-1877 – Espinho, 22-2-1912), foi um médico, escritor e ensaísta de grande prestígio no final do século XIX, início do século XX. Relacionou-se com alguns dos principais e mais influentes intelectuais desse período de tempo, como Teófilo Braga, Amadeo Sousa-Cardozo, Ramalho Ortigão, e o espanhol Miguel de Unamuno, aderindo aos grupos literários do final da Monarquia, e fazendo parte da “Renascença”, colaborando com alguns artigos. Suicidou-se no início de 1912 quando sendo colaborado como ensaísta para grupos como o Teatro Livre em 1904-05, e se encontrava gravemente doente. Cf. Alfredo Ribeiro dos Santos *op. cit.*, pp. 31-38 e 44-45, e Manuel Laranjeira, *Cartas*, e Idem, *Pessimismo Nacional*, Lisboa, ed. Frenesi, 2009.

²¹³ Idem, *ibidem*, pp. 39-49.

primeiro artigo que publicou na *Vida Portuguesa*, intitulado “Variações do Amigo Banana”, em que dando a sua opinião sobre o conhecimento histórico, criticou a forma como era ensinada a História de Portugal, baseada essencialmente nos acontecimentos heróicos e na acção individual das suas figuras²¹⁴.

O movimento no seu papel reformador, tinha na educação e o consequente sistema de ensino popular uma das suas missões principais, com a formação de um núcleo de autores que se dedicaram ao estudo dos seus problemas. A corrente filosófica do Criacionismo, da autoria de Leonardo Coimbra, com a sua importância cívica, e de intervenção cultural foi considerada como uma filosofia verdadeiramente original e nacional²¹⁵. Os seus textos sobre educação na primeira série de *A Águia*, caracterizaram o seu pensamento nessa área, que iria depois desenvolver-se como Professor de Filosofia da Faculdade de Letras do Porto e Ministro da Instrução²¹⁶. Apesar disso a sua tese sobre o Criacionismo, apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa, na candidatura à vaga de Professor de Filosofia daquela instituição tinha sido chumbada²¹⁷.

Nas edições iniciais do boletim *A Vida Portuguesa* para além dos resumos das lições, foram publicados alguns textos dos seus membros sobre o problema do ensino, com várias opiniões de como devia ser feita a sua reforma: as intervenções de Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra, que faziam parte da comissão nomeada para discutir o problema educativo, logo nas primeiras edições da publicação, foram debatidas e foi feita a distinção na definição de ensino e educação, debatendo-se se devia ser feita uma separação radical, ou uma relação recíproca entre quem ensinava e os seus destinatários, operários ou outros sócios²¹⁸. Coube aos membros fundadores do Movimento, tomar a decisão de formar as comissões, com as respectivas funções. De certo modo, teve seguimento a ligação entre si, feita nos grupos anteriores como os “Amigos do ABC” e as várias organizações para o estudo do ensino, como a Liga de Educação Nacional e a Liga Nacional de Instrução, sendo que em 1910 fundou-se a Sociedade de Estudos Pedagógicos. Como referiu Helena Neves no seu estudo sobre as Universidades

²¹⁴ António Sérgio, *Variações do Amigo Banana* [...], in *A Vida Portuguesa* nº 4 (15-12-1912), pp. 28-30, apud Paulo Samuel, op. cit., pp. 108-114.

²¹⁵ Paulo Samuel, *Educação e Nacionalismo na Renascença Portuguesa, Cadernos de Humanística e Teologia*, Porto, 2012, pp. 660-662.

²¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 663.

²¹⁷ Sobre este caso, ver Eduardo de Soveral, *Análise do Criacionismo de Leonardo Coimbra (1883-1936)*, e Fernando Mendonça Fava, *Leonardo Coimbra e a Primeira República: Percorso Político e Social de um Filósofo*, Dissertação de Mestrado em História das Ideologias Político-Sociais, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

²¹⁸ *A Vida Portuguesa*, nº 1, p. 7.

Populares, os cursos eram escassos tendo em conta a dimensão dos seus programas, e os balanços feitos nos primeiros números da *Vida Portuguesa* reflectiam a concepção idealista do povo e as suas necessidades²¹⁹. Continua com esse trabalho pesquisando os temas que tinham para o público maior importância, e que sendo dirigidos principalmente ao meio operário, sobre qual era o seu impacto e como podiam desenvolver-se estas iniciativas. Para isso havia que encontrar interesse e abertura dos trabalhadores, o que por vezes não acontecia, conforme indicava o balanço das lições iniciais. Os corpos gerentes assumiam a responsabilidade do funcionamento das actividades, debatendo e dirigindo os novos projectos de ensino, enquanto os sócios eram responsáveis pelo funcionamento das lições, e a sua promoção no público trabalhador. A pedagogia era entendida de várias formas, sendo debatida nas publicações do movimento. Assim a edição da *Vida Portuguesa* de 30-11-1912 anunciava a abertura de um inquérito sobre a questão educativa, começando pelo estudo da relação entre ensino e educação. A preocupação com a disciplina dos alunos era criticada por Leonardo Coimbra, havendo a tendência para a separação conceptual entre a educação e o ensino. A separação entre a concepção prática e teórica da vida está também presente neste texto, definindo que o plano teórico assegura o prático, e que a acção prática não se limita à acção material, mas vai até à acção estética e moral²²⁰.

Esta divisão entre teoria e prática, seria objecto de debate no seio da Renascença, como se verá depois. Ao texto de Leonardo Coimbra, sucederam-se outros com o objectivo de manter a troca de opiniões sobre os problemas do ensino, destacando-se as intervenções de António Sérgio e de Jaime Cortesão. As preocupações educativas tinham a sua razão de ser num momento em que se pretendia a renovação do conceito de cidadania, que as profundas mudanças que a chegada da República tinha trazido. Nas restantes comissões nomeadas para tratar dos problemas religiosos, económicos e sociais, a intervenção da direcção do grupo assentava na organização dos debates e de como esses temas eram abordados pelos vários autores. Nas páginas da *Águia* esse tema foi discutido com troca de argumentos entre António Sérgio e Teixeira de Pascoaes, duas posições que coincidiam no seu conservadorismo em relação à pretendida democratização do ensino, como já aqui foi referido. Inserido na actividade da Sociedade de Estudos Pedagógicos, António Sérgio escreveu os seus *Aspectos sobre o problema pedagógico em Portugal*, onde dava a sua visão do que devia ser a educação moderna, sendo os seus trabalhos

²¹⁹ Helena Neves, *op. cit.*, p. 30.

²²⁰ Leonardo Coimbra, *O problema educativo*, em *Vida Portuguesa*, nº 3 (30-11-1912), pp. 17-18.

continuados noutras publicações como a *Vida Portuguesa* e a *A Águia*, ou como foram os seus ensaios sobre Educação Cívica publicados nesta revista em 1914, e editados depois pela Renascença no ano seguinte, onde desenvolveu a sua teoria do “self-government” aplicado nas escolas, e as vantagens de um ensino mais prático de acordo com a sua perspectiva pragmática e racionalista, uma visão supostamente mais avançada e de acordo com o contexto europeu, acompanhando os vários progressos industriais reflectidos numa nova sociedade.

As instalações deviam ter capacidade para acolher as conferências e ser dignas de uma instituição de ensino, sendo ocupadas pela Universidade Popular com a ajuda dos seus gerentes e sócios. A divulgação que o fundador da Universidade do Porto Jaime Cortesão, pretendia que fosse continuada noutras localidades devia ter um apoio institucional, que desse meios a esse desenvolvimento da actividade educativa. Os vários tipos de cursos e outras actividades desenvolvidas, tinham um conjunto de estudantes específico, com um interesse que podia ser mais pelo ensino prático ou teórico.

As primeiras instalações da Universidade Popular do Porto foram no mesmo local que a Renascença Portuguesa e a revista *A Águia*, na Galeria de Paris, nº 48–1^{o221}. Esta revista era dirigida por Álvaro Pinto e editada por Tércio de Miranda, que assumia as funções de Secretário da associação. Segundo as informações da altura, a localização no centro histórico do Porto, era ideal para reunir os seus sócios, e graças às suas receitas obtidas pelas quotas e outros contributos particulares, a Renascença e a revista puderam funcionar num prédio de três andares nessa rua, com escritórios e uma tipografia²²². Com a duração da sua actividade, houve um aumento nos meios disponíveis, para o trabalho estudantil, e a formação dos trabalhadores, correspondendo ao apoio da Câmara do Porto e das receitas dos sócios. A adesão do povo trabalhador, tinha em conta o interesse que os assuntos debatidos e estudados tinham para o seu quotidiano. A longa duração dos horários de trabalho que nalguns podia chegar às 12 ou 14 horas, era também outro grande entrave a que houvesse interesse pelo enriquecimento cultural, como acontece com a leitura, e a assistência às actividades da universidade. Não havendo uma consciência de classe enraizada como noutros países, essa tarefa de instruir e fazer uma pedagogia dos operários, tornava-se mais complicada, apesar do empenhamento de quem a dirigia.

²²¹ *A Vida Portuguesa*, nº 2 (15-11-1912), p. 14.

²²² Rogério Fernandes, *Cortesão e a Universidade Popular do Porto*, Separata da Biblioteca Nacional, Série 2, 1 (1), 1986, p. 49.

Nesse aspecto salientam-se as opiniões de Jaime Cortesão, algumas já mencionadas atrás, para explicar a menor adesão das camadas populares aos cursos, como se verá de seguida. Alguns aspectos do ensino popular eram inspirados no que se tinha feito no estrangeiro, e havia alguma preocupação em procurar adaptá-lo à realidade nacional.

8. As várias correntes de pensamento dos membros da Renascença

Os pontos de vista de um autor como António Sérgio que estudava outros assuntos de forma igualmente empenhada, divergiam se comparados com os de outros membros do grupo cultural: as tomadas de posição sobre o ensino, variavam conforme eram mais racionais e pragmáticas, ou saudosistas e teóricas, recuperando as glórias da história portuguesa e afastando-se daquilo que eram as necessidades imediatas do país. Entre os membros fundadores haviam grandes diferenças no entendimento do racionalismo e do saudosismo. Se as posições de António Sérgio e Teixeira de Pascoaes entre outros eram contestadas, por exemplo no caso da instrução, por vezes não se percebia qual era o seu entendimento concreto sobre várias áreas de estudo pela Renascença. Havendo em confronto posições mais conservadoras de que o ensino devia manter-se elitista, não abrangendo as classes sociais mais baixas, como defendiam as posições de Teixeira de Pascoaes e os seguidores do seu pensamento como Afonso Lopes Vieira, Correia de Oliveira e Mário Beirão, e António Sérgio que apesar de ter uma visão racionalista e pragmática do ensino, mantinha-se reticente em que fosse considerado universal, enquanto os saudosistas se demarcavam do idealismo socialista de António Sérgio. Já o ponto de vista de Jaime Cortesão, Raul Proença e de Leonardo Coimbra, entre outros, cuja contestação ao ensino elitista já vinha das organizações estudantis antes da República, era de promoção do ensino para todos, e alargado às zonas mais remotas do país com a construção de escolas, o que continuaram a apoiar depois já com o novo regime. Teixeira de Pascoaes tem sido de forma algo simplista caracterizado como um pensador da Esquerda Republicana, contribuindo muito para isso, o seu cepticismo religioso, que era comum a outros vultos culturais da fase decadentista. No entanto, não era alguém que defendesse uma República radical, em favor das classes mais baixas, pelo contrário teve posições de superioridade intelectual e moral dos mais ricos, como se viu

na sua visão elitista do Ensino, nunca falando num ensino “para todos” ou que pudesse estar ao alcance de todos. Na recente obra, *A Renascença Portuguesa: Tensões e Divergências*, refere-se o equívoco que foi considerar Pascoaes um escritor neo-romântico, não percebendo a devida dimensão que teve, e a herança literária que deixou a vários escritores.

Como já vimos sobre a origem das Universidades Populares como uma iniciativa da Renascença, Jaime Cortesão foi o principal responsável pela criação da Universidade Popular do Porto, que foi a instituição que devia servir de modelo para as que se seguissem, segundo o plano de desenvolvimento do ensino em todo o país, caso houvesse a possibilidade de isso acontecer. O pluralismo que caracterizava a Renascença, permitiu que além da Universidade do Porto se lecionassem nas outras instituições cursos de vários tipos, não só no âmbito do ensino teórico, mas também cursos profissionais²²³. A importância destes cursos no ensinamento de uma profissão, foi também debatida, no seio da organização. Aqueles que como António Sérgio e Leonardo Coimbra tinham uma ideia de que o ensino devia ter uma forte componente prática, de preparação para a vida profissional, escreveram artigos em que referiam as vantagens que traria um novo tipo de ensino, para a nossa indústria e comércio com uma maior qualificação dos trabalhadores.

As virtudes do analfabetismo eram justificadas por escritores de pensamento mais conservador, e já anteriormente final do século XIX, o escritor e político Ramalho Ortigão achava que os portugueses não deviam aprender a ler e escrever, porque não sentiam interesse nisso, tendo em conta o tipo de vida que levavam²²⁴. Os membros da Renascença repudiavam essa mentalidade conservadora, e sentiam a necessidade de alargar a instrução às zonas mais remotas do país, com a consequente mudança dos hábitos instalados. As campanhas que a elite intelectual fazia contra o ócio, e vícios como o do jogo e do alcoolismo, pretendiam exactamente que os trabalhadores passassem mais algum desse tempo livre a instruírem-se. De que modo é que se conseguiu pôr em prática este ambicioso e complicado projecto de reforma das mentalidades, sendo que a tentativa de fazer o alargamento das universidades a outras localidades, era um meio de realizá-lo, é uma questão que tentarei desenvolver. Era necessário combater os vários entraves a um efectivo desenvolvimento social, que o republicanismo recente encontrava na Igreja, nas

²²³ António Braz Teixeira, *A Renascença Portuguesa, um Movimento Plural*, Paulo Borges e Bruno Béu de Carvalho (Coord.), *A Renascença Portuguesa: Tensões e Divergências*, p. 51.

²²⁴ Maria Filomena Mónica, “Deve-se ensinar o Povo a ler?”: *A questão do analfabetismo (1926-39)*, artigo publicado em *Análise Social*, Vol. XIII, 1977, pp. 321-322.

superstições e na mentalidade tradicional. Assim a pouca capacidade financeira dos meios mais pobres e rurais, tinha de ser combatida com medidas que levassem ao acesso de todos à instrução. A prioridade dada ao combate ao analfabetismo, que já vinha de anos anteriores com os já referidos “Amigos do ABC”, a Liga Nacional de Instrução e a Liga de Educação Nacional entre outras organizações, mantinha-se agora numa organização mais abrangente em termos políticos, onde era natural existirem divergências, e a questão daquilo que devia ser o ensino seguido era um dos principais motivos de conflito. Seguindo o projecto das organizações anteriores, de inspiração republicana e anarquista, mantinha-se o espírito crítico e a busca do esclarecimento para resolver os vários problemas sociais.

Se no começo da Renascença e depois da revista *Águia* em 1910 fundadas no Porto, houve um consenso de quase todos os fundadores nortenhos em considerar Teixeira de Pascoaes a figura tutelar desta organização cultural pelo seu ascendente sobre os outros e pela aura mística que tinha, e por outro lado os membros que aderiram que estavam em Lisboa como António Sérgio e Raul Proença principalmente, não pensaram da mesma forma, mantendo o seu cepticismo ou mesmo discordância com o pensamento filosófico da corrente saudosista, que predominava no grupo.

António Sérgio expressará isso mesmo na correspondência que trocou com os outros membros do grupo²²⁵, e nas páginas da *Vida Portuguesa*²²⁶, em que se mostrou particularmente mordaz com os saudosistas, revelando-se muitas das vezes mesmo pouco tolerante com o que eles pensavam, mostrando isso nas suas primeiras cartas que compunham as “Epístolas aos saudosistas” publicadas na *Águia* em 1913, dizendo que se tinham inspirado na definição de Duarte Nunes de Leão no século XVI, o que considerava estar fora do âmbito do que se discutia²²⁷. O tema da Saudade e a sua definição, foi parte integrante da obra da Renascença, sendo que se admitia que a própria origem da palavra fosse genuinamente portuguesa, sem tradução noutras línguas, um ponto em que jovens poetas místicos como Fernando Pessoa ou Mário de Sá Carneiro insistiam para a definição do que era a Saudade. A visão mais pragmática e realista dos intelectuais lisboetas, não se enquadrava com a dos intelectuais do Norte, que reconheciam o domínio do

²²⁵ *Cartas de António Sérgio a Álvaro Pinto*, Introdução e Notas de Rogério Fernandes [...], e António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença*, Organização e Introdução de José Carlos Gonzalez com um estudo de Fernando Piteira Santos, Publicações Dom Quixote/Biblioteca Nacional, Lisboa, 1987.

²²⁶ Sobre esta interpretação da nossa História, cf. os seus *Ensaio e Revista de História das Ideias*, nº 5. 1983.

²²⁷ Revista *A Águia* de 1913, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 188-194.

pensamento saudosista, que representava a Saudade como algo superior a um sentimento, sendo vontade ou acção que a exprime. Entre António Sérgio, Teixeira de Pascoaes e Afonso Lopes Vieira houve uma acesa discussão sobre o significado da Saudade, mantida nas páginas da *Vida Portuguesa* e da *Águia*. O seu ponto mais alto deu-se em 1913-14, e levaria à saída de Sérgio do grupo com o texto “Despedida de Julieta” no seguimento dos seus continuados ataques aos saudosistas²²⁸. Este aspecto é muito importante para perceber o rumo que o movimento cultural tomou, pois sob o domínio tutelar de Pascoaes, o Saudosismo impunha-se aí nas suas várias formas.

O ensaísta tinha uma visão demasiado aguda dos problemas sociais e afirmava conhecer o modo de os resolver, além de ter uma interpretação diferente da história portuguesa, assente em razões económicas e factores de conflito social.

É natural que quem estava ligado mais à actividade política, principalmente se fosse anarquista socialista, ou republicano, se entusiasmasse mais com a ideia do ensino popular, numa fase de crucial importância para o futuro do novo regime. António Sérgio não se assumindo como republicano, e mantendo uma visão distanciada do agitado momento político que se vivia, tinha referido com o seu sentido crítico a utilidade da criação de novas formas de ensino, e considerava que apesar de todos os seus defeitos e não tendo havido um partido monárquico que fosse credível para governar e levar a cabo as reformas necessárias, seria com o regime republicano que se deviam realizar. O “self-government” que garantia maior autonomia às escolas e aos alunos, dentro de uma organização hierárquica, era um modelo educativo que era dado como exemplo a seguir entre nós.

Na sua correspondência que teve quer com Álvaro Pinto, quer com Raul Proença, iniciada em 1911 e coincidindo assim com o início da Renascença, António Sérgio demonstrava estar muito empenhado nas suas conferências e entusiasmado com o novo projecto, afirmando perder com isso grande parte dos seus dias. Nos anos de 1911-12, notam-se as suas intenções reformadoras, e parecia preocupar-se em saber se as críticas que recebia lhe eram favoráveis, sendo que as respostas que recebeu às suas cartas de Álvaro Pinto e Raul Proença não são conhecidas, ainda que este último tenha tido uma escassa colaboração, e seria além disso nomeado Director dos arquivos da Biblioteca Nacional, da qual era funcionário desde 1911. Assim as cartas enviadas a este por António Sérgio, servem como uma fonte fundamental para compreender as várias decisões que o

²²⁸ António Sérgio, “Despedida de Julieta”, in *A Vida Portuguesa*, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 218-221.

ensaísta tomou no seu percurso na “Renascença”. Revelam num espaço de tempo de cerca de 30 anos (1911-1940), quais os assuntos que António Sérgio mais discutia, e as suas opiniões em várias áreas.

Entrando em conflito com o Saudosismo ou outras formas filosóficas e artísticas, o pensamento de António Sérgio inspirava-se muito na filosofia de Antero de Quental e nas suas concepções políticas e sociais: a filosofia do poeta açoriano, propunha a harmonia do homem com o seu semelhante, na interpretação que fazia da vida para além da morte. O idealismo cristão de Antero, em que Sérgio baseou a sua filosofia e acção cívica, que foi alterando nos seus ensaios e em acções de intervenção cultural, e que o levou a escrever a obra “Educação Cívica”. As “Conferências do Casino” realizadas em 1871, tiveram particular importância para perceber depois aquilo que iria ser idealizado pela “Renascença”, e algumas ideias novas que nas conferências tinham sido divulgadas, assim como teve depois o pensamento dos “Vencidos da Vida” na década de 80. Antero, que ele considerava o maior poeta português depois de Camões²²⁹, foi mesmo a sua principal referência literária, e a sua conferência intitulada “Causas da decadência dos Povos Peninsulares” serviu de mote para o estudo histórico feito por António Sérgio, em que não deixou de dar também a sua perspectiva crítica da decadência dos impérios ibéricos, referindo as três causas (Reforma de Trento, Absolutismo e Conquistas) encontrando várias razões para a justificar, num momento em que a questão do Iberismo ganhava apoiantes, reforçada com a formação da República espanhola em 1870.

Não é assim de estranhar que a primeira obra de Sérgio tenha sido *Algumas Notas sobre Antero* que escreveu quando tinha 19, 20 anos. Durante esta fase da sua vida, leu os principais escritores e filósofos além dos portugueses, como Descartes, Montaigne, Kant, Schopenhauer, Nietzsche, Berkeley, entre outros. O que ajudou de forma decisiva a moldar o seu pensamento, criando um espírito crítico em relação aos autores que lia e cujo pensamento filosófico tentava compreender. Apesar de ter formação em matemática e de apreciar os seus problemas e de Geometria, estas várias influências levaram-no a interessar-se mais pela Filosofia, a Sociologia e a História, além de continuar o estudo da Literatura dos autores que considerou mais importantes. A partir de 1911 quando aderiu à “Renascença”, começou a sua actividade literária com a revista *Serões*, enquanto

²²⁹ Romana Valente Pinho, *António Sérgio e a Teoria do Uno Unificante*, Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2012, pp. 18-19.

trabalhava para a editora norte-americana “Kellog”²³⁰. A partir desse momento destacou-se como polemista, travando discussões com outros autores sobre vários temas sociais, e também se evidenciou na área da Pedagogia, pouco conhecida até então em Portugal, tal como a sua mulher Luísa, que publicou uma obra sobre o “Método Montessori”²³¹, e com a qual iria colaborar em vários ensaios sobre pedagogia, depois de terem estado em Genebra a convite do Instituto Claparède.

António Sérgio que conheceu os outros membros da Renascença na reunião do Comité de Lisboa, vai ter um relacionamento mais próximo com Raul Proença, como a correspondência que trocaram a partir daí reflecte. Ao longo da sua longa estadia em Londres devido ao trabalho que tinha, e em seguida no Rio de Janeiro, manteve uma relação de grande cumplicidade. Por outro lado, os dois intelectuais tinham pontos de vista coincidentes em muitos aspectos: ambos rejeitavam que a filosofia saudosista dominasse a “Renascença”²³², na condenação da corrupção e de outros vícios da sociedade, sendo necessárias reformas na Política, que para Sérgio deviam ser antecedidas de mudanças nas mentalidades e na pedagogia e sistema de ensino que eram seguidos²³³. Os estudos sobre a Pedagogia Infantil, inspirados em grande parte pelo pensamento do alemão Fröebel, que recebeu também influências do idealismo de Kant, Fichte, Hegel entre outros, eram seguidos por Sérgio, para justificar as suas teorias educativas, assentes no método experimental²³⁴. A importância para o conhecimento dada à experiência, sendo o empirismo como teoria do conhecimento adoptada também por Berkeley, teve nesse aspecto uma especial influência, opondo-se ao intuicionismo de Bergson, da importância dada à sensação para o raciocínio, que na época estava muito na moda e uma escola filosófica que alguns autores da Renascença seguiam, como considera Paulo Samuel em relação ao pensamento de Leonardo Coimbra e dos seus seguidores²³⁵, sendo o Sensacionismo depois também adoptado pelos modernistas do grupo que depois formou a revista *Orpheu*, e que em comum com o Criacionismo tinha a criação de conceitos universais a partir das sensações e da experiência mental, considerando a

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. 9.

²³¹ Cf. Luísa Sérgio, *O Método Montessori*. Edições da *Renascença Portuguesa*, 1915. Sobre a fase em que viveram na Suíça (1914-16), cf. António Nóvoa e Daniel Hameline, *Autobiografia inédita de António Sérgio, Escrita aos 32 anos no Livre d’Or do Instituto Jean-Jacques Rousseau (Genebra)*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 29, Fevereiro de 1990, pp. 141-177.

²³² António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença*, p. 20.

²³³ Idem, *ibidem*, p. 21.

²³⁴ Cf. Rogério Fernandes, *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea [...]*, e Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, pp. 66-72.

²³⁵ Paulo Samuel, *Teixeira de Pascoaes na revista Águia*, pp. 14-15.

Saudade como força criadora e libertadora do ser humano, e não um sentimento triste e distante. Em *Orpheu*, a escola do Modernismo ganhou uma nova dinâmica, com a criatividade e irreverência dos seus jovens escritores na maioria dos casos. Fernando Pessoa depois de uma colaboração inicial na “Renascença” como crítico literário, começou aos poucos a afastar-se do grupo, não se identificando com o predomínio saudosista, um ponto que o vai aproximar de António Sérgio gerando-se uma relação de algum respeito mútuo, o qual Pessoa não tinha por grande parte dos outros membros²³⁶. Em termos políticos, a origem aristocrata do poeta levava-o a desprezar movimentos anarquistas ou socialistas, mantendo alguma distância da Monarquia, mas criticando a República dominada pelo P.R.P., e o Governo de Afonso Costa, mas o rumo que o sistema político levou, também o levaria com o passar do tempo a ser mais elogioso com o líder democrático, mantendo o seu desprezo pelas organizações sindicais²³⁷. Mário de Sá Carneiro foi sempre mais distante dessas questões, até por estar mais tempo fora do país e os seus romances tinham influências marcadamente futuristas, uma escola de vanguarda que pouco tinha a ver com o pensamento quer de Teixeira de Pascoaes, quer de António Sérgio. Embora estivesse informado do que se escrevia, na correspondência que trocava com Pessoa, referia-se ao grupo da *Águia*, como “o grupo da grande ave...”²³⁸

O combate que Sérgio vai travar pela defesa do Racionalismo e da importância da experiência para o conhecimento, opondo-se ao positivismo, fez parte da sua intervenção cívica logo nas primeiras publicações em que interveio²³⁹. Um dos seus objectivos era que se formasse na sociedade portuguesa uma opinião pública, que fosse capaz de ter uma “voz participativa” nas decisões tomadas pela República. No entanto nas posições que tomou, verifica-se alguma desconfiança ou cepticismo em relação às classes trabalhadoras: as massas eram na sua opinião facilmente manipuladas pela classe política, quer pela sua falta de instrução, quer pelo desinteresse que manifestavam, e muitas vezes a resistência que tinham às profundas mudanças sociais que os republicanos pretendiam fazer. Deviam assim fazer um processo de aprendizagem até poderem ter uma participação activa na vida pública.

²³⁶ Ver o artigo de João Medina, *Fernando Pessoa: Política e Messianismo*, in João Medina (Dir.), *História de Portugal*, Vol. XI – *A República – II*, pp. 11-32, e Jacinto Baptista, *Sérgio e Pessoa: Encontros e Desencontros*.

²³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 22-38.

²³⁸ Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 66-73, e p. 146.

²³⁹ António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 1022.

As tentativas de ressurgimento nacional que se vinham dado já desde o início da Regeneração em 1851 tinham falhado, muitas vezes por terem sido uma iniciativa de uma minoria mais instruída, o que tendo em conta o analfabetismo da maioria da população, dificultava logo a adesão das massas. Os objectivos da instrução limitavam-se quase apenas à alfabetização, a memorizar as letras e palavras e a fazer operações matemáticas simples, como no ensino da *Cartilha maternal* de João de Deus²⁴⁰.

A falta de cidadãos com espírito crítico, no fundo a ignorância em que a grande maioria vivia, era um forte entrave a quaisquer reformas estruturais na sociedade, que algumas pessoas mais esclarecidas, buscando às vezes exemplos de cidadania de países mais desenvolvidos, que tentavam com todas as dificuldades inerentes, aplicar em Portugal. As Universidades Populares foram um desses exemplos, como se viu nos antecedentes que houve nalguns países.

Procurou-se neste trabalho tentar compreender a posição de António Sérgio e Raul Proença sobre a sua criação recorrendo a correspondência. A troca de argumentos de António Sérgio com outros estudiosos em relação ao ensino popular, manteve-se na correspondência que trocou, e nos artigos que escreveu, e onde expunha as suas ideias pedagógicas.

As divergências na *Renascença*, incidiram inicialmente sobre a concepção que se fazia da renovação dos valores patrióticos: assim, a definição de “Saudade”, que alguns autores mais ligados à importância e influência deste conceito faziam, era de uma palavra genuinamente portuguesa, sem paralelo noutra Língua. É a partir de 1912, quando a Sociedade já estava oficializada, que se começa a dar de modo mais evidente a ruptura entre as várias interpretações do Saudosismo, apesar de durante este ano já haver vários testemunhos de que isso acontecia, como alguma correspondência demonstra, no caso a trocada entre António Sérgio e Raul Proença²⁴¹.

António Sérgio criticou o predomínio da Saudade no processo de reabilitação dos valores nacionais, e da criação de uma nova identidade: a divergência estava na interpretação que havia do conceito de “Saudade”, que para os saudosistas significava uma vontade activa, com força criadora recuperando os traços originais da cultura lusitana. A capacidade de criar uma cultura própria, sem precisar de imitações de modelos

²⁴⁰ Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, pp. 50-55.

²⁴¹ Romana Valente Pinho, *António Sérgio e os conflitos culturais com Teixeira de Pascoaes e Álvaro Pinto*, in Paulo Borges e Bruno Béu de Carvalho (Coord.), *op. cit.*, p. 112, e António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença* (Organização e Introdução de José Carlos Gonzalez com um estudo de Fernando Piteira Santos).

do estrangeiro era um aspecto em que os saudosistas insistiam. Mais uma vez, se salienta a originalidade da palavra Saudade, sem comparação ou tradução noutra Língua. Esse importante aspecto, reforçava ainda mais a característica estritamente nacional do termo “Saudade”²⁴².

A sua poesia tinha aspectos de misticismo e de conceitos tradicionais, que se pretendiam universais. António Sérgio opunha-se a isso, embora nutrisse grande admiração pela poesia de Teixeira de Pascoaes, recusava a ideia saudosista, que considerava que os seus autores colocassem a sua origem em Antero de Quental, o que afirmou abertamente pela primeira vez na sua “Epístolas aos Saudosistas”, publicada na *Águia* em finais de 1913, e que levou a uma enérgica resposta de Teixeira de Pascoaes, que sempre teve grande consideração por António Sérgio apesar de tudo²⁴³. Além de Teixeira de Pascoaes, as suas críticas dirigiam-se principalmente a Leonardo Coimbra e também Jaime Cortesão, que não se assumindo como saudosistas, não deixavam de elogiar e identificar-se de certo modo com a sua filosofia e poesia, para além da grande consideração em que tinham Gomes Leal, que também tinha uma escrita influenciada pelo misticismo e parnasianismo, uma interpretação da estética literária, e do culto da forma, que além de Gomes Leal, teve como maiores precursores Gonçalves Crespo, Alberto Monsaraz e João Penha.

Em correspondência a Álvaro Pinto, logo numa das primeiras cartas que enviou quando se encontrava no Brasil, Sérgio vai ser bastante crítico com a posição que Leonardo Coimbra principalmente estava a tomar de defesa do Partido Democrático, e do domínio que tinha no sistema político a partir da divisão que houve no P.R.P. em 1912, depois de o próprio desmentir isso numa entrevista que deu ao jornal “Mundo”²⁴⁴. Sendo este último um admirador de Teixeira de Pascoaes, Sérgio achava que a sua militância política sofria essa influência saudosista.

Para Sérgio, era um anacronismo procurar origens do Saudosismo em Antero de Quental, ou considerar que a regeneração moral e cívica da nação se conseguia com o predomínio saudosista ou simbolista, não deixando de reconhecer também o valor dos seus maiores representantes, tal como Gomes Leal que estava mais associado ao parnasianismo, e à concepção literária que não deixava de manifestar as preocupações

²⁴² Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 44-45.

²⁴³ António Sérgio, *Epístolas aos Saudosistas*, in *A Águia*, Vol. V, 2ª série, nº 22 (Outubro de 1913), pp. 97-103, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, pp.188-194, e Romana Valente Pinho, in Paulo Borges e Bruno Bêu de Carvalho (Coord.), *op. cit.*, pp. 112-114.

²⁴⁴ António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença [...]*, p. 53.

da sua época.

A “Renascença” acolheria assim Gomes Leal com a maior consideração, ele que ainda nela colaborou, apesar dos problemas pessoais que sofria há bastante tempo, o que não lhe possibilitava uma actividade regular²⁴⁵. Leonardo Coimbra considerava a poesia como uma forma de eternizar o instante, fazendo da vida um convívio constante com Deus, mostrando assim as preocupações religiosas e místicas que sempre estiveram presentes na sua vida²⁴⁶.

Tal como outros dos seus principais membros e fundadores, Leonardo Coimbra além de ter grande admiração por Gomes Leal, também a tinha por Pascoaes, aderindo e promovendo o saudosismo com entusiasmo²⁴⁷.

O fascínio pelo oculto que foi fazendo escola no início do século XX, sendo assim uma característica de muitos destes autores. A escola simbolista que desde o final do século anterior, representava isso mesmo, com uma poesia mais popular como a de António Nobre, e mais estética como a de Gomes Leal ou Camilo Pessanha.

Os saudosistas apoiavam a nacionalização do ensino, na sua procura de um povo com uma identidade própria, valorizavam os seus aspectos originais, pois recusava a influência cultural estrangeira tal como queriam os integralistas, se bem que a influência que sofreram da obra de Maurras, e da *Action Française*, fosse também um estrangeirismo com o qual eles e depois os fascistas liderados por Rolão Preto também vão se identificar. No entanto as diferenças eram notórias entre os dois movimentos culturais, apesar de alguns críticos literários terem criado a expressão Saudosismo Integralista, para acentuar um certo nacionalismo ligado ao misticismo saudosista.

Na verdade, o Saudosismo falhava nesse aspecto, porque teria obrigatoriamente de sofrer as influências do pensamento estrangeiro, e das várias obras filosóficas alemãs ou inglesas principalmente.

Apesar de haver um entendimento sobre a necessidade da sua existência, os métodos que deviam ser usados pelas universidades não tinham a mesma aceitação de todos. Se é um facto que para Sérgio as grandes mudanças sociais deviam ser antecederidas por uma

²⁴⁵ Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 43.

²⁴⁶ Sobre as concepções literárias de Leonardo Coimbra, cf. Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 1021-1022.

²⁴⁷ Idem, *ibidem*, pp. 1018-1020.

Pedagogia que abrangesse uma elite cultural, para outros havia que tomar rapidamente decisões nesse campo, e depois sim pensar em fazer a tal educação cívica da população.

A abertura dos intelectuais aos meios mais desfavorecidos, era um dos temas mais discutidos, tal como os meios necessários com que devia ser feita. O isolamento dos intelectuais, e das suas escolas literárias não contribuía para isso, e era criticado por alguns dos mais influentes membros da Renascença. Assim não havia o devido contributo para o ensino popular, por quem devia assumir essa responsabilidade. Suscitou-se também o debate sobre qual a sua efectiva influência no ensino popular, não sendo alheias as duras críticas exteriores ao grupo, e ao modo de entender a questão do ensino popular, e como devia ser desenvolvido. Para isso consultar o boletim da Renascença, *Vida Portuguesa*, é da maior importância como fonte documental, assim como desenvolver os debates que lá se deram sobre várias áreas do conhecimento.

Os pontos de vista sobre a necessidade do ensino popular foram debatidos nas páginas da *Águia* e da *Vida Portuguesa* como adiante se verá: inicialmente foi Jaime Cortesão quem, dando o exemplo dos cursos da Universidade Popular do Porto, fez uma análise do que tinha sido feito e podia ainda ser melhorado.

Quando houve a primeira controvérsia entre Jaime Cortesão e Teixeira de Pascoaes nas páginas da *Águia*, relacionada com o verdadeiro sentido da “Renascença”, e o seu papel na sociedade, Pascoaes manteve a sua apologia do Saudosismo, e do renascer da identidade da Pátria, como factores essenciais na sua intervenção no grupo.

No aspecto do ensino, o sentido de alargá-lo às classes operárias e populares, percebia-se pelas orientações políticas, na maioria democráticas, dos seus membros. Isso ficou demonstrado nas primeiras conferências da Universidade Popular, e nas actividades que se deram anteriormente. A influência socialista do século passado, persistia nesta ambição de alargar o ensino aos mais desfavorecidos²⁴⁸. As divisões no movimento socialista, foram dando lugar a que se procurassem apoios junto das correntes anarquistas, principalmente a partir do início do século XX.

Se António Sérgio dava muita importância à componente pedagógica e aos estudos psicológicos das crianças, não era essa a orientação seguida por outros como Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra, e o entendimento que tinham foi alvo de discussões entre eles.

²⁴⁸ Sobre os primeiros anos do Socialismo em Portugal, cf. João Medina, *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, e Carlos Reis, *As Conferências do Casino*, Lisboa, Edições Alfa S. A., 1990.

Na *Vida Portuguesa* desenvolveram-se essas divergências, que originaram a partir daí outras polémicas, tal como noutras publicações contemporâneas como os *Serões* onde António Sérgio, tal como já tinham feito anteriormente Adolfo Coelho e João de Barros, se distinguiu no último ano da sua publicação em 1911, evidenciando as suas preocupações pedagógicas, que partilhava com a sua futura mulher Luísa como já vimos anteriormente, sendo que quando estiveram na Suíça entre 1914-16, António Sérgio justificou a sua presença no Instituto Claparède com a actividade educativa da mulher²⁴⁹. No entanto manteve-se muito activo nesse período, escrevendo ensaios sobre vários temas, com destaque para a Pedagogia e a História.

Deixando a Renascença em 1914, no seguimento da controvérsia sobre o Saudosismo e o seu significado, mantida com Teixeira de Pascoaes, para seguir um rumo mais pessoal, influenciado pela sua permanência no estrangeiro²⁵⁰. Essa desilusão não só com a cultura, mas também com a evolução política, levou-o a planear novas iniciativas cívicas como a revista *Pela Grei*, seguida depois pela *Seara Nova* em 1921 onde teve a seu lado Raul Proença, Luís da Câmara Reis, e os consagrados escritores Raul Brandão e Aquilino Ribeiro entre muitas outras figuras do meio intelectual, que depois se encontraram ligadas a outras iniciativas.

Na *Vida Portuguesa* que surgiu em finais de 1912, quase dois anos depois do primeiro número da *Águia*, quem escreveu as crónicas iniciais sobre a função que deviam ter as Universidades Populares foi como já foi mencionado, Jaime Cortesão: tinha sido ele o grande impulsionador desta ideia, que devia ser colocada em prática com o apoio dos sócios e de outras instituições que quisessem contribuir para esta importante iniciativa.

Importa compreender como foram as reacções às Universidades Populares: consultas da *Vida Portuguesa*, para perceber as várias trocas de argumentos. A ideia de criar pelos ensinamentos um “Homem livre” e com consciência cívica, era de forma geral unânime. Devia ter um espírito crítico e consciente da sua condição social. António Sérgio pelos seus testemunhos, mostrou também o seu entusiasmo com a iniciativa, dentro do profundo espírito crítico que o caracterizava.

²⁴⁹ Rogério Fernandes, *A pedagogia portuguesa [...]*, p. 21, e António Nóvoa e Daniel Hameline, *Autobiografia inédita de António Sérgio [...]*, in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 29 (Fevereiro de 1990), pp. 2-5.

²⁵⁰ António Sérgio deixou o grupo com um artigo intitulado “Despedida de Julieta” publicado na *Vida Portuguesa* em 1914. Inicialmente tinha iniciado a polémica com Teixeira de Pascoaes com a “Epístola aos Saudosistas” em Abril de 1913, recebendo depois a réplica do poeta amarantino, cf. *A Vida Portuguesa*, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 108-114, e 211-217.

A partir do nº 4 desta publicação, deu-se especial importância ao tema, voltando a referir os principais exemplos estrangeiros de ensino popular, assim como aos vários pontos de vista que foram apresentados²⁵¹.

Sendo um projecto que foi dinamizado principalmente por Jaime Cortesão, a sua actividade relacionava-se e identificava-se mesmo com os propósitos individuais deste autor. O ensino praticado através da Renascença nas Universidades, e o projecto da Biblioteca devia ter então a sua marca pessoal, naquilo que pretendia para esta actividade cultural.

Na correspondência que trocou logo nos primeiros tempos do movimento, e ainda antes dos Manifestos fundadores, Cortesão referia a necessidade de haver em Portugal uma associação livre de artistas e intelectuais, que sem sectarismos políticos, tivesse uma acção orientadora da sociedade, como na carta que enviou a Raul Proença em Julho de 1911, onde referia as ideias que tinha em mente para este novo projecto²⁵².

Como atrás ficou dito, para Cortesão havia que dar especial atenção ao ensino das Ciências Humanas, conforme era o seu pensamento de regeneração da nossa cultura e das nossas tradições. Vai ser aliás na interpretação bastante distinta que tiveram da nossa História, que se vai dar um importante debate entre Jaime Cortesão e António Sérgio²⁵³. Ambos rejeitavam que se continuasse a ver a História do país como a sequência dos actos heróicos, e da vida das grandes personagens, numa crítica à História dos grandes acontecimentos, que não procurava mais justificações, ou causas que determinassem a sua evolução.

A importância do estudo da História e da Literatura nacionais no ensino popular, era aceite de forma geral pelos outros membros, questionando-se se teria uma função mais teórica ou mais prática, sendo que para estes autores as duas tinham que fazer parte da instrução, variando a sua aplicação. Vai mesmo ser escrito um artigo sobre a visão que a Universidade Popular do Porto tinha do ensino primário, e de como quem organizava os cursos livres, tratava esse tema e apresentava os problemas para discussão. No entanto para o lugar cimeiro dado à História, muito contribuíram as discussões sobre a compreensão do seu sentido entre Jaime Cortesão, Teixeira de Pascoaes, António Sérgio

²⁵¹ Jaime Cortesão, *A Vida Portuguesa*, nº 4 (15-12-1912), pp. 25-26.

²⁵² António Braz Teixeira, *A Renascença Portuguesa, Movimento Plural*, em Paulo Borges e Bruno Bêu de Carvalho (Coord.), *op. cit.*, pp. 49.50.

²⁵³ Sobre este importante debate, cf. a obra de Vítor de Sá, *A Historiografia Sociológica de António Sérgio*, 1ª ed., Biblioteca Breve, publicada pela Secretaria de Estado da Cultura em 1979.

e Raul Proença, para só citar aqueles que numa primeira fase de existência do movimento, foram mais activos nesse aspecto.

Não era de menosprezar a importância das várias escolas filosóficas já referidas para a compreensão da História e da Literatura, pois coube a Leonardo Coimbra que era já um prestigiado professor, leccionar a cadeira de História da Filosofia, um tema sobre o qual teve várias intervenções. A compreensão dos temas culturais, era necessária para o desenvolvimento do ensino como irão referir os seus estudiosos, e já nas Conferências do Casino, Augusto Soromenho tinha dado uma conferência sobre História da Literatura em Portugal, intitulada a “Literatura Portuguesa Contemporânea²⁵⁴”, notando-se assim os antecedentes das lições sobre Literatura. Nas conferências iniciais das Universidades Populares, os temas eram falados, nas suas linhas gerais, sendo depois publicados os respectivos sumários na *Vida Portuguesa* como já foi referido.

Ligado a isto estava uma certa influência nacionalista no ensino de autores como João de Barros, que defendia a substituição dos compêndios portugueses por estrangeiros, e a crítica que Sérgio fazia ao ensino que os estudiosos republicanos como João de Barros impuseram, e que visava a alfabetização geral da população. Para ele, o facto de o ensino ter apenas uma influência nacional, não era sinal de que fosse o ideal. Assim a instrução devia servir como um instrumento ou um meio para se ter a escolaridade básica e saber o alfabeto e as contas, sendo que em seu entender ao muito para além de decorar letras e a formação das palavras²⁵⁵.

Os pontos de vista sobre a instrução básica que foram debatidos na Renascença, por vezes salientavam essa necessidade de alfabetização que abrangesse a maior parte de gente possível, mas tendo em conta como é que esse processo se devia realizar. Não era porém suficiente, porque a alfabetização apesar de ser a base do ensino, era apenas o começo de um processo que se pretendia longo e mais educativo e completo. Mesmo Teixeira de Pascoaes propunha uma Pedagogia marcadamente original, ainda que sempre baseada no conceito saudosista²⁵⁶. O estudioso da literatura João Gaspar Simões, considerou mesmo o que Saudosismo foi um “Renascimento Nacionalista”, acentuando ainda mais o seu carácter e a intenção de ter uma intervenção marcadamente original,

²⁵⁴ Carlos Reis, *op. cit.*, pp. 56-67 e 129-134.

²⁵⁵ António Sérgio, *O Ensino como Factor do Ressurgimento Nacional*, p. 29, apud Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, pp. 64-65.

²⁵⁶ Ver o artigo *Saudosismo*, in Maria Fernanda Rollo (Coord.), *Dicionário [...]*, pp. 753-761, Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 31-39, e 139-148, e o artigo de Teixeira de Pascoaes, *Ainda o Saudosismo e a Renascença*, publicado inicialmente no *Comércio da Póvoa do Varzim*, nº 16 (1-5-1914, pp. 1-2), apud Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 185-187.

reunindo os autores que afirmassem as tendências culturais e tradições nacionais²⁵⁷. Na análise que fez deste movimento, não deixou de dar uma visão bastante crítica de alguns aspectos saudosistas, que considerava desajustados em relação ao momento que se vivia no país, e que só contribuía para o seu isolamento.

A “Renascença” vai sofrer várias críticas de alguns meios culturais, sendo que o mais conhecido, e onde a polémica terá sido maior na discussão com outros autores, foi com a publicação do *Inquérito Literário*, da responsabilidade de Júlio de Matos²⁵⁸ e outros autores da escola positivista, que eram assim defensores do método científico aplicado nas várias áreas do conhecimento. Da iniciativa de Boavista Portugal, recolheu vários apoios e opiniões, que reuniu alguns dos mais influentes críticos do novo movimento cultural, como Adolfo Coelho que com vários trabalhos na área da instrução e da pedagogia, tinha até feito parte da organização das Conferências do Casino em 1870-71, tendo realizado a Conferência “A questão do Ensino”, e depois da Academia de Estudos Livres, e que nos seus estudos sobre a educação, já tinha também criticado o projecto da Universidade Livre²⁵⁹. Para este escritor, Um dos alvos das críticas foi a falta de coerência dentro do grupo sobre vários temas e as opiniões sobre as escolas literárias, mas consideravam que a “Renascença” se baseava na escola do “elogio mútuo”. A crítica na Literatura era recorrente, como já tinha acontecido na célebre “Questão Coimbrã”, que envolveu os mais importantes escritores da época, e na contestação que alguns eruditos fizeram às Conferências do Casino, sendo que agora Adolfo Coelho representava a desconfiança dos mais velhos, perante a irreverência e abertura de espírito dos mais novos. Neste caso estavam também em confronto escolas filosóficas, pois faziam parte do *Inquérito Literário*, os representantes do Positivismo e discípulos de Teófilo Braga, que mantinham uma visão crítica da literatura contestando as novas correntes literárias.

²⁵⁷ Idem, *ibidem*, 108.

²⁵⁸ Júlio de Matos (Rio de Janeiro, 26-1-1856 – Lisboa, 12-4-1922), foi um médico e psiquiatra, pioneiro e reformador desta especialidade da Medicina em Portugal. Licenciou-se na Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1880, onde foi Professor e Director do Hospital Conde Ferreira. Em 1911 transferiu-se para Lisboa onde dirigiu o Hospital Miguel Bombarda e foi Professor de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina e Professor de Medicina Forense no Curso Superior de Medicina Legal de Lisboa. Foi um dos maiores representantes do Positivismo em Portugal tal como Ricardo Jorge com quem fundou a revista “Positivismo”, colaborando entre outras publicações nas revistas *Era Nova* e *Revista de Estudos Livres* dirigidas por Teófilo Braga.

²⁵⁹ A conferência de Adolfo Coelho sobre Educação, integrada nas “Conferências do Casino” pode ser consultada na obra de Carlos Reis, *op. cit.*, pp. 65-66. Sobre as críticas e propostas educativas de Adolfo Coelho, cf. Rogério Fernandes, *As Ideias Pedagógicas de Adolfo Coelho*, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica, Lisboa, 1973, e os artigos do *Diário de Lisboa*, de 17-11-1969, p. 17, disponível no site da Fundação Mário Soares.

A interpretação de conceitos, da pedagogia e do seu carácter científico, era um dos temas de discussão. A escola literária da Renascença, era criticada pelo estilo arrojado e inovador, que entendiam ser diferente do que era convencional, e que depois ainda foi mais evidente com a criação do grupo do *Orpheu*. Tendo em conta o momento particularmente conturbado que a vida política vai viver a partir de 1911, as suspeitas sobre as suas ligações partidárias que este grupo cultural lançava sobre os autores da Renascença foram inevitáveis. Nessa publicação, entre os vários depoimentos, estava um particularmente crítico que se tornou muito polémico, escrito por Júlio de Matos que tinha sido nomeado Ministro da Instrução, que afirmava não acreditar que após a implantação da República, se estivesse a viver um “Renascimento Literário”, não sabendo ao certo em que se baseava o novo movimento cultural, contestando a Saudade que considerou um sentimento depressivo, que não podia ser idealizado e que só existia no espírito retrógado, imaginário e fatalista dos “impetuosos rapazes da Renascença”, considerando que na revista *Águia* “era tudo muito ordinário” e à excepção de Correia de Oliveira, que considerava um bom poeta, todos os outros não tinham essa qualidade²⁶⁰. Algumas discussões entre os membros da “Renascença” e os do “Inquérito Literário”, foram marcadas por ataques pessoais e um tom mais aceso, como as que opuseram Teixeira de Pascoaes a Júlio Brandão e Raul Proença a Júlio de Matos. Raul Proença um forte crítico do Positivismo, que considerava ser “mil vezes mais degradante que todos os saudosismos”, defendeu os seus colegas, e salientou mais uma vez a necessidade de elevação e tolerância no debate de ideias²⁶¹.

Nestes termos de uma visão tão positivista e intolerante com as novas ideias literárias, era difícil que não se continuasse a fazer por outros autores do “Inquérito” uma crítica destrutiva, continuando a desfazer a ideologia da Renascença e as inovações literárias que trazia num novo contexto político e social.

É possível que houvesse um sentimento de contestação em relação ao rumo que a República levava nos primeiros anos de existência. Na verdade, tinham razão autores como Adolfo Coelho e Júlio de Matos quando consideravam que o Povo não estava preparado para as novas reformas que se pretendiam fazer. Raul Proença reagiu aos ataques de Júlio de Matos, numa reacção que também foi a do sensacionismo ao positivismo e ao idealismo, contra o rigor científico, e as verdades absolutas. No entanto

²⁶⁰ Júlio de Matos in Boavida Portugal, *op. cit.*, pp. 17-21.

²⁶¹ Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 141-144.

a ignorância em que a grande maioria da população vivia, dificultava que se colocassem em prática certas medidas mais avançadas na acção cultural e educativa.

A sua falta de instrução, não lhe dava o conhecimento necessário para as compreender, nem o apoio e estabilidade que precisava para ter outra consciência cívica. Críticas que os mais conservadores repetiam, como Ramalho Ortigão, nas suas constantes opiniões sobre a ignorância e a falta de interesse do Povo em ganhar conhecimento, que comparava com outros povos mais desenvolvidos e instruídos. O certo é que era um projecto lento e complicado até ser cumprido, com muitos obstáculos pelo caminho.

Jaime Cortesão respondeu a estes ataques nas páginas da *Vida Portuguesa*, a partir de 1913²⁶², e inicialmente retorquiu a opinião de que a Renascença se baseava no “elogio mútuo”, já que os seus membros não partilhavam das mesmas ideias, nem outro tipo de convicções, mas havia respeito e tolerância pelas divergências entre eles. Criticou também a atitude demasiado crítica sobre esse assunto de António Sérgio, o que apenas levava segundo ele a divisões no grupo, o que os detractores poderiam aproveitar em seu favor, distinguindo-o, no entanto dos outros críticos que considerava vulgares, tendo em conta a consideração em que tinha o ensaísta, e o respeito que havia nas suas discussões²⁶³.

Não foi no entanto só a reacção de Jaime Cortesão, que levou a que se mantivesse uma acesa discussão sobre a literatura moderna, ou o que era considerado inovador, perante o cepticismo que o grupo do *Inquérito Literário* mantinha. Outros influentes membros manifestaram-se críticos como Teixeira de Pascoaes, que tinha que fazer a sua apologia dos valores nacionais, assim como quem o apoiava como Mário Beirão, Correia de Oliveira e Afonso Lopes Vieira. Como se veria com a opinião de Gomes Leal, que achava que a “Renascença Literária” seria feita com ele, além de Guerra Junqueiro e Antero de Quental, que tinham contribuído com a sua obra para renovar a literatura, e como já foi referido Guerra Junqueiro com a sua presença quase simbólica na Direcção do grupo, dava-lhe um prestígio acrescido. Estes autores foram considerados como neo-românticos, além de poetas saudosistas²⁶⁴. O cepticismo de Gomes Leal, Adolfo Coelho ou Júlio Brandão entre outros autores, debatendo-se sobre a real inovação literária que a “Renascença” tinha trazido à literatura, estava patente nas suas afirmações, sendo Gomes

²⁶² Jaime Cortesão in *A Vida Portuguesa*, nº 16, 2-8-1913, p. 121, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 129.

²⁶³ António Braz Teixeira, *A Renascença Portuguesa, Movimento Plural*, in Paulo Borges e Bruno Béu de Carvalho (Coord.), *op. cit.*, p. 55, e Idem, *ibidem*, p. 121, apud Paul Samuel, *op. cit.*, p. 129.

²⁶⁴ José Seabra Pereira, *O Neo-Romantismo saudosista* de Teixeira de Pascoaes, in *História da Literatura Portuguesa* (Coord.), Vol. VI - *Do Romantismo ao Saudosismo*, pp. 299-309.

Leal um escritor com maior reputação, e respeitado mesmo por quem era seu adversário nas polémicas culturais, como era este o caso. O estilo literário deste conceituado escritor, sendo parnasiano admirando os clássicos e a forma poética, reflectia o lirismo e decadentismo próprio do final do século XIX, início do século XX, e pouco se relacionava com algo que fosse de facto inovador para a cultura nacional. No entanto tinha uma grande consideração entre os outros escritores bastante mais novos, e era seguido pelos autores decadentistas já no início do século, além de ter colaborado nesse período em muitas publicações sobre vários temas, como foi o caso da *Nova Silva* em 1907. No depoimento que fez para o *Inquérito Literário*, Teixeira de Pascoaes considerou-o a par de Guerra Junqueiro o maior poeta europeu da sua época²⁶⁵.

A Renascença tinha assim de certa forma, o mérito de agitar as consciências e de provocar o debate de ideias, através de uma mensagem de inconformismo e capacidade de mudança, que acompanhasse os novos tempos. Apesar de todo o desagrado que conseguia provocar noutros meios intelectuais, e sendo composta em grande parte por jovens autores, dava uma imagem de inovação e de espírito crítico que também é característica da juventude ligada à cultura, e que foi seguida noutras publicações como a *Orpheu* e a *Pela Grei*.

Os novos autores na casa dos vinte, trinta e poucos anos contestavam as escolas literárias que a Renascença promovia nalguns casos. Se houve alguma proximidade de Fernando Pessoa com o saudosismo, no sentido de exaltação da Pátria e do Império adormecidos, o mais conceituado representante do movimento modernista que haveria de seguir um rumo próprio com a formação do grupo do *Orpheu*, manteve-se bastante crítico das escolas literárias que surgiam na fase final da Monarquia e no início da República. A ruptura com a Renascença tinha também razões de orientação política dos seus membros, que apesar de não serem esses os propósitos do grupo, acabaram por influenciar a sua actividade, provocando inevitáveis divisões, enquanto decidia criar uma escola própria anunciando o aparecimento do “Supra-Camões”, um poeta português universal que iria superar o próprio Camões em notoriedade... As críticas ao novo regime, e o descontentamento com o rumo que seguia, cresciam também o que contribuía ainda mais para essas divisões²⁶⁶. A origem e mentalidade aristocrática de Pessoa levava-o a desprezar as organizações populares e de trabalhadores, o movimento sindicalista e todo

²⁶⁵ Boavida Portugal, *op. cit.*, p. 30.

²⁶⁶ Cf. Fernando Mendonça Fava, *Leonardo Coimbra e a I República: Percurso Político e Social de um Filósofo*, Prefácio de Ana Leonor Pereira, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 17.

o “Jacobinismo” que segundo o poeta caracterizava o sistema político que dominava a recente República²⁶⁷. Apesar de inicialmente ter dado o seu apoio ao projecto da Renascença, a verdade é que a sua participação foi muito apagada, limitando-se aos já referidos três artigos de crítica literária na *Águia*, apesar de mostrar na sua correspondência, grande consideração por Teixeira de Pascoaes e o saudosismo, considerando-o “o maior poeta lírico da Europa actual”²⁶⁸.

Como é sabido, a revista sendo trimestral, apenas teve duas publicações nos dois primeiros trimestres de 1915. De entre os seus principais autores, houve alguma divisão que depois se iria acentuar com os problemas políticos da 1ª República, e o Modernismo já se notava, como um movimento vanguardista tal como outros que surgiram a partir daí, nomeadamente o futurismo que Álvaro de Campos iria anunciar.

Apesar de no início como já foi referido, pretender-se dar da Renascença uma ideia de estar para além das lutas políticas, o certo é que o período que se vivia levava a que tudo o que se debatesse fosse relacionado com a política, com as críticas mais ou menos simpáticas que partiam dos seus membros mais influentes. A actividade cultural original, livre de influências estrangeiras que o Modernismo defendia, enfrentava grandes entraves, como era o caso dos membros mais racionalistas, defensores de um cosmopolitismo e universalismo culturais contrários aos objectivos do Modernismo. Na sua antologia crítica que fazem da cultura nesta época, vários autores caracterizaram o Modernismo como um movimento de ruptura cultural, e fora dos cânones sociais, sem que houvesse uma reforma mental na população como se pretendia com o novo regime²⁶⁹. Outro aspecto decisivo foi a influência estrangeira principalmente de Paris onde passavam a maior parte do tempo as principais figuras do Modernismo, e mesmo Fernando Pessoa vivendo em Lisboa, tinha uma cultura muito abrangente fruto também da sua educação em Durban na África do Sul, e do contacto que teve com os autores ingleses, e das suas obras que traduziu para o português.

O Modernismo representava uma nova vaga, de completa ruptura com a ordem cultural e moral estabelecida, influenciada pelo que vinha de fora²⁷⁰. Era também uma nova forma

²⁶⁷ João Medina, *Fernando Pessoa: Política e Messianismo*, in João Medina (Dir.), *História de Portugal*, Vol. XI – *A República – II*, pp. 11-32, Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, e Jacinto Baptista, *op. cit.*, pp. 38-50.

²⁶⁸ Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 141-142.

²⁶⁹ Alberto Ferreira, *op. cit.*, pp. 65-67.

²⁷⁰ Ver a entrada *Modernismo* in *Dicionário da República e Republicnismo*, e Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 1043-53. Fernando Pessoa em 1912 quando iniciou a colaboração na *Águia*, confessou em cartas a Álvaro Pinto, ser “quanto há de mais renascente em toda a extensão da alma”, cf. Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 142-143.

de afirmação social, de uma elite que não se revia nos conflitos republicanos. Assim, e apesar do seu entusiasmo inicial com este projecto²⁷¹ o afastamento de Fernando Pessoa da *Águia*, foi assim inevitável. Na *Vida Portuguesa* pouco ou nada se encontra sobre o Modernismo, para além da reduzida participação do grande poeta na *Águia*. No início de 1913, o seu afastamento já era evidente, além de entrar numa profunda depressão, como confidenciou a alguns colaboradores do grupo, interrompendo a sua actividade literária, e no final de 1914, sentindo pouca compreensão e interesse dos membros da *Águia* para continuar com a sua colaboração²⁷².

9. Os Temas das Conferências da Universidade Popular do Porto

A acção educativa da Renascença, iniciou-se assim em 1912, com as conferências na Universidade do Porto. De certo modo pode-se fazer um paralelismo com as “Conferências do Casino” de 1871, principalmente na forma como decorreram inicialmente nesse ano, não só devido à adesão que tiveram por parte de uma elite intelectual, mas também pelo interesse em estudar e discutir vários temas importantes para o funcionamento da sociedade, mantendo a sua tendência de intervenção política com preocupações educativas e sociais, onde foram expostas novas soluções políticas, como o Socialismo representado por Antero de Quental que definia a ideia de Socialismo como algo de universal e metafísico. Referindo-se logo no segundo número do boletim *A Vida Portuguesa*, a importância da renovação do estudo da História, essencial para haver uma nova consciência social, indicou-se logo no início dessa edição,

que deviam começar a ser preparadas duas importantes comemorações que teriam lugar em 1915: o 5º centenário da Tomada de Ceuta, e o 4º centenário da morte de Afonso de Albuquerque²⁷³.

²⁷¹ Fernando Pessoa em 1912 quando iniciou a colaboração na *Águia*, confessou em cartas a Álvaro Pinto, ser “quanto há de mais renascente em toda a extensão da alma”, cf. Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 142-143.

²⁷² Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, pp. 147-148, e Jacinto Baptista, *Sérgio e Pessoa: Encontros e desencontros*, pp. 15-20.

²⁷³ Cf. *A Vida Portuguesa* nº 2, p. 9. no texto referido, os centenários são trocados, pois a Tomada de Ceuta foi em 1415 e a morte de Afonso de Albuquerque em 1515.

As actividades educativas, depois de um período muito intenso no seu início em Junho desse ano, tiveram uma pausa nos meses seguintes para serem retomadas de forma mais efectiva no início do Outono. Havia entre os mentores deste projecto uma posição consensual em prosseguir com as aulas-conferência e outras actividades culturais, por serem um método adequado, tendo em conta o público a que se dirigiam.

O boletim *A Vida Portuguesa* referia o entusiasmo do público, e a sua curiosidade crescente sobre o ensino das universidades. Não se podendo aferir da veracidade dos relatos, havendo falta de outros testemunhos, baseio-me nas notícias desta publicação que fazia os sumários dos cursos leccionados, para haver uma ideia da adesão efectiva do público. Este boletim irá coincidir durante algum tempo com a *Orpheu*, com posições bastante diferentes em relação à educação popular.

Como aconteceu na divergência entre António Sérgio e Jaime Cortesão sobre o modo como devia ser ensinada a História, o movimento vanguardista assumiu uma posição tipicamente nacionalista, de ruptura com o sistema cultural estabelecido, e aceite de um modo geral culturalmente, que também se afastou do racionalismo proposto por António Sérgio ou Jaime Cortesão, sendo que a História dos grandes feitos e dos heróis nacionais, devia continuar a ter a primazia. Fernando Pessoa representou essa corrente nacionalista e original, tendo-se empenhado mais na parte literária, que em qualquer outra. Como tinha sido demonstrado nas Conferências do Casino em 1871, o ensino da História era muito incompleto e cheio de anacronismos, sendo que a crítica à importância da religião católica no ensino, e que ajudou à sua estagnação, esteve presente em autores como Antero de Quental e Eça de Queirós, que foram os que mais desenvolveram os assuntos literários. No início do século XX, o anti-clericalismo e o combate ao domínio do ensino pelos Jesuítas, mantinha a tradição republicana e socialista de fazer da Igreja uma instituição inimiga, e culpada do atraso e analfabetismo da maior parte da população. Tendo em conta o momento particularmente conturbado e sensível em termos sociais, foi inevitável que houvesse um aumento de conflito entre os republicanos, aumentando a violência da sua contestação, provocando divisões no seu seio.

De forma complicada e com muitos obstáculos, por vezes essas práticas eram mantidas, sendo consideradas contrárias aos princípios morais da época, que o Catolicismo com grande influência na vida da comunidade ainda exercia.

O Anarquismo era praticado de forma quase secreta, usando de meios como atentados e paralisações das fábricas, o que favorecia de modo decisivo a sua implantação nas áreas urbanas. Desse modo, os comícios e as greves representavam as formas de manifestação

ao alcance dos trabalhadores, sendo controlados pelos Anarquistas e Socialistas nas suas acções de protesto, dividindo-se os Anarquistas em Libertários e Intervencionistas²⁷⁴. A fraca ou em muitos casos inexistente escolaridade dos trabalhadores, propiciava situações de exploração e de recurso fácil à demagogia pelos principais membros desses grupos, que assim os manietavam conforme os seus interesses. As influências do Anarquismo foram evidentes no espírito criativo, livre de obstáculos sociais ou morais, como já tinha acontecido durante a publicação da *Nova Silva* com o sugestivo lema “Libertas!”²⁷⁵

Por outro lado, como descreveu César Oliveira, a influência do Anarquismo no meio operário levava a maior adesão ao movimento sindical e a correspondente maior intervenção política, aumentando o seu número de militantes²⁷⁶.

As relações entre a política e os trabalhadores são explicadas desse modo mais concreto. Num pequeno espaço temporal a actividade do socialismo e depois do anarquismo na transição do século XIX para o século XX, foram estudadas conforme as influências que tinham no meio operário e na restante sociedade. Foram assim descritas de uma forma resumida as várias correntes políticas que influenciaram a criação e o funcionamento das Universidades Populares.

A componente social, com o comportamento e devida resposta dos trabalhadores em função do que devia ser a sua instrução, não está muito aprofundada e talvez em trabalhos futuros, outros historiadores possam através de novas fontes que possam surgir, dar mais pormenores de como se processou, principalmente com dados quantitativos, como o número de assistentes às lições/conferências, e as suas idades e profissões. O boletim da *Vida Portuguesa*, mencionado por Paulo Samuel indica uma assistência total de 1212 pessoas²⁷⁷.

Neste aspecto, saliente-se que tinha entretanto surgido em 1903 a Universidade Livre no Porto, no seguimento do que foi o crescimento de organizações culturais e cívicas, mas de curta duração, e cuja adesão não se pode aferir.

²⁷⁴ Sobre as várias divisões que então surgiram entre os Republicanos, cf. António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas [...]*, pp. 39-54.

²⁷⁵ Ver Leonardo Coimbra (Dir.), *Nova Silva: Revista Ilustrada*, Coimbra, 1907. Os cinco números desta revista estão disponíveis em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/NovaSilva/1907/NovaSilva.htm>

²⁷⁶ Maria Filomena Mónica, *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade, 1986, e *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, com Prefácio de Francisco Salgado Zenha, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, e César Oliveira, *O Operariado e a República Democrática*, Lisboa, ed. Colecção Seara Nova, 1974.

²⁷⁷ *A Vida Portuguesa*, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 59-63.

As descrições referidas na *A Vida Portuguesa* não são muito precisas nesse aspecto, referindo num modo muito resumido como era o tipo de público e a sua atitude nas várias conferências e actividades realizadas. Mas não se deixa de referir o êxito que foi a criação da Biblioteca da Renascença. Essa ideia é reforçada por Paulo Samuel na obra *Teixeira de Pascoaes na revista A Águia* na parte que dedicou à actividade do movimento de um modo geral. Muita gente adquiriu assim o hábito de consultar livros e de praticar a leitura nos seus tempos livres, o que não poderia fazer de outro modo. Os livros sendo de acesso gratuito, e que podiam ser cedidos aos sócios da sociedade ou aos alunos, eram o único meio de acesso à informação e cultura por parte de muitos trabalhadores. A dinamização cultural era desta maneira mais facilmente conseguida, pelo menos como alguns autores dão a entender, pela relativa facilidade com que os trabalhadores e familiares acediam às obras. Assim também teve um papel fundamental o trabalho de promoção das Bibliotecas, algumas ao ar livre em jardins, como aconteceu com a Universidade Livre nesse mesmo período, com os seus diferentes meios de divulgação cultural.

O Anarquismo Libertário que ganhou impacto no início do século XX, esteve representado entre nós essencialmente na acção de jornalistas, escritores com influência nas associações de trabalhadores, numa intensa e fecunda actividade panfletária, como foi o caso de Emílio Costa, um libertário e republicano, e Heliodoro Salgado, um intervencionista entre outros autores²⁷⁸. Os intervencionistas actuaram mais no campo da actividade política ou seja, estavam mais integrados no sistema político, e nas correntes republicanas e socialistas de oposição ao regime constitucional então em vigor²⁷⁹. A Federação Socialista Livre onde estavam integrados o Teatro Livre, e onde houve a ideia da Biblioteca de Estudos Sociais, deu lugar em 1904 a outras organizações, como a Liga dos Livre Pensadores criada nesse mesmo ano, que fez a ligação com a Federação

²⁷⁸ Emílio Costa (Portalegre, 21-2-1877 – Lisboa, 17-2-1952), destacou-se no movimento Anarquista como libertário, tal como Heliodoro Salgado (Santiago de Bougado, Trofa, 8-7-1861 – Lisboa, 12-10-1906). Defendendo a forma do Anarquismo que se opunha à intervenção política, tiveram ambos como jornalistas uma intensa actividade de divulgação dos seus ideais. Emílio Costa que frequentou o Curso Superior de Letras, dedicando-se depois ao jornalismo enquanto leccionava, começou por ser republicano, passando no início do século ao anarquismo, com actividade em jornais como *O Amigo do Povo*, fazendo parte do grupo fundador da Federação Socialista Livre e dirigindo o Teatro Livre em 1904-05. Foi depois para Bruxelas onde estudou na Universidade Livre, escrevendo para o jornal “Les Temps Nouveaux” de Jean Grave. Sobre Emílio Costa e o Anarquismo Intervencionista, cf. As obras de António Ventura, *Entre a República e a Acrácia, o Pensamento e a Acção de Emílio Costa: 1897-1914*, Lisboa, Colibri, 1994, e *Anarquistas, Socialistas e Republicanos [...]*

²⁷⁹ Sobre as divisões no Anarquismo, cf. António Ventura, *Anarquistas, Socialistas e Republicanos, [...]*, pp. 146-160.

Internacional e outros grupos estrangeiros de solidariedade, sendo constituídos na maior parte por libertários²⁸⁰.

As reuniões de trabalhadores que se realizavam em ligação com os meios da oposição ao sistema político parlamentar, levavam por vezes à colaboração entre ambos, no sentido de procurarem maior esclarecimento cívico através do acesso à cultura. Pode-se de facto considerar que levar a instrução e dinamização cultural aos mais pobres, foi um dos principais vectores da acção anarquista, estando a isso associada uma intensa divulgação panfletária, em jornais e revistas, impressão de folhetos, apelando a greves e à união e interesses comuns dos trabalhadores e das suas famílias, que passavam por mais instrução e melhores condições de vida, sendo que havia a ideia de que os trabalhadores apenas pensavam no seu dia-a-dia e nas suas necessidades mais básicas, não tendo consciência política e sendo facilmente manipulados. A sua divulgação e publicação era feita muitas vezes de um modo secreto e bastante planeado. De forma muito sucinta César de Oliveira e Jacinto Baptista, referiram nas suas obras sobre este período as Universidades Populares, não indicando com maior rigor como e onde funcionavam, nem o tipo de aulas ou conferências que eram aí dadas, remetendo ambos as suas fontes para a publicação *A Vida Portuguesa*. Encontra-se por isso, uma abordagem mais actual e desenvolvida sobre o tema do Ensino Popular e das suas várias iniciativas no recente *Dicionário da República e do Republicanismo*²⁸¹.

Nota-se assim, como era essencial ter uma publicação que fosse divulgando de forma regular, as actividades destas organizações onde colaboravam anarquistas e também havia socialistas que faziam também essa divulgação cultural.

Nesse aspecto ao longo da primeira década do século XX, as actividades didácticas e culturais tinham também uma forma de atracção e de acesso à cultura, com um decisivo papel dos movimentos anarquistas que surgindo depois do Socialismo, ganhavam maior número de simpatizantes. Há que lembrar que Maria Filomena Mónica considerou de um modo acertivo, que não havia uma relação directa entre o operariado e o anti-clericalismo, principalmente no norte do país, criticando mesmo que houvesse nessa época um Anarco-sindicalismo organizado²⁸². Não deixou também, tal como outros autores, de referir o

²⁸⁰ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 146-160. O jornal e órgão da organização *Germinal*, publicou-se entre 5-10 e 11-11-1902, quando foi suspenso, cf. António Ventura, *Emílio Costa [...]*, pp. 78-79.

²⁸¹ Cf. as entradas *Universidades Populares* e *Renascença Portuguesa* in Maria Fernanda Rollo (Coord.), *Dicionário da República e do Republicanismo*, 2013.

²⁸² Cf. Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, p. 29, e Maria João Castro, *O Operário (1879-82) e o Movimento Socialista no Porto*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1999. Logo na apresentação da tese na p. 6, esta autora descreve a

analfabetismo dos trabalhadores rurais, que quando se deslocavam para as zonas industriais, continuavam na ignorância, não tendo interesse no conhecimento, ou pelo menos não o colocando como uma prioridade²⁸³. Assim, não eram suficientemente esclarecidos para formarem grupos organizados e politizados, que intervissem civicamente.

Em relação ao funcionamento das várias lições ou conferências em si, desde a fundação da primeira Universidade Popular no Porto em 1912, as fontes não são muito esclarecedoras: do pouco que consegui encontrar, parecem dar a entender que a adesão popular variava bastante conforme os temas leccionados e debatidos, ou as personalidades que se iriam manifestar. A publicação da *Vida Portuguesa* poderia ter cumprido esse objectivo, mas mais do que um boletim da actividade das Universidades Populares, como aconteceu com o boletim da Academia de Estudos Livres ao contrário deste, não se restringia a esse assunto sendo de um âmbito cultural muito mais alargado e abordando assuntos mais quotidianos e complexos. Não se pode no entanto ignorar que a acção anterior da Federação Socialista Live, assim como das várias associações que surgiram no início do século dinamizadas pelos anarquistas e socialistas, tiveram uma influência decisiva na ideia de formação das Universidades Populares.

Surgindo bastante mais tarde que noutros países ocidentais mais desenvolvidos, a necessidade de um ensino popular organizado e o mais implementado possível para combater a estagnação em que vivia desde há muito tempo a população em termos culturais, fazia-se sentir de forma imperiosa pelos movimentos fora do sistema parlamentar rotativista²⁸⁴. Explica-se assim a crescente divulgação da imprensa operária nesse período de tempo²⁸⁵: os periódicos tinham a assinatura de autores na maior parte de republicanos, num momento em que a divisão entre os operários levava a que os socialistas do Partido Operário Socialista, perdessem militantes. No aspecto da acção feita em jornais e revistas, essa divisão no movimento socialista reflectia-se no controlo que exerciam sobre a acção panfletária²⁸⁶, e com o aparecimento de inúmeras publicações onde se testemunhava a actividade dos trabalhadores, como o jornal dos chapeleiros, e

população operária do Porto, como industrial (cerca de um terço), mas limitada em grande parte à pequena oficina tradicional, com poucos recursos técnicos, empregada essencialmente no sector têxtil, e como sendo mão-de-obra barata.

²⁸³ Idem, *ibidem*, pp. 10-12.

²⁸⁴ Jacinto Baptista de certo modo, embora sendo bastante sucinto e concreto, refere esse aspecto ao falar da *Renascença Portuguesa*, cf. Jacinto Baptista, *op. cit.*, pp. 39-42.

²⁸⁵ António Ventura, *Anarquistas, Socialistas e Republicanos [...]*, e César Oliveira, *op. cit.*, e *A Imprensa Operária no Portugal oitocentista (1852-1905)*, in *Análise Social* n° 39, 1973.

²⁸⁶ Idem, *ibidem*.

dos sapateiros, entre muitas outras, antes de surgir a *A Batalha* órgão oficial da CGT, em 1919²⁸⁷. Os periódicos criados por alguns anarquistas libertários como foi o caso do escritor e jornalista Pinto Quartin, que fundou em 1913 o jornal de influência anarquista *Terra Livre*²⁸⁸, uma experiência pioneira na sociedade tendo em vista o interesse dos operários e dos seus familiares, constituem um importante testemunho de como se fazia a ligação entre o sector anarquista e o meio operário, e se utilizava a acção cultural além da imprensa para a adesão dos trabalhadores. A sua actividade panfletária foi porém interrompida nesse ano pelo Governo de Afonso Costa, e foi forçado a emigrar para o Brasil de onde era natural²⁸⁹. Este autor deixou mesmo um importante e único espólio pessoal, com documentos sobre a imprensa libertária e socialista, e sobre a actividade do Teatro Livre e da Biblioteca de Estudos Sociais, entre outras organizações²⁹⁰. É pena não haver até hoje mais documentação deste tipo sobre outras publicações, que para o caso do estudo das actividades de instrução popular seria da maior importância, como conhecer os conteúdos teatrais além dos impressos, e a sua função educativa. Para voltar ao exemplo da iniciativa anterior das “Conferências do Casino” em 1871, importa referir que para além de haver obras como a de Carlos Reis já aqui mencionada, com informação detalhada o mais possível do que se falou sobre os vários temas aí tratados, faltam documentos que refiram com mais pormenor a adesão do público e o horário das conferências, para assim poder ser feito um balanço mais rigoroso, e estudar melhor o impacto que tiveram, principalmente na sociedade lisboeta de então. Nesse caso algumas obras registaram um número aproximado de público presente, como a de César Oliveira com base em notícias dos jornais, que segundo o *Diário Popular* estimaram entre 250 e 400 pessoas, variando a assistência em cada conferência, e as notícias dadas pelo jornal *Revolução de Setembro* que pertencia a Rodrigues Sampaio²⁹¹. Este autor alertou na sua obra para a complexidade da História Social, indicando as metodologias usadas para fazer o seu estudo, bem como as fontes disponíveis para o seu levantamento em termos quantitativos²⁹².

²⁸⁷ Para consultar vários artigos destes jornais, ver Maria Filomena Mónica, *Artesãos e Operários [...]*

²⁸⁸ Sobre este jornal, cf. O artigo de João Medina, pp. 73-88. *Um semanário anarquista durante o I Governo Afonso Costa: Terra Livre* in *Análise Social - Ano XVII*, Lisboa, 1981, pp.735-765.

²⁸⁹ Sobre a repressão que Pinto Quartin e outros anarquistas sofreram pelas autoridades, ver César Oliveira, *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1973, pp. 73-88.

²⁹⁰ António Ventura, *Anarquistas, Socialistas e Republicanos [...]*, pp. 160-161. O espólio de Pinto Quartin está disponível no site do Arquivo de História Social: <http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt>

²⁹¹ César Oliveira, *O Socialismo em Portugal (1850-1900): Contribuição para o estudo da Filosofia Política do Socialismo na Segunda Metade do Século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 1973, pp. 71-74.

²⁹² Idem, *ibidem*, pp. 11-26.

9.1. O funcionamento da Universidade Popular do Porto: alguns dados para a sua compreensão

Já aqui foram referidos os primeiros momentos de existência da Universidade Popular do Porto, inaugurada em 9-6-1912, como indica *A Vida Portuguesa* nos seus primeiros números. Inicialmente surgindo durante as comemorações do 10 de Junho quando a Associação dos Estudantes evocou Camões, as sessões inaugurais foram dentro de um espírito republicano e patriótico, e tiveram sequência nos temas seguintes tratados e debatidos nas conferências. Quando apareceram os primeiros números da publicação, propriedade da Renascença, já traziam um primeiro balanço de como tinham decorrido as lições e actividades inaugurais da Universidade. A primeira conferência que foi da autoria do Engenheiro e Professor da Academia Politécnica do Porto, Xavier Esteves, no dia 17-6 já que a Universidade estava mais centrada ao que parece na cidade do Porto onde o orador era o seu Presidente da Câmara, e falou de temas económicos e sociais²⁹³, ele que foi também o primeiro entrevistado da revista, com um testemunho importante sobre os objectivos solidários da instituição recém-criada e levantando novos problemas, sendo que entre alguns aspectos mais debatidos estava o problema da produção nacional, e da capacidade exportadora da nossa economia e a análise da balança comercial, referindo-se nos números iniciais, a produção nacional em várias áreas como a indústria vidreira e da cerâmica entre outras, bem como a questão da emigração e das suas consequências económicas e sociais²⁹⁴. Foram desenvolvidos nas primeiras lições, como já foi referido, temas mais relacionados com as Ciências Humanas, como a Filosofia e a História. Segundo testemunhos já aqui mencionados, a adesão variava conforme os temas que despertavam maior ou menor interesse da parte do público, mas faltam dados quantitativos para se perceber melhor e em rigor, como era a adesão às lições e como estas decorriam. Um acontecimento marcante nessa altura do início do funcionamento da instituição, foi o combate de Chaves, que terminou a 8 de Julho, com a vitória dos republicanos, tendo seguidamente sido feita uma campanha de angariação de fundos, entre outras actividades filantrópicas, às quais os entusiastas do ensino popular aderiram de forma empenhada em muitos casos.

Não se podem ignorar de facto, as várias influências dos grupos culturais na primeira década do século XX, alguns vindo na sequência de outros que surgiram ainda no final

²⁹³ Cf. os artigos de Xavier Esteves, in *A Vida portuguesa*, nº 1 (31-10-12) e nº 2 (14-11-1912).

²⁹⁴ Idem, *ibidem*.

do século XIX: a importância da Maçonaria para a angariação de meios para formar e organizar instituições que se dedicassem ao ensino popular, mas também a actividade de instituições particulares geridas pelos republicanos e com os mesmos objectivos, deve ser também evidenciada com os vários estudos feitos em relação a isso. Um sistema de ensino que se pretendia mais avançado no tempo, em sintonia com o que acontecia nos países mais desenvolvidos, e que também teria uma inovação nos métodos pedagógicos, que acompanhassem o desejo de progresso e de civilização. As condições para isso acontecer é que não eram as mesmas, desde a fraca implantação da rede de escolas públicas, como dos acessos até elas, até às más condições das mesmas, o desinteresse da população, principalmente do meio rural pela necessidade de instrução, algo que nos números iniciais do boletim da Renascença, não foi devidamente levado em conta, criticando-se aspectos a meu ver mais secundários, que limitavam o sistema de ensino. Com o analfabetismo a ser de uma dimensão tão grande, essas questões pedagógicas teriam obrigatoriamente que passar para segundo plano. Por vezes, assuntos menores ganhavam uma grande dimensão no debate de ideias, e não era isso que se pretendia para o verdadeiro incremento educativo no país.

Como foi mencionado logo no número inicial do boletim, os programas e conteúdos leccionados eram criticados por estarem desactualizados, mas talvez fizesse mais sentido para acompanhar as mudanças políticas a partir de 1911-12, começar com acções mais básicas alargando a rede escolar, ou reparando as escolas existentes, dando-lhes mais condições, parecendo segundo as várias opiniões, que não houve uma grande preocupação com estes aspectos²⁹⁵.

Outro aspecto que foi pouco salientado pela *Vida Portuguesa*, foram as graves dificuldades económicas existentes nesse período inicial da República: o endividamento externo, com uma balança comercial deficitária, apesar de alguns artigos alertarem para a necessidade de desenvolver alguns sectores considerados essenciais para a economia, como a indústria vidreira que sofria com as importações de peças de vidro, consideradas de melhor qualidade e mais valiosas ou a da cerâmica, tentando encontrar para isso soluções de produção mais viáveis.

As primeiras lições, como já foi referido atrás, não incidiram muito sobre estes temas, dando uma abrangência maior aos temas culturais e científicos. Um encadeamento parecido com o que se pode encontrar nas Conferências da Liga de Educação Nacional,

²⁹⁵ A *Vida Portuguesa*, nº 1 (31-10-1912), pp. 2-3.

cuja actividade já foi aqui referida. A questão pedagógica provocou um aceso debate entre alguns autores com vários ensaios sobre Pedagogia como João de Barros e António Sérgio, entre outros, pondo-se a questão do estrangeirismo e do nacionalismo no ensino e quais as vantagens de um e de outro sistema²⁹⁶. António Sérgio tinha já nessa altura várias posições tomadas sobre a Pedagogia, relacionadas com temas nacionais como as que foram publicadas na revista *Serões* em 1910-11, e tinha uma especial ligação com o pedagogo e sociólogo francês Emil Durkheim, que foi uma grande influência para as Ciências da Educação na Europa, dando grande importância ao exemplo de conduta moral dos pais, e recuperando os imperativos morais de Kant e a Filosofia Social com as normas morais de Rousseau.

Juntaram-se depois através do boletim da Renascença, as opiniões de Álvaro Pinto, Leonardo Coimbra, e Raul Proença, que tinham posições anarquistas, reflectidas na sua atitude de contestação, e uma actividade que embora fosse mais organizativa dos trabalhos da associação, sendo que Álvaro Pinto ficou encarregue de ser o Secretário da Associação²⁹⁷, não deixou além disso de ter também uma intervenção crítica, mas que não deixavam de ser tão respeitadas como as outras, abrangendo vários assuntos. É importante salientar que o Anarquismo entendia a produção artística como um fenómeno social, tendo a forma de uma aspiração colectiva²⁹⁸. Mas em Portugal, a elevada falta de instrução das pessoas dificultava sobremaneira que essa teoria fosse praticada, e a mensagem fosse devidamente compreendida por quem era analfabeto, ou muito basicamente instruído para assumir essas actividades criativas. Para Sérgio, era um anacronismo procurar origens do Saudosismo em Antero de Quental, ou considerar que a regeneração moral e cívica da nação se conseguia com o predomínio saudosista ou simbolista, não deixando de reconhecer também o valor dos seus maiores representantes, tal como Gomes Leal que estava mais associado ao parnasianismo, e à concepção literária que não deixava de manifestar as preocupações da sua época.

Tal como outros dos seus principais membros e fundadores, Leonardo Coimbra além de ter grande admiração por Gomes Leal, também a tinha por Pascoaes, aderindo e promovendo o saudosismo com entusiasmo²⁹⁹.

²⁹⁶ Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, pp. 51-64.

²⁹⁷ Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 41.

²⁹⁸ António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas [...]*, p. 156.

²⁹⁹ Fernando Mendonça Fava, *op. cit.*, pp. 48-50, e Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 1018-1020.

A escola simbolista que desde o final do século anterior, representava isso mesmo, com uma poesia mais popular como a de António Nobre, e mais estética como a de Gomes Leal ou Camilo Pessanha.

Entre a elite intelectual nacional reduzida e limitada praticamente a Lisboa e ao Porto, e as classes a quem a tarefa de esclarecimento e maior consciência e mesmo autonomia cívica se dirigia, havia um desfasamento que era muito complicado de ultrapassar. No entanto o trabalho foi em muitos casos meritório e teve resultados práticos, provocando o debate de opiniões, como alguns que foram neste trabalho já referidos. Outro aspecto que os anarquistas defenderam em organizações criadas na primeira década do século XX, foi a manutenção da paz, sendo contra qualquer intervenção militar, como foi o caso do aparecimento dos Grupos “Luz” e “Pró-Paz” em 1904, que estavam ligados à Federação Socialista Livre, nos quais convergiram anarquistas e republicanos³⁰⁰. Também nesse ano formou-se a Liga dos Livres Pensadores que devia estar ligada à Federação Internacional do Livre-Pensamento³⁰¹.

Havia um sentimento que se pode considerar niilista e decadentista de pessimismo perante a iminência de um conflito em grande escala e de resultados imprevisíveis, e num período da “Paz Armada”, marcado por outros conflitos mundiais já com uma nova dimensão como a Guerra russo-japonesa de 1904-05, existia já nesta altura com a intervenção pacifista dos anarquistas e republicanos e remontava até às últimas décadas do século anterior, pois a tensão política e social era marcada por situações de atentados e falta de segurança, o que aumentava a desconfiança e a repressão policial³⁰². Seguiu-se a partir de 1905, um período de apagamento da Federação, com os seus membros a preferirem ter outro tipo de acções de intervenção cultural e política, considerando a estética teatral como um movimento libertador e original, em relação à estética instituída com um Teatro popular que fosse alternativa ao Teatro artístico profissional que era dominante nas principais cidades³⁰³.

Os Libertários que mais se destacavam como Alexandre Vieira, o director do jornal *O Sindicalista*, e que depois seria chefe de redacção da *Batalha* a partir de 1919, Pinto Quartín, Emílio Costa, Manuel Campos Lima, Neno Vasco, Aurélio Quintanilha, entre

³⁰⁰ Idem, *ibidem*, pp. 154-155.

³⁰¹ Idem, *ibidem*, pp. 148-149.

³⁰² Sobre os primeiros movimentos pacifistas, ver Maria Fernanda Rollo (Coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. III - N-Z, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2013-14, e António Ventura, *op. cit.*, pp. 148-149.

³⁰³ António Ventura, *op. cit.*, pp. 149-160.

outros, defendiam a paz e o não intervencionismo militar, ao contrário do que alguns dos intervencionistas achavam. Alguns deles teriam uma intervenção muito importante no ensino popular, principalmente Alexandre Vieira na Universidade Popular Portuguesa criada em 1919, e Aurélio Quintanilha na Universidade Popular de Coimbra dando até algumas conferências, e promovendo as actividades das instituições. No fundo estas organizações que procuravam uma nova estética cultural, acabaram por influenciar as que se seguiram. Além disso, o crescimento do movimento sindical, com organizações fora de Lisboa, concentrando-se noutros aglomerados urbanos e na província foi notório em 1911 e 1912, mas muitas destas influências já vinham de anos anteriores, mas começaram a ser expressas de outra forma como no já referidos jornais *O Sindicalista* que era mais de intervenção no conflito social, e o *Terra Livre* mais doutrinário de menor divulgação entre os trabalhadores. Nesses anos e no seguinte, a contestação ao destino que a República estava a levar, cada vez mais elitista e distante dos mais pobres e oprimidos, levou ao aumento dos conflitos, e a uma linguagem mais provocadora, que os intelectuais libertários e outros anarquistas e republicanos convictos não usavam. As Associações defensoras dos Direitos Cívicos, ou associações que promoviam a igualdade entre os trabalhadores, tiveram um impacto também muito assinalável, principalmente nos maiores centros urbanos do país, quando se fazia uma campanha pelos valores republicanos.

Em 1913 com o Partido Democrático no Poder sem contestação, as acções de protesto operário aumentaram de intensidade e violência, até que no dia 27 de Abril, houve uma tentativa de golpe pelos anarquistas, que não teve a adesão planeada, e que foi duramente reprimida. A partir daí a perseguição do Governo a quem o desafiava aumentou, com a já referida proibição das publicações anarco-sindicalistas, encarando-se a sua divulgação cada vez mais como uma forma perigosa de desafiar a nova ordem política, e as suas medidas³⁰⁴.

Uma elite anarquista de pensadores que intervinham nas acções culturais, manteve a sua opinião livre pois além disso alguns dos mais influentes na “Renascença”, embora com um passado Anarquista ligado à greve estudantil de Coimbra em 1907, como foram Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão, aderiram ao Partido Democrático, legitimando a sua acção, mau grado as críticas de António Sérgio e Raul Proença ao regime estabelecido e ao Governo de Afonso Costa entre 1913-14, que vão manter de forma coerente nos anos

³⁰⁴ João Medina, *op. cit.*, 737-740.

seguintes, partilhando a condenação da entrada de Portugal na 1ª Guerra Mundial. Esta posição que dividiu o grupo, divergia assim de anteriores associações anarquistas, que se opunham totalmente a qualquer intervenção militar no conflito.

Terão havido entretanto outras dissidências que enfraqueceram os republicanos de origem anarquista, tal como já tinha acontecido com o Socialismo, principalmente o Partido dos Operários Socialistas³⁰⁵. Mas nas conferências iniciais, em 1912 e mesmo no início de 1913, deu-se mais importância a assuntos gerais, de debate sobre a Cultura e o Ensino, e as formas de divulgação entre a classe trabalhadora ou pessoas com instrução básica, no seguimento do que associações como a Junta Liberal tinham feito anos antes³⁰⁶. As conferências que decorreram em 1910, tiveram a ajuda de várias associações como o Centro Escolar Republicano, a Associação Comercial de Lisboa, a Associação Comercial de Lojistas, etc.

O Anarquismo que promoveu nos anos anteriores o Livre-Pensamento, colaborando com o Republicanismo e o Socialismo na sua defesa, com manifestações cívicas e culturais e a criação de associações que já foram aqui referidas, não deixou de gerar divisões mesmo numa actividade mais cultural e de certo modo educativa da população, como a que existia na “Renascença”, e que era divulgada nos seus órgãos. Note-se que a acção mais panfletária que alguns anarquistas tinham, estava mais ligada à acção intervencionista na actividade política, e na militância dos trabalhadores, desde que tinha havido a divisão na Associação Socialista dos Trabalhadores, no Congresso de Haia em 1872, entre libertários e intervencionistas, definindo-se qual devia ser a acção política no âmbito do marxismo³⁰⁷.

A sua divulgação passou em muitos casos para a clandestinidade em 1913, durante praticamente um ano enquanto durou o Governo de Afonso Costa, mas os órgãos da Renascença mantiveram nesse ano a sua publicação regular. Havia autores mais integrados no recente sistema político, como se viu pela adesão e apoio de Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão ao Governo do Partido Democrático, enquanto António Sérgio apesar de não ter apoiado qualquer acção revolucionária republicana, considerava que já

³⁰⁵ Sobre este aspecto ver César Oliveira, *O Socialismo em Portugal (1850-1900)*, e António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas [...]*, e ainda vários trabalhos de Maria Filomena Mónica que indicam a divisão nos socialistas portugueses e o enfraquecimento do Partido, como o já citado *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1914)*.

³⁰⁶ Sobre as Conferências da Junta Liberal realizadas em 1909-10, ver o respectivo Boletim, cf. Lia Ribeiro, *op. cit.*, pp. 97-100.

³⁰⁷ António Ventura, *Anarquistas, republicanos e socialistas [...]*, pp. 46-49, Maria João Castro, *op. cit.*, pp. 20-29, e Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do século XX*, pp. 38-39.

que a República tinha sido implantada, havia que dar condições para a sua estabilidade sendo assim uma forma de a legitimar. No entanto, o seu constante desagrado com as políticas seguidas, assim como o combate feito à liberdade de expressão que alguém com formação racionalista e conhecedor do progresso ocidental e das suas virtudes, não podia deixar de ter. As suas viagens, e emigração para o Brasil e Inglaterra a partir de 1913, onde foi trabalhar numa editora em colaboração com autores aí emigrados, também contribuíram para o seu afastamento do que se passava em Portugal. Interessa saber também por isso, quais as perguntas que punha a Raul Proença, na correspondência que lhe enviou do estrangeiro³⁰⁸. Por seu lado este último mantinha-se também muito céptico, mostrando-se no entanto mais envolvido na sua tarefa de organização da Biblioteca Nacional, e na sua actividade ligada à recolha de documentos e sua catalogação, sendo os dois incansáveis no cumprimento dos seus projectos. Além disso, Raul Proença era como já foi referido, adversário do pensamento místico fazendo várias críticas ao Saudosismo e aos seus reais efeitos, o que se compreende perfeitamente tendo em conta o homem de acção e intervenção social que era. Isso valeu-lhe ao longo da vida algumas inimizades, como aconteceu com Fidelino de Figueiredo, que tomou o seu lugar na organização do catálogo da Biblioteca, ou com Leonardo Coimbra que seria Ministro da Instrução, a primeira vez em 1919³⁰⁹. Talvez isso explique a sua pouca participação na actividade da Renascença a partir da fase inicial dos movimentos fundadores, nos anos de 1911 e 1912, quando assumiam de forma mais ou menos evidente o predomínio de Teixeira de Pascoaes pela aura mística e presença e carisma que tinha entre os outros autores³¹⁰. Para se perceber a herança de Pascoaes, não basta como alguns autores fizeram, restringir a

³⁰⁸ António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença*, Organização e Introdução de José Carlos Gonzalez com um estudo de Fernando Piteira Santos, Publicações Dom Quixote/Biblioteca Nacional, Lisboa, 1987.

³⁰⁹ Leonardo Coimbra foi Ministro da Instrução nos Governos de 1919 e 1923, tendo também trabalhado na reforma da Biblioteca Nacional nessa altura, enquanto Fidelino de Figueiredo foi o seu Director, alterando a reforma do Arquivo e Catalogação dessa instituição feita por Raul Proença. Por causa disso, além de terem simpatias políticas bastante diferentes teve com este uma quezília pessoal

³¹⁰ É o caso de António Cândido Franco que recusa que a obra de Pascoaes seja classificada de forma simplista e até anacrónica como neo-romântica, assim como os erros que o historiador Rui Ramos cometeu ao referir a herança que deixou aos católicos, pois o ateísmo está presente em várias obras suas, e os surrealistas ou modernistas, entre outros artistas que se inspiraram nelas, também não eram católicos, abrangendo várias escolas literárias e diferentes modos de pensamento, cf. António Cândido Franco, *Teixeira de Pascoaes e Renascença Universal*, in Paulo Borges e Bruno Bêu de Carvalho, *op. cit.*, pp. 71-73.

sua obra ao saudosismo e às suas concepções místicas, nem situá-lo apenas no Nacionalismo, ou então na Esquerda Republicana onde tinha os seus maiores admiradores, o que me parece demasiado redutor, devido à universalidade que alguns críticos consideram que a sua obra teve.

Como se fez para compreender as organizações que precederam a “Renascença”, também neste caso é preciso recuar até à crise económica e financeira de 1890-91, e ao Ultimato deste ano que marcou profundamente a evolução do país, nos seus vários aspectos sociais e culturais. A inflação e consequente desvalorização do escudo, consequência da grave crise de 1890-92, causou várias mudanças na economia do país. Em seu lugar começaram a ser emitidas cédulas, e foi feita a progressiva substituição das moedas de valor mais baixo por notas. Houve a necessidade de cunhar mais moeda, devido à sua escassez que se sentia nesta fase. Um problema que quem estava mais ligado às questões económicas, dos problemas industriais, e da balança comercial, abordou em artigos que foram publicados nos anos posteriores. Isso foi visível com o aparecimento do movimento saudosista, que não deixava de se ligar a essa crise social e financeira do país, e de qual seria a melhor maneira de a enfrentar.

Nas lições da Universidade Popular do Porto, o problema económico do país e da entrada na Guerra, não deixou de ser discutido em várias ocasiões. Em sintonia com a posição do Partido Democrático, Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra entre outros, apoiavam a intervenção portuguesa no conflito, o que demonstraram algumas vezes nos artigos e depoimentos nos órgãos de imprensa. Através das várias informações que se recebiam, a discussão sobre a posição portuguesa era um assunto cada vez mais falado, embora a intervenção militar fosse alvo de várias conjecturas, e com as divisões entre aqueles que eram a favor da entrada no conflito, divididos entre os anglófilos que apoiavam a aliança com a Grã-Bretanha, e os germanófilos apoiantes da Alemanha, e dos seus interesses expansionistas, com o pretexto de finalmente romperem uma aliança com os britânicos, a qual consideravam nociva dos interesses portugueses, e pondo em causa as opções políticas que eram tomadas em relação a esse problema por parte do Governo Democrático, que depois formaria a União Sagrada com o Partido Evolucionista em 1916-17. Para além dos que se batiam pela neutralidade, e afastamento do conflito, fazendo parte de vários movimentos pacifistas que foram atrás referidos. Além disso a fase do início das aulas/conferências coincidiu com a gradual perda de intervenção política dos Socialistas. Havia muitas acções educativas em que os Socialistas

participavam, e assim deixaram de intervir civicamente, num processo que levou ao seu progressivo apagamento da actividade política. Por outro lado, assistiu-se desde o final do século XIX a uma maciça adesão aos Sindicatos, também devido ao desenvolvimento urbano das maiores cidades.

No estudo dos assuntos económicos e sociais, salientou-se a análise quantitativa de Bento Carqueja, como os seus testemunhos na *Vida Portuguesa* mostram, e também de Carneiro de Moura, que também teve uma actividade importante junto da Universidade Livre de Lisboa, estudando o aumento dos preços, que provocavam aumento da pobreza, e de falta de poder de compra. Os conhecimentos académicos que dispunham, nomeadamente Bento Carqueja, foram assim partilhados e alvo de grande interesse, pois o seu trabalho feito com obras que melhoravam as condições dos portos e do seu acesso, foi pioneiro e merecedor da maior consideração³¹¹.

Carneiro de Moura, um autor e estudioso de Economia mais ligado à Universidade Livre, também apresentou dados que indicavam o progressivo aumento dos preços, desde o final da década de 80 do século XIX, até ao início do novo século, além do aumento dos impostos, causas da crescente carestia de vida, um tema bastante estudado nas últimas décadas por Pulido Valente, e Villaverde Cabral, mas com conclusões diferentes. Nas intervenções feitas na Universidade Popular do Porto nos primeiros anos da sua existência, é de realçar também as lições e artigos de Ezequiel de Campos, ligadas aos temas da Economia, Agricultura, e da Indústria, assim como do reordenamento do território, da distribuição das propriedades, o problema dos baldios, e da rentabilidade do solo, etc³¹². Várias dessas intervenções dirigiam-se à opinião pública que se pretendia

³¹¹ Bento Carqueja (Oliveira de Azeméis, 6-11-1860 – Foz do Douro, 2-8-1935), foi um Professor da Faculdade de Ciências da recém-criada Universidade do Porto a partir de 1911, passando em 1915 para a Faculdade Técnica onde leccionou Economia Política e Contabilidade. Tinha-se licenciado num Curso Livre de Ciências Naturais em 1882, e trabalhado como jornalista, colaborando no jornal *Comércio do Porto*. Aí promoveu a criação de Escolas Agrícolas Móveis, e a construção de bairros operários. Em 1884 foi nomeado Professor da Escola Normal do Porto, transferindo-se em 1898 para a Academia Politécnica do Porto. Exerceu também a militância Republicana, fazendo parte da Liga Patriótica do Norte. Para além de importantes estudos sobre Economia, com dados quantitativos da sua época, que correspondeu ao período conturbado do final da Monarquia, desenvolveu projectos cívicos de grande importância para a vida da sociedade, com uma intervenção filantrópica, a favor do desenvolvimento de algumas comunidades, como foi a sinalização dos portos, com a introdução do primeiro sinal acústico em Portugal, no porto de Leixões, e o desenvolvimento da aeronáutica, e da indústria local, que apoiou com vários investimentos, estando também na origem da fábrica de papel do Caima. Representou o país em missões e conferências no exterior, onde recebeu os maiores elogios, estabelecendo importantes relações com outras Academias. Ver Teresa Nunes, *Bento Carqueja*, in Maria Fernanda Rollo (Coord.), *op. cit.*, pp. 551-553, e Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado Português nas vésperas da Primeira República*, pp. 87-94.

³¹² Ezequiel de Campos (Póvoa do Varzim, 12-12-1874 – Lisboa, 11-6-1965), foi um Engenheiro Civil com um vasto trabalho em várias áreas ligadas ao ordenamento do território, agronomia, e obras públicas, entre outras actividades de interesse público. Depois de se ter graduado em Engenharia Civil pela Academia Politécnica do Porto, foi como Engenheiro de Obras públicas para São Tomé e Príncipe, onde esteve até

atenta a estes problemas, e foram publicadas na *Vida Portuguesa*. Foi o caso do artigo de Bento Carqueja sobre os efeitos do protecționismo a partir da crise de 1890-91, e lançando a discussão sobre o estado da economia nacional³¹³. Alguns destes estudos económicos foram recuperados no boletim da “Renascença”, para tratar daqueles que eram considerados os maiores problemas industriais e comerciais do país. António Sérgio considerou mesmo em alguns testemunhos, ser Ezequiel de Campos quem mais se identificou consigo nas preocupações económicas do país, do quotidiano da sua população, mais do que questões políticas deste ou daquele Governo³¹⁴.

Na caracterização e sistematização do operariado, há várias divergências entre vários autores: assim João Freire na sua obra, *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofícios e Práticas Sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal: 1900-40*, aponta a relação entre o meio operário e a sua adesão ao Sindicalismo, e enquanto César Oliveira e Pacheco Pereira referem a sua dispersão e heterogeneidade, Villaverde Cabral aponta o Sindicalismo como concentrando-se mais na área de Lisboa³¹⁵. O apoio dado ao Sindicalismo, ao qual aderiam associações operárias, é importante para perceber o relacionamento que havia entre uma elite intelectual que liderava as Associações na maior parte, e os trabalhadores. Sobre esse assunto, Villaverde Cabral na sua obra *O Operariado Português nas vésperas da Primeira República*, refere que os acontecimentos anteriores como as greves, tinham provocado a adesão das organizações políticas, no protesto contra a carestia de vida e o gradual aumento dos impostos, que se vinha dando desde a última década do século anterior, concordando com a tese de Vasco Pulido Valente, da importância dos acontecimentos no desenrolar da História, como foi o caso da greve geral de 1903 na região de Coimbra, que este autor descreveu como exemplo da importância

1911. Aí seria responsável pela profunda reorganização do território, e uma nova exploração agrícola, além da construção de estradas e casas que melhorassem as condições económicas e sociais daquela região. Em 1911 quando regressou a Portugal, foi deputado da Assembleia Constituinte, cargo que exerceu até o ano seguinte quando se entrou numa nova circunstância política. Ainda em 1911 apresentaria um Projecto-Lei sobre a “Utilização dos Terrenos Incultos”, vulgo Baldios, entre outros estudos que desenvolveu sobre o ordenamento do território, com propostas para uma reforma agrária que desenvolveria depois como Ministro. Foi professor no Instituto Superior do Comércio e na Faculdade de Engenharia do Porto. Seria depois Ministro da Agricultura no Governo de José Domingues dos Santos em 1924-25. Com a instauração da Ditadura, foi Procurador da Câmara Corporativa em 1935, onde teve uma actividade nas áreas da Administração Pública, Energia e Finanças. Teve algumas importantes discussões sobre estes problemas com António Sérgio com quem tinha colaborado na revista *Pela Grei* em 1918-19. Ver Teresa Nunes, *Ezequiel de Campos*, in Maria Fernanda Rollo (Coord.), *op. cit.*, pp. 532-535.

³¹³ Bento Carqueja, in *A Vida Portuguesa* nº 2 (15-11-1912), pp. 10-12.

³¹⁴ Sobre o debate mantido entre António Sérgio e Ezequiel de Campos ao longo dos anos, ver Teresa Nunes, *O Ideário republicano de Ezequiel de Campos* [...]

³¹⁵ João Freire, *op. cit.*, pp. 44-51.

do acontecimento, para originar movimentos de protesto em grande escala, nas suas obras *A Revolta do Grelo* ou *O Poder e o Povo*³¹⁶.

Não considerando a República de modo nenhum um sistema democrático e com princípios sociais ao contrário do que achou César de Oliveira, estes autores dão uma definição do regime republicano como conservador e muito desigual socialmente, dirigido por uma elite política e burguesa. Outro historiador de influência marxista, César Nogueira referiu de forma algo simplista que no final da década de 90 do século XIX, que como consequência da divisão e enfraquecimento do Socialismo, quase todo o operariado tinha-se mudado para o campo republicano, assim como depois iria reforçar os movimentos anarquistas e sindicalistas³¹⁷. No entanto conseguiu localizar em estudos que fez, o surgimento do Partido Operário Socialista em 1878, resultando da união entre a A.T.R.P. do Porto, algumas cooperativas e o PS³¹⁸.

Villaverde Cabral referiu também no capítulo V da sua obra *O Movimento Operário Organizado*, os vários levantamentos feitos por Bento Carqueja e também Augusto Fuschini, um político que foi Ministro da Fazenda nessa fase³¹⁹, sobre a situação económica nos últimos anos do século XIX, inícios do século XX³²⁰. Ezequiel de Campos teve intervenções de âmbito económico em várias publicações, e algumas delas na *Vida Portuguesa*, a partir de 1913. Ele seria nesse ano e no seguinte um forte opositor das medidas consideradas prioritárias do Governo de Afonso Costa que durou cerca de um ano, e que alcançou um orçamento com superavit, devido a cortes na despesa do Estado, e aumento das receitas conseguido com mais impostos³²¹.

O crescimento galopante da dívida pública, que já vinha desde o século XIX com os gastos em infra-estruturas que marcaram o chamado período da “Regeneração”, foi aliás

³¹⁶ Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado Português nas Vésperas da Primeira República*, Presença, 1976, pp. 26-30.

³¹⁷ César Nogueira, *op. cit.*, p. 24-26 e p. 37, apud Alberto Ferreira, *op. cit.*, pp. 82-85.

³¹⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 65-71.

³¹⁹ Augusto Fuschini (Lisboa, 1843 – Lisboa, 8-3-1911), foi também um Engenheiro Civil, Ministro, Deputado e Conselheiro de Estado, que militou no Partido Regenerador, defendendo o movimento operário e as suas causas, e a criação de cooperativas. Foi Ministro da Fazenda num período particularmente complicado da sociedade portuguesa, em 1893, deixando ainda nesse ano o Governo, por divergências com o Ministro do Reino Hintze Ribeiro, entre outros membros do Partido, o qual deixaria. Escreveu depois um livro sobre a sua acção como Ministro, assim como estudos sobre a crise de 1890-92, a desvalorização cambial, e saída do padrão-ouro, e os problemas da dívida externa.

³²⁰ Manuel Villaverde Cabral, *O Movimento Operário Organizado*, cap. V, pp. 121-140.

³²¹ Teresa Nunes, *O Ideário Republicano de Ezequiel de Campos (1900-1919)*, Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, p. 14.

uma das constantes preocupações deste autor que depois publicaria outras obras sobre os problemas estruturais do país, que impediam o seu desenvolvimento³²².

Segundo o facto de que as “elites” intelectuais assumiam responsabilidades educativas, justificava-se a sua actuação na promoção do Ensino Popular. Existe no entanto pouca informação sobre o modo como as conferências decorriam, ou como era conduzido o debate. Sabe-se da presença de prestigiados pensadores da sociedade de então, mas as reacções do público não são suficientemente bem conhecidas. Há que tentar perceber o modo como uma “elite” de superior afirmação cultural transmitia da melhor forma possível a mensagem ao meio que assistia, e cujas qualificações estavam longe de ser as ideais. Outro aspecto por desenvolver é de que modo se conseguiu evitar que os operários continuassem a ocupar os seus tempos livres de formas menos educativas.

Em 1910 quando se deram as conferências da Junta Liberal nesta altura dirigida por Miguel Bombarda que tinha outros membros do Directório Republicano como Eusébio Leão, e Teófilo Braga, e Manuel de Arriaga entre outros republicanos ilustres, a organizar a sua actividade, a influência dos republicanos foi notória nas intervenções que fizeram, dirigindo-se a um público talvez mais esclarecido e consciente da importância do momento que se vivia. Havia o objectivo de influenciar a opinião pública para consolidação dos ideais contrários à Monarquia, o que o Historiador Fernando Catroga definiu como “a teleologia evolutiva das sociedades”, que devia sobrevalorizar os fenómenos ligados à opinião pública³²³.

Dando-se maior ênfase ao acontecimento isolado, que originou várias reacções, com um impacto diverso conforme o local em que aconteciam, e as profissões que quem contestava os impostos sobre as vendas exercia.

Para alguns historiadores e sociólogos, a dispersão dos trabalhadores por diferentes regiões do país, e a pouca consciência social era outro grande obstáculo a que aumentasse a sua adesão a estas iniciativas.

A pouca existência de dados mais rigorosos não permite fazer a tipologia dos alunos de forma mais desejável. Nalgumas fontes indica-se a frequência da assistência às sessões, embora com falta de rigor na informação. Além das Escolas Móveis e das campanhas de alfabetização, pouco mais é referido como actividade cultural, tendo em conta a efectiva abrangência de público entre os operários e os seus familiares, havendo

³²² Ezequiel de Campos e Quirino de Jesus, *A crise portuguesa: subsídios para a política de reorganização nacional*, [s. l.], [s. n.], 1923.

³²³ António Pedro Pita, *op. cit.*, pp. 249-251.

a notar a dificuldade que há em entender, se a cultura nas suas várias formas teria um papel educativo das massas, ou se limitava a uma parte da sociedade mais abastada, um problema que actualmente se mantém, com o pouco acesso a formas culturais que uma grande parte da população tem, ou insiste em ter como uma obrigação...

Nas obras de Pulido Valente, como *O Poder e o Povo*, a República é caracterizada como um regime conservador e elitista dominado pelos grandes proprietários, que não deixa de explorar os mais fracos socialmente, mantendo ou até agravando um estado de coisas que muita gente pensou que iria alterar-se radicalmente com o novo regime, uma perspectiva que contrariou muito do que tinha sido escrito.

O aparecimento do “Homem novo” que seria recuperado pela República, não aconteceu, eternizando os vícios e a burocracia do sistema político decadente do regime monárquico. Se assim fosse, isso podia colocar em causa a incapacidade das novas formas educativas, e de estudos pedagógicos. O sentido moralizante das várias formas de ensino era precisamente o de contribuir para essa recuperação moral e ética dos valores de outros tempos, que o estudo da História dos feitos heróicos destacava.

Relacionado com isso, e para compreender a sua evolução e necessidades que surgiram, o movimento operário ganhou expressão social a partir do começo da década de 70 (1870,72) do século XIX, o que levou às organizações socialistas, sendo que a partir daí nas décadas de 70 e 80, perdeu-se essa influência nesse espaço de tempo, devido a um maior desenvolvimento industrial, com maior concentração de trabalhadores nas fábricas e oficinas.

Villaverde Cabral caracterizou assim o movimento operário urbano, e o refluxo a partir do aparecimento do movimento grevista, indicando a greve dos tecelões do Porto, como a primeira greve geral portuguesa, definindo este acontecimento como sendo um facto que desencadeou os protestos dos trabalhadores, e a sua mobilização associativa³²⁴.

Tendo sido um dos membros mais activos do comité coordenador do P.S.P. desde 1908 quando aderiu ao Partido, César Nogueira indicaria em documentos as várias associações operárias que romperam com o Socialismo, e o processo de adesão à Internacional Socialista³²⁵.

³²⁴ Manuel Villaverde Cabral, *O Modo de Produção Capitalista no final da Monarquia*, in *Análise Social* nº 45, 2ª série, 1976, pp. 121-123.

Sobre o movimento operário em Coimbra, e as várias greves que marcaram a sua acção, cf. José Amado Mendes, *Para a história do movimento operário em Coimbra*, in *Análise Social*, vol. XVII – nºs 67 e 68, Instituto de Ciências Sociais, 1981, pp. 603-614.

³²⁵ César Nogueira, *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, 1º Vol. (1871-1910), Lisboa, Portugalíia Editora, 1964-66, pp. 24-26.

Problemas sociais como o elevado desemprego e a carestia de vida, eram motivo das preocupações das associações operárias e dos seus órgãos informativos. A distinção em que este autor insiste entre “operário” com mais valor que o simples “trabalhador”, resultando de uma especialização profissional, e colocando o problema de haver ou não uma dependência do Anarquismo de um modelo técnico-profissional, como indicou João Freire no início da sua dissertação³²⁶.

Nestas caracterizações gerais, foram pesquisadas algumas formas de associativismo operário que fossem inovadoras nessa época. Por outro lado, há a particularidade de Maria Filomena Mónica situar o começo do movimento anarquista em Portugal nos primeiros anos do século XX, ao contrário da maioria dos outros historiadores³²⁷. Haverá alguma falta de rigor da sua parte nesta avaliação, ao definir as associações anarquistas, e o modo como apareceram e se desenvolveram no nosso país. Mas como escreveu Villaverde Cabral, está provado que alguns intelectuais anarquistas como João Campos Lima, desvalorizavam os movimentos de protesto do início do século XX, provando-se assim o seu elitismo e distanciamento das realidades laborais, e de algumas das suas maiores “bandeiras”, como sejam a redução do horário de trabalho, nalguns casos surgindo as primeiras exigências das oito horas diárias, e a campanha por medidas de assistência social³²⁸. Provou tal como Pulido Valente, que o Franquismo sendo considerado historicamente como um regime reaccionário e elitista, conhecido pela forte repressão sobre a imprensa, e as várias acções de protesto, e que suportava os apoiantes da Monarquia, foi um período de reformas sociais, em que se incluíam algumas das medidas acima referidas. De entre essas mudanças, a reforma feita pelo Estado no Ensino em 1911, significou a vontade do novo regime em melhorar as condições do ensino primário, dando um novo estatuto aos professores das escolas primárias. Essa mudança não teve os efeitos esperados, numa altura de mudança de sistema político, que influenciava a actividade educativa. Mantinham-se obstáculos nos sectores mais reaccionários como a Igreja e os monárquicos, apelidados de “talassas”.

Como já foi analisado, os jovens autores não se identificavam com a República, alguns eram mesmo monárquicos convictos, ou como António Sérgio mantinham-se equidistantes da política, embora mantendo uma intervenção cívica nas várias iniciativas culturais.

³²⁶ João Freire, *op. cit.*, p. 12.

³²⁷ António Ventura, *op. cit.*, p.84.

³²⁸ João Campos Lima, apud Manuel Villaverde Cabral, *op. cit.*, pp. 34-37.

Compreende-se assim que a Universidade Livre de Lisboa inaugurada no ano seguinte, tivesse essas influências positivistas, divulgando outros estudos científicos e remetesse para a obra de escritores como Victor Hugo e Émile Zola, ou filósofos como Comte e Littré, nos quais se inspirou, afirmando os valores da ciência para adquirir conhecimento.

A confiança na ciência e no progresso humano, fazia assim parte da pedagogia do ensino popular, e das várias actividades de promoção cultural. Valorizavam-se os métodos racionalistas e experimentais, para adquirir conhecimento e partilhá-lo, e não se podia afastar essa influência, num momento de esperança no futuro, e de afirmação dos valores do progresso.

A sua poesia tinha aspectos de misticismo e de conceitos tradicionais, que se pretendiam universais. António Sérgio opunha-se a isso, embora nutrisse grande admiração pela poesia de Teixeira de Pascoaes, recusava a ideia saudosista, que considerava que os seus autores colocassem a sua origem em Antero de Quental, o que afirmou abertamente pela primeira vez na sua “Epístola aos Saudosistas”, publicada na *Águia* em finais de 1913, e que levou a uma enérgica resposta de Teixeira de Pascoaes, que sempre teve grande consideração por António Sérgio apesar de tudo³²⁹. Além de Teixeira de Pascoaes, as suas críticas dirigiam-se principalmente a Leonardo Coimbra e também Jaime Cortesão, que não se assumindo como saudosistas, não deixavam de elogiar e identificar-se de certo modo com a sua filosofia e poesia, para além da grande consideração em que tinham Gomes Leal, que também tinha uma escrita influenciada pelo misticismo e parnasianismo, uma interpretação da estética literária, e do culto da forma, que além de Gomes Leal, teve como maiores precursores Gonçalves Crespo, Alberto Monsaraz e João Penha³³⁰.

Em correspondência a Álvaro Pinto, logo numa das primeiras cartas que enviou quando se encontrava no Brasil, Sérgio vai ser bastante crítico com a posição que Leonardo Coimbra principalmente estava a tomar de defesa do Partido Democrático, e do domínio que tinha no sistema político a partir da divisão que houve no PRP em 1912, depois de o próprio desmentir isso numa entrevista que deu ao jornal *Mundo*³³¹. Sendo

³²⁹ António Sérgio, *Epístolas aos Saudosistas*, in *A Águia*, Vol. V, 2ª série, nº 22 (Outubro de 1913), pp. 97-103, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 188-194, e Romana Valente Pinho, in Paulo Borges e Bruno Bêu de Carvalho (Coord.), *op. cit.*, pp. 112-114.

³³⁰ Foi mesmo publicada na *Vida Portuguesa* uma subscrição pública para ajuda a Gomes Leal, que se encontrava doente e na miséria, cf. *A Vida Portuguesa* nº 11 (1-4-1913), pp. 81 e 84.

³³¹ António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença [...]*.

este último um admirador de Teixeira de Pascoaes, Sérgio achava que a sua militância política sofria essa influência saudosista.

Para Sérgio, era um anacronismo procurar origens do Saudosismo em Antero de Quental, ou considerar que a regeneração moral e cívica da nação se conseguia com o predomínio saudosista ou simbolista, não deixando de reconhecer também o valor dos seus maiores representantes, tal como Gomes Leal que estava mais associado ao parnasianismo, e à concepção literária que não deixava de manifestar as preocupações da sua época.

A “Renascença” acolheria assim Gomes Leal com a maior consideração, ele que ainda nela colaborou, apesar dos problemas pessoais que sofria há bastante tempo, o que não lhe possibilitava uma actividade regular³³². Leonardo Coimbra considerava a poesia como uma forma de eternizar o instante, fazendo da vida um convívio constante com Deus, mostrando assim as preocupações religiosas e místicas que sempre estiveram presentes na sua vida³³³.

Tal como outros dos seus principais membros e fundadores, Leonardo Coimbra além de ter grande admiração por Gomes Leal, também a tinha por Pascoaes, aderindo e promovendo o saudosismo com entusiasmo³³⁴.

O fascínio pelas questões metafísicas foi fazendo escola no início do século XX, sendo assim uma característica de muitos destes autores, nas suas várias influências literárias. A escola simbolista que desde o final do século anterior, representava isso mesmo, com uma poesia mais popular como a de António Nobre, e mais estética como a de Gomes Leal ou Camilo Pessanha.

Aspectos literários explicados um pouco resumidamente e gerando o debate nas publicações da Renascença. A contestação ao predomínio da escola saudosista e simbolista no seio do grupo, o que para alguns autores do grupo de Lisboa representava o regresso ao passado e a certos valores aristocráticos e de nostalgia de tempos gloriosos do passado, encontrou lugar nas próprias páginas da *Vida Portuguesa*. Segundo o facto de que as “elites” intelectuais assumiam responsabilidades educativas, justificava-se a sua actuação na promoção do Ensino Popular. Existe no entanto, pouca informação sobre o modo como as conferências decorriam, ou como era conduzido o debate. Havia um orador

³³² Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 43.

³³³ Leonardo Coimbra, apud Paulo Samuel, *op. cit.*, p. Sobre as concepções literárias de Leonardo Coimbra, cf. Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 1021-1022.

³³⁴ Fernando Mendonça Fava, *op. cit.*, pp. 49-53, e Idem, *ibidem*, pp. 1018-1020.

que tal como acontecia na Universidade Livre, dava uma palestra sobre um determinado assunto, e procurava explicá-lo com base em argumentos científicos e experimentais. Nota-se pelos testemunhos, uma crescente preocupação com a fundamentação rigorosa e estudada, à imagem do que se dizia fazer na Europa Ocidental, modelo que a República portuguesa tentava seguir.

O que refere o boletim *A Vida Portuguesa* sobre conferências com assistência bastante variada e adesão diversa conforme os temas, reforçando a ideia de maior heterogeneidade do seu público, algo que as mesmas acções não tinham nas Universidades Livres, como já ficou aqui referido. Importa fazer a descrição dessas conferências e qual a frequência das suas assistências, sendo que a publicação do boletim era alternada das lições das universidades populares, respeitando uma periodicidade quinzenal. Para isso há que referir a obra de Paulo Samuel sobre a Renascença e a actividade da Universidade Popular do Porto, que nas suas sessões iniciais, remetendo para o balanço feito na *Vida Portuguesa*, referiu a maior assistência que tiveram as lições de Alfredo Coelho de Magalhães sobre “História da Literatura Pátria”, além de terem tido um público diverso e de um nível cultural acima da média, composto por profissionais liberais, e destacando também a presença de muitas senhoras. Cristiano de Carvalho também com colaboração noutras iniciativas como a Ilustração Popular, e a Nova Silva, era também reconhecido como desenhador, e foi quem desenhou a capa da *Águia*³³⁵.

Outra sessão marcante pela positiva, foi a palestra de Cristiano de Carvalho sobre a Comuna de Paris, que recuando até ao início da década de 70 do século anterior, recordava as Conferências do Casino Lisbonense de 1871, precisamente contemporâneas desse acontecimento revolucionário³³⁶, e chamaram a atenção principalmente ao público operário, o que levou Jaime Cortesão a criticar o seu desinteresse quando eram tratados outros assuntos, relacionando isso com a desilusão que a República provocava nas classes populares nos seus reduzidos anos de existência³³⁷.

³³⁵ António Cândido Franco, *Teixeira de Pascoaes: Renascença Portuguesa e Renascença Universal*, in Paulo Borges e Bruno Béu de Carvalho (Coord.), *op. cit.*, p. 64, Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 169-171, e a Leonardo Coimbra in *A Vida Portuguesa*, nº 19 (1-11-1913), p. 145.

³³⁶ João Medina, *As Conferências do Casino*.

³³⁷ Paulo Samuel, *op. cit.*, p. 169-170.

Quadro 1

Lições iniciais da Universidade Popular do Porto

Lição	Autor	Público	Data
Inaugural	Xavier Esteves	cheio	17-6-1912
História da Literatura	Alfredo Coelho de Magalhães	c. 400 pessoas	21-6-1912
História da Filosofia	Leonardo Coimbra	c. 500 pessoas	23-6-1912
História Pátria	Jaime Cortesão	cheio	9-11-1912
História Pátria	Jaime Cortesão	cheio	13-11-1912

Fontes: *A Vida Portuguesa* nº 2 (15-11-1912), pp. 14-15 e 24, e Paulo Samuel, *A Renascença Portuguesa – Um Perfil Documental*, pp. 169-171.

No dia 1 de Janeiro era noticiada a mudança da Renascença Portuguesa assim como das redacções da *Águia* e da *Vida Portuguesa* e dos cursos especiais da Universidade Popular do Porto para a rua Sá da Bandeira nº 363 – 2^o³³⁸.

A Universidade Popular de Coimbra, seria inaugurada ainda em 1912, no dia 24 de Novembro. Coube a Leonardo Coimbra fazer o discurso inaugural, no Salão da Associação dos Artistas de Coimbra³³⁹. Os registos das primeiras lições desta instituição são mais raros, o que indica uma menor frequência das lições em relação ao que acontecia no Porto.

³³⁸ In *A Vida Portuguesa* nº 6 (16-1-1913), p. 47.

³³⁹ Sobre a inauguração desta instituição, ver *A Vida Portuguesa*, nº 3 (30-11-1912), Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, pp. 215-216, e Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 172.

Quadro 2

Lições iniciais da Universidade Popular de Coimbra

Lição	Autor	Público	Data
Inaugural	Leonardo Coimbra	cheio	24-11-1912
A Educação e as Universidades Populares	Adolfo Bergstrom	boa assistência	1-12-1912
História da Terra	Ferraz de Carvalho	boa assistência	18-1-1913

Fontes: *A Vida Portuguesa* (1912), nº 3 (30-11-1912), p. 20 e 24, e nº 5 (31-12-1912), pp. 36, nº 8 (18-2-1913), p. 60, e Paulo Samuel, *A Renascença Portuguesa – Um Perfil Documental*.

Neste caso da Universidade Popular de Coimbra, pareceu colocar-se o problema da sua coexistência com a Universidade oficial, e de que modo se tornava num verdadeiro meio de ensino para aqueles que não podiam frequentar o Ensino Superior. Não deixa de ser significativa a presença de algumas personalidades destacadas do ensino coimbrão como Mendes dos Remédios, Pacheco de Amorim, Aurélio Quintanilha, sendo que o irmão mais novo de Jaime Cortesão Armando Cortesão, depois político ligado à Agricultura e as Colónias, funções que abandonou em 1932, e que nesta altura se dedicava mais ao estudo da História nacional tal como o seu irmão, além de ser atleta do CIF, tendo representado Portugal nos Jogos Olímpicos de Estocolmo precisamente nesse ano de 1912, formando-se em Agronomia em Lisboa no ano seguinte.

O Professor Aurélio Quintanilha teve uma acção muito relevante no ensino de Coimbra, pois além de ter estado ligado à Universidade Popular local, seria um dos maiores entusiastas da criação da Universidade Livre de Coimbra em 1925³⁴⁰.

Em relação às universidades populares de Vila Real e da Póvoa do Varzim, o boletim *A Vida Portuguesa* contem nos anos de 1912-13 a sua organização, com a Direcção e os cursos e conferências lecionados, entre outras actividades didácticas³⁴¹. Uns anos depois em 1921-22, existiu uma Universidade Popular em Setúbal dirigida por Bento de Jesus

³⁴⁰ Sobre a Universidade Popular de Coimbra, onde se podem consultar as suas conferências e cursos lecionados, ver Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, pp. 239-245.

³⁴¹ Para estas instituições ver Paulo Samuel, *op. cit.*, pp. 65-67, Maria Gracinda Marques, *op. cit.*, pp. 248-255, e Marlene Óraide Neves, *op. cit.*, pp. 48-60.

Caraça, mas a informação sobre essa instituição é muito escassa, registando-se apenas algumas intervenções e palestras³⁴².

O sentido moralizante das novas formas de ensino era precisamente o de contribuir assim para essa recuperação moral e ética dos valores de outros tempos, que o estudo da História dos feitos heróicos destacava, salientando o individualismo na acção humana em lugar de outras contingências. Isso esteve presente nas conferências das Universidades Populares, nomeadamente por Jaime Cortesão que debateria principalmente com António Sérgio, a interpretação que se devia dar dos factos históricos.

Para além desta pedagogia, as lições prosseguiram com variado interesse da parte da assistência: mais interessada em temas políticos e actuais, menos em temas culturais, fruto talvez da sua pouca preparação para explorar estes últimos.

Esse será um ponto em que a discussão entre António Sérgio e os saudosistas se dará, com as críticas que este lhes dirigiu, pela defesa que faziam do sebastianismo, e como seria mais adequado fazer o ensino da História de Portugal, como aconteceria nos anos seguintes com as polémicas com os monárquicos Carlos Malheiro Dias e os jornalistas Manuel Múrias e Francisco Homem Cristo “Filho”, e as acusações que foram feitas por Sérgio, sem serem refutadas pelo seu autor, levarem a que a discussão atingisse proporções de ameaças físicas, num momento em que o Integralismo Lusitano ganhava prestígio e maior divulgação no nosso país, com o seu núcleo formado em jovens autores de Lisboa principalmente, que se destacavam pela sua irreverência e diversidade cultural.

A questão em torno do Sebastianismo, gerou uma intensa discussão que assentava em distinguir como no caso do “Milagre de Ourique”, contestado pela primeira vez por Alexandre Herculano, sobre o que podia ser considerado verdade histórica, baseada em factos e documentos disponíveis, e aquilo que não passava de uma lenda, uma construção grandiosa da imaginação, para legitimar opções educativas, nas quais António Sérgio não encontrava fundamento, nem matéria pertinente que devesse ser ensinada nas escolas. Ao radicalizar a discussão, ridicularizando o rei D. Sebastião em termos pejorativos, Sérgio e os seus apoiantes, muitos deles ligados à “Renascença” e mesmo à entretanto extinta *Serões*, e depois na *Seara Nova* e também na *Portucale*, e recusando desculpar-se, os Democratas viram a sua acção várias vezes dificultada, chegando-se mesmo a vias de facto nalgumas conferências em que os integralistas, ou membros da Cruzada

³⁴² Sobre a Universidade Popular de Setúbal, Marlene Óraide Neves, *op. cit.*, pp. 59-60.

Nun'Álvares decidiram intervir boicotando a acção do grupo da *Seara Nova*, e de Republicanos liberais, como os militantes do Partido Democrático.

Há que chamar a atenção para o facto de nos seus primeiros anos de existência (foi criada em 1918), esta organização nacionalista ter recebido o apoio de antigos republicanos laicos, como foram Magalhães Lima, ou António José de Almeida, que foi até seu Presidente Honorário, quando era Presidente da República.

A “Acção Nacional” e o seguimento que teve com a Cruzada Nun'Álvares, foi um opositor ao grupo da *Seara Nova*, embora em 1923 alguns dos seus militantes tenham colaborado na *Revista dos Homens Livres* que apenas teve dois números³⁴³. Foi também afastando-se dos princípios do Republicanismo Democrático, identificando-se com o Sebastianismo como fizeram algumas das suas figuras mais influentes, entre elas Afonso Lopes Vieira, Almada Negreiros, Augusto Casimiro, António Sardinha, Francisco Homem Cristo “filho” e Malheiro Dias, e mesmo Leonardo Coimbra, que estariam no combate ideológico aos Democratas, sendo que a *Seara Nova* era na altura o seu principal agrupamento cultural e cívico. Não deixa também de ser um exemplo disso mesmo, o facto de quer Leonardo Coimbra, quer Augusto Nobre terem sido Ministros da Instrução, este último até em vários Governos Nacionalistas herdeiros do Sidonismo, e apelando às glórias do passado para recuperar a herança perdida, no meio da crise republicana.

O facto de os integralistas e monárquicos, depois da formação do Estado Novo consolidado com a Constituição de 1933, terem assimilado o Salazarismo, depois de para quem era leal a D. Manuel II, a sua inesperada morte, ter provocado o enfraquecimento da corrente legitimista, pois apenas restava a antiga rainha Dona Amélia, como figura viva de referência para os apoiantes da Monarquia. Também encontraram no Salazarismo semelhanças com o Sebastianismo, na acção do Homem Providencial, o “Desejado” para reerguer a grandeza do Império e os valores da nobreza lusitana entretanto perdidos. Alguém que Fernando Pessoa e Afonso Lopes Vieira para só referir alguns escritores ainda envolvidos politicamente também ansiava, depois de tanto terem combatido a “República Velha”, e os valores democráticos que representava, pelo menos em teoria.

O fascínio pelo oculto que foi fazendo escola no início do século XX, sendo assim uma característica de muitos destes autores, que aliás o lembravam nas suas obras, com influências panteístas e místicas.

³⁴³ João Medina, *O Pelicano e a Seara: integralistas e seareiros juntos na Revista “Homens Livres”*, Lisboa, ed. António Ramos, 1978.

Assim, desde o pensamento de Sampaio Bruno, o autor do “Encoberto” a quem foi associado o mito do “Desejado” pelos escritores mais novos dedicados ao misticismo, sendo que a sua admiração era tal que como já foi referido, Fernando Pessoa enviou-lhe um exemplar do primeiro número da revista *Orpheu*, pedindo-lhe uma opinião crítica. Com estes novos escritores, era feita uma reinterpretação da figura do “Encoberto”, que ganhava forma humana e real, como na interpretação que Pessoa lhe deu por exemplo na *Mensagem*³⁴⁴.

Referindo outros escritores com uma trajectória que se alterou ao longo do tempo em termos políticos, houve o caso de Afonso Lopes Vieira, um dos conceituados escritores que rompeu com o Saudosismo, ele que tinha tido no começo do século influências várias de autores como Antero de Quental, Teófilo Braga e Guerra Junqueiro, tornando-se num anarquista ligado ao republicanismo. Tendo aderido ao Anarquismo no início do século XX, chegando a traduzir a obra de Kropotkine *À Gente Nova* em 1904, e tendo uma poesia de protesto ao sistema político e social instalado, que caracterizou a sua actividade inicial na Renascença. Após a colaboração na Renascença, tal como fez na revista *Dionysos* em 1912-13, o seu percurso virou para o nacionalismo e a defesa dos valores aristocráticos, ficando na parte final da sua vida ligado ao “Integralismo Lusitano”, para além de ter publicado na *Acção Nacional* e afastando-se assim cada vez mais do ideário saudosista³⁴⁵.

No aspecto da discussão que surgiria a partir da interpretação histórica dos fenómenos de Ourique e do mito do Desejado, tomou posição cada vez mais próxima dos Integralistas, e da Cruzada Nun’Álvares por volta do início da década de 20, com a herança que o Sebastianismo recebia do Saudosismo.

Nalgumas obras de referência, é definida ainda a escola Neo-Sebastianista que basicamente tinha princípios idênticos à Saudosista, falando-se ainda em Neo-Garretismo, mais em termos estéticos de construção de uma narrativa rica em descrições, e recursos estilísticos, que noutros aspectos de intervenção cultural³⁴⁶. A herança da narrativa de Garrett e da sua importância na cultura nacional, foi referida por autores dos finais do século XIX como um modelo a seguir por António Nobre, e Gomes Leal, entre

³⁴⁴ Alfredo Ribeiro dos Santos., *op. cit.*, pp. 31-38. Sobre o “Encoberto” de Pessoa, cf. Fernando Pessoa, *Mensagem*, Lisboa, Portugal, 2008.

³⁴⁵ Afonso Lopes Vieira, in Maria Fernanda Rollo (Coord.), *op. cit.*, pp. 1114-1115. António José Saraiva e Óscar Lopes na sua *História da Literatura*, referem de forma muito sumária a acção cívica e literária de Afonso Lopes Vieira, que relacionam com o Saudosismo de Pascoaes, cf. *História da Literatura Portuguesa*, p. 1022.

³⁴⁶ É o caso das obras enciclopédicas *História da Literatura Portuguesa*, Vol. VI – *Do Romantismo ao Saudosismo*, Ed. Alfa, 2003, pp. 263-284, e Óscar Lopes e António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 1018-1020.

outros autores, tal foi a marca que Garrett deixou na Literatura e nas suas várias adaptações teatrais.

A contestação ao predomínio da escola saudosista e simbolista, que para alguns autores do grupo de Lisboa representava o regresso ao passado, a certos valores aristocráticos e de nostalgia de tempos gloriosos do antigamente, encontrou lugar nas próprias páginas da *Vida Portuguesa*. António Sérgio, que foi caracterizado pelo seu “estrangeirismo” de forma algo redutora pelos seus companheiros da Renascença que seriam também seus adversários em termos ideológicos, não deixou de atacar os novos poetas, e a sua polémica com Fernando Pessoa apesar de pouco divulgada foi abordada por autores como Jacinto Baptista, e isso mostrava como apesar de estar longo tempo fora de Portugal, ele tinha a capacidade de se manter interventivo³⁴⁷.

Também a correspondência que o poeta trocou com Álvaro Pinto, com diferentes posições sobre o futuro do país e das várias tendências culturais, foi publicada na revista *Ocidente*³⁴⁸, sendo que grande parte das posições políticas e culturais mais importantes do grande poeta encontram-se em correspondência, como acontece nestes dois casos.

Na verdade, o combativo ensaísta nunca parece ter aceite ou compreendido bem a obra modernista, principalmente o seu sentido inovador, como era a de Fernando Pessoa, além de outros modernistas mais efémeros como Mário de Sá-Carneiro que também teve uma passagem discreta pela *Águia* antes de romper e se dedicar à *Orpheu* em 1915: para isso também contribuiu o longo período de ausência de Portugal, sendo que era em Lisboa e no Porto que se situava a grande maioria da produção cultural, e apareciam as inovações literárias e estéticas. A afirmação que Sérgio fez ainda na fase inicial da intervenção da Renascença, de que “os novos poetas deviam em vez de escreverem coisas delirantes, deviam fazer algo de útil e produtivo como trabalhar numa fábrica de conservas ou cavarem batatas, e fabricarem o cheviote para o nosso fato”, demonstra isso mesmo, algo que repetiu na sua correspondência, salientando-se a sua “Epístola aos rapazes de 16 anos que não sonham ser poetas líricos” publicada na *Vida Portuguesa*. Uma mordaz afirmação, que parecia indicar ter como principal destinatário Fernando Pessoa mas não só, pois apesar deste ser o representante mais conhecido da nova vaga, havia outros

³⁴⁷ Sobre a polémica entre António Sérgio e os Modernistas, ver as obras de Jacinto Batista, *Sérgio e Pessoa: Encontros e Desencontros*, Lisboa, ed. Quimera, 1992, e *O Cinco de Outubro*, Lisboa, Acádia, 1964, pp. 35-48.

³⁴⁸ Fernando Pessoa, *Correspondência para Álvaro Pinto*, Revista *Ocidente*, 1944, e João Gaspar Simões (Introdução, Prefácio e Notas) *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

modernistas como Mário de Sá Carneiro cujo modo de vida abastado, que permitia escrever sem grandes dificuldades financeiras, em quem esta acusação podia assentar. Estas disputas com os jovens modernistas, mas pouco mais novos que o próprio António Sérgio que era apenas cinco anos mais velho que Fernando Pessoa que nasceu em 1888 e seis que Mário de Sá Carneiro, estes mais velhos cerca de três anos que Almada Negreiros que era dos mais novos membros da *Orpheu* nascido em 1893.

A importância da diferença de idades, com o ingresso de membros ainda muito jovens, era em muitos casos decisiva, numa época em que a idade e experiência eram valores intocáveis, havendo depois o caso contrário dos mais anciãos como Gomes Leal, nascido 35 anos antes de Sérgio por exemplo, e que apesar de todas as dificuldades por que passou, viveu até aos 72 anos atravessando períodos muito diferentes da vida nacional, daí não ser de admirar o grande respeito que recebia dos autores mais novos, embora muitos quisessem romper com o que existia na nossa cultura, as imitações de modelos europeus, que como os saudosistas em nada ajudavam à recuperação da pátria e dos seus valores e características originais. Nas várias divergências que teve ao longo da sua vida, saliente-se neste caso a que durante bastante tempo Sérgio teve com João Gaspar Simões, um dos fundadores da *Presença* e na qual Fernando Pessoa apoiou este escritor, trocando com ele uma interessante correspondência³⁴⁹.

Algumas das intervenções dos saudosistas nos momentos imediatos à Implantação da República, foram retratadas na conhecida obra de Jacinto Baptista como equívocos daquela escola de pensamento, entre outras críticas feitas por vários autores às imitações de modelos literários estrangeiros³⁵⁰.

A importância dada aos nossos costumes, para a formação de uma cultura originalmente lusitana, sendo um ponto onde havia alguma divergência, era também salientada por quem defendia os valores racionalistas e científicos, e considerava o método positivista ultrapassado. Assim, era assimilando as experiências culturais de outros países europeus, o que de melhor se fazia, que se podia criar uma actividade original entre nós. Exemplo disso, era o racionalismo e pragmatismo dos alemães, que tinham grande apreciação entre alguns dos filósofos portugueses, enquanto os franceses como Henri Bergson que representava o Sensacionismo ou Intuicionismo, com obras sobre a Metafísica e a relação entre o corpo e o espírito na busca do conhecimento, e

³⁴⁹ Jacinto Baptista, *Sérgio e Pessoa: Encontros e Desencontros*, pp. 43-58.

³⁵⁰ Idem, *ibidem*, pp. 50-52.

influenciavam com as suas concepções alguns autores mais místicos, como eram os saudosistas ou criacionistas, apesar do Positivismo que influenciava as suas obras.

O proveitoso debate que isto provocava, levava a que os pormenores destas escolas do Saber fossem discutidos e explicados junto da opinião pública como nas revistas *Águia* e *A Vida Portuguesa*, *Dyonisos*, *Orpheu*, *Serões*, *Vida Nova*, para referir só algumas das principais publicações dessa época. Paulo Samuel referiu na sua obra sobre a Renascença, que foi o pensamento racionalista que causou as divisões, pois segundo ele a importância que Joel Serrão deu a esta forma de pensamento situada em Lisboa, levou este historiador a desacreditar a influência anterior da Filosofia portuense, achando que não era possível defini-la como escola de pensamento, mas que era mais correcto considerar que havia várias correntes filosóficas, o que não diminuía a sua importância. De facto, encontram-se nessas correntes de pensamento portuenses, os antecedentes do espírito de contestação à autoridade, de origem anarquista e profundamente republicano que depois irá dar-se em Lisboa a partir do final do século XIX.

Também a defesa da laicização do Estado foi um assunto bastante abordado pela Filosofia portuense, não havendo de autores como Basílio Teles a esperança de que a regeneração republicana fosse conseguida a partir de Lisboa.

No entanto há que salientar o importante legado que as publicações periódicas anteriores com sede no Porto tiveram para formar um núcleo cultural empenhado nas questões do novo Regime e da compreensão das várias escolas filosóficas que entretanto apareceram.

De novo Leonardo Coimbra teria uma acção cultural da maior importância, ele que esteve na criação da Faculdade de Letras portuense em 1919, ano em que foi pela primeira vez Ministro da Instrução e dinamizou a sua actividade, com várias publicações de relevo no estudo da Filosofia, juntamente com os seus discípulos mais conceituados, como foram os já mencionados Delfim Santos e Sant'Anna Dionísio, e que depois da sua morte em 1935 continuaram a publicar obras suas e a fazer a apologia do seu pensamento existencialista, até como forma de intervenção cívica³⁵¹. Este último em oposição ao que argumentava António Sérgio sobre a herança filosófica de Leonardo Coimbra, escreveu mesmo em sua defesa a obra, *Objeções a António Sérgio sobre o valor da Obra*

³⁵¹ A maior parte destas publicações está referenciada por António Quadros, e Teixeira Rêgo nas suas obras, ver *Teixeira Rêgo; Estudos e Controvérsias: Língua e Literatura Portuguesa*, Compilação, Posfácio e Notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Assírio e Alvim, 1991, e Idem (Prefácio), *Leonardo Coimbra: Colectânea de Estudos*, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1985, e António Quadros, *A obra de Leonardo Coimbra no contexto cultural da sua época*, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1985.

*Filosófica de Leonardo Coimbra*³⁵² que juntamente com Delfim Santos, estaria depois entre os fundadores da publicação luso-brasileira *Atlântida*, que marcou o relacionamento cultural entre os dois países irmãos. Algo que anos antes António Sérgio tinha também realizado, com a criação de uma editora quando estava a viver no Rio de Janeiro, demonstrando como decorria esse projecto, na correspondência que nessa altura trocou com Raul Proença³⁵³.

No entanto esse afastamento físico de Portugal e nomeadamente de Lisboa, onde grande parte das decisões políticas mais importantes eram tomadas, num sistema que se manteve muito centralista, impedia que apesar de ter acesso à imprensa, como tinha à *Vida Portuguesa* e *A Águia*, algo em que se baseava para nas cartas transmitir as suas ideias.

Outra publicação que surgiu depois em 1927, foi a revista *Presença*, que fez ressurgir o realismo, com uma nova vaga de escritores, como José Régio que dirigiu a publicação, Branquinho da Fonseca (filho do escritor e político republicano Tomás da Fonseca), João Gaspar Simões ou Miguel Torga, com uma nova escola literária que ocupava um vazio cultural importante, promovendo outras escolas literárias como o Modernismo, com a publicação de obras inéditas de Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro. A pesquisa dos costumes regionais foi também um aspecto importante desta época na aprendizagem de novos métodos, tendo em conta a ideologia fortemente nacionalista do ensino republicano, e que os vários autores pretendiam transmitir. Também deu importância aos jogos e festas populares, entre outras actividades recreativas, e à transmissão oral dos costumes. A formação de associações recreativas, relacionadas com actividades laicas e promotoras dos ideais republicanos, como os já referidos Círios, os Grémios ou até no fomento da prática desportiva, com o aparecimento dos primeiros clubes em finais do século XIX³⁵⁴.

A nova interpretação da crença religiosa dada pelo criacionismo, era relacionada com o Homem novo, consciente e interessado na sociedade que se pretendia nos novos tempos, e como é que ele interpretava e se identificava com o transcendente. O criacionismo não

³⁵² Sant'Anna Dionísio, *Objecções a António Sérgio sobre o Valor da Obra Filosófica de Leonardo Coimbra*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1936.

³⁵³ António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença* [...].

³⁵⁴ Aparecimento dos clubes como o Ginásio Clube Português (1875), a Ass. Naval 1º de Maio (1893), ou outras mais antigas dedicadas a actividades lúdicas como o Grémio Lisbonense (1842), e o Grémio Literário (1846).

punha de parte a íntima ligação com Deus e as questões religiosas e metafísicas que sempre acompanharam o pensamento de Leonardo Coimbra.

Assim, a escola de pensamento que deixou, tinha a ver com a sua capacidade de divulgar as suas ideias, em conferências e através da imprensa, em jornais e publicações periódicas. Leonardo Coimbra tinha um poder de oratória e conhecimento que cativava facilmente as assistências, e conseguia mais facilmente que outros expor o seu pensamento, fazendo isso de modo consistente e com um forte poder de argumentação, segundo os testemunhos da imprensa da época, além da sua grande determinação em atingir os seus objectivos que era motivo de grande admiração dos seus discípulos. A isto não será estranho o facto de que além de ter estado na Marinha e onde se destacou como remador, e de se aplicar em ter uma boa forma física, tenha tido ainda um relevante passado como atleta, representando por várias vezes o Distrito de Coimbra em provas nacionais. Ele que escreveu uma obra sobre a filosofia de Henri Bergson, em que expõe a ligação que tinha com o pensador francês em vários aspectos intelectuais, e as suas preocupações religiosas e antropológicas, dando a sua visão do que partilhava, e fazendo a sua interpretação de uma forma original, influenciado desde muito novo como já foi atrás referido, pelas correntes anarquistas³⁵⁵. Opôs-se assim a teorias mecanicistas, e tomou o caminho do radicalismo social na Filosofia Religiosa³⁵⁶. Nesse aspecto destacou-se o seu pensamento introspectivo, questionando a sua relação com a Religião, e a sua função ao longo da existência.

O papel destas publicações era também de divulgação das várias correntes políticas, através das formas de pensamento dos seus autores, que eram assim divulgadas de um modo que se pretendia fosse mais abrangente.

³⁵⁵ Leonardo Coimbra, *A Filosofia de Henri Bergson* (Introdução de Manuel Ferreira Patrício), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

³⁵⁶ Idem, *Obras de Leonardo Coimbra*, Selecção, Coordenação e Revisão pelo Prof. Sant'Anna Dionísio, 2 vol., Porto, Lello e Irmão Editores, 1983, pp. 25-30.

10.A herança da Renascença e do ensino popular

Como é sabido, o advento do Estado Novo limitou este tipo de iniciativas culturais, levando à extinção da maior parte, além de ilegalizar as organizações maçónicas, de promover as corporações, e de reprimir a liberdade de expressão, caso fosse considerada subversiva, assim como de terminar com as organizações de ensino popular. Alguns artistas dessa fase renascentista, da *Águia* ou depois do grupo do *Orpheu* continuaram como símbolos da propaganda salazarista, como foram os casos de António Ferro e Almada Negreiros. Outros seguiram o caminho da clandestinidade e do exílio como António Sérgio, que manteve corajosamente as suas iniciativas de aberta oposição à Ditadura, tal como Jaime Cortesão. Ficou uma herança de um intenso e rico debate sobre várias áreas do conhecimento. Surgiu depois já em Democracia, na década de 70 um movimento de novo localizado no Porto denominado “Nova Renascença”, de certo modo para reabilitar os objectivos culturais e cívicos entretanto interrompidos por divisões constantes, e crises políticas que culminaram no 28 de Maio de 1926, e na Ditadura.

Bibliografia

Obras Gerais:

CATROGA, Fernando, e CARVALHO, Paulo Archer de, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996.

COELHO, Jacinto do Prado (Dir.), *Dicionário da Literatura Portuguesa* (3ª ed.), Porto, ed. Figueirinhas, 1984.

MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal*, Vol. VI - *A segunda fundação (1890-1926)*, Editorial Estampa, [s. l.], 1994.

MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Vol. X – *A República - I*, Amadora, Ediclube, 1993.

OLIVEIRA MARQUES, A. H., *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 2ª ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1975.

REIS, Carlos (Dir.), *História da Literatura Portuguesa*, Vol. VI – *Do Romantismo ao Saudosismo*, Ed. Alfa, 2003.

REIS, Carlos (Coord.), *História Crítica da Literatura*, Vol. VIII – *O Modernismo*, Lisboa, ed. Verbo, 2015.

ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, (3 Vol.), Ed. Assembleia da República, 2013-14.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, (Dir.) *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., Porto, Porto Editora, 1996.

SERRÃO, Joel (Dir.), António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*, 2ª ed., Porto, Ed. Figueirinhas, 1992-2000

SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Ed. Figueirinhas, 1984.

SERRÃO, Joel (Direcção), e MARQUES, Oliveira (Coordenação), *Nova História de Portugal*, Vol X – *Portugal da Monarquia para a República*, Editorial Presença, 2007.

Obras Específicas:

ADÃO, Áurea, e GONÇALVES, Maria Neves, *Instrução Pública no Portugal de Oitocentos. Da Administração centralizada à gestão periférica*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

ALMEIDA, Fialho de, *Saibam quantos... Cartas e artigos políticos*, 5ª ed., Lisboa, Clássica Editora, 1969.

BANDEIRA, A *Universidade Popular Portuguesa nos anos 20: os intelectuais e a educação do povo: entre a salvação da República, e a Revolução Social*. Dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX e XX (secção do século XX), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994.

BAPTISTA, Jacinto, *O Cinco de Outubro*, Lisboa, Acádia, 1964.

BAPTISTA, Jacinto, *Sérgio e Pessoa: Encontros e Desencontros*, Lisboa, ed. Quimera, 1992.

BORGES, Paulo, e CARVALHO, Bruno Béu de (Coord.), *A Renascença Portuguesa: Tensões e Divergências*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

CABRAL, Manuel Villaverde, *O Operariado Português nas Vésperas da República (1909-10)*, Lisboa, Presença, 1977.

CABRAL, Manuel Villaverde, *O Operariado Português nas Vésperas da Primeira República*, Presença, 1976.

CANDEIAS, António, *Alfabetização e Escola em Portugal, nos séculos XIX e XX: os Censos e as estatísticas*, pref. de António Nóvoa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004.

CANDEIAS, António, *O Movimento Operário Português*, in *Análise Psicológica*, 1981.

CANDEIAS, António, *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina nº 1 de Lisboa, 1905-1930*, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto, 1992.

CASTRO, Maria João, *O Operário (1879-82) e o Movimento Socialista no Porto*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1999.

COELHO, Adolfo, *Cultura e Analfabetismo*, Renascença Portuguesa, 1916.

COELHO, Adolfo, *Cultura Popular e Educação*, Vol. II, Organização, Prefácio e Notas de João Leal, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993.

COIMBRA, Leonardo: *colectânea de Estudos*, Prefácio de Pinharanda Gomes, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1985.

COIMBRA, Leonardo, *A Filosofia de Henri Bergson* (Introdução de Manuel Ferreira Patrício), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

COIMBRA, Leonardo, *Obras completas*, Introdução de Ângelo Alves, Prefácio de Manuel Cândido Pimentel, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

COIMBRA, Leonardo, *Obras de Leonardo Coimbra*, Selecção, Coordenação e Revisão pelo Prof. Sant'Anna Dionísio, 2 vol., Porto, Lello e Irmão Editores, 1983.

DIONÍSIO, Sant'Anna, *Objecções a António Sérgio sobre o Valor da Obra Filosófica de Leonardo Coimbra*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1936.

FAVA, Fernando Mendonça, *Leonardo Coimbra e a I República: Percurso Político e Social de um Filósofo*, Prefácio de Ana Leonor Pereira, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

FERNANDES, Rogério, *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*, Biblioteca Breve, 1979.

FERNANDES, Rogério, *As Ideias Pedagógicas de Adolfo Coelho*, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica, Lisboa, 1973.

FERNANDES, Rogério, *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*, Coleção Biblioteca do Educador Profissional, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

FERNANDES, Rogério (Introdução e Notas), *Cartas de António Sérgio a Álvaro Pinto*, Introdução e notas de Rogério Fernandes, Edição Ocidente, Lisboa, 1972.

FREIRE, João, *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofícios e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal: 1900-40*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento, 1992.

GAMA, Manuel, *O movimento 57 na cultura portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1991.

GRAINHA, Manuel Borges, *O Analfabetismo em Portugal: suas causas e meios de as remover*. Relatório apresentado ao 1º Congresso de Instrução Primária de Portugal promovido pela Liga Nacional de Instrução e realizado em Abril de 1908, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

GOMES, Pinharanda, *A Renascença Portuguesa. Teixeira Rêgo*, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, Lisboa, Biblioteca da Educação, 1984.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

LARANJEIRA, *Cartas*. Prefácio de Manuel de Unamuno, Lisboa, Relógio d'Água, 1990.

LARANJEIRA, Manuel, *Pessimismo Nacional*, Lisboa, ed. Frenesi, 2009.

LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas, o campo partidário republicano português 1910-1926*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

MAGALHÃES, José de, *O problema educativo nacional relatado pela Liga de Educação Nacional*, Lisboa, [s.n.], 1910.

MARIANO, Fátima, *As Mulheres e a I República*, Dissertação de Mestrado apresentada na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, ed. Caleidoscópio, 2017.

MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução: uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI* (2 Vol.). Lisboa, Tribuna da História, 2004-05.

MARQUES, Maria Gracinda, *As Universidades Livres e Populares Portuguesas em Coimbra e no Porto: dos finais do século XIX à década de 30*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, [s. n.], 1999.

MARQUES, A. H. Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal* (2 vol.), Lisboa, Presença, 1990.

MEDINA, João, *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, Lisboa, ed. Dom Quixote, 1984.

MEDINA, João, *O Pelicano e a Seara: Integralistas e Seareiros juntos na Revista Homens Livres*, Lisboa, António Ramos, 1978.

MEDINA, João, MATOS, Sérgio Campos, e VENTURA, António, *Estudos sobre António Sérgio*, ed. Centro História da Universidade de Lisboa, 1988.

MÓNICA, Maria Filomena, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Prefácio de Francisco Salgado Zenha, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.

MÓNICA, Maria Filomena, *A Formação da Classe Operária Portuguesa: Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

NEVES, Marlene Óraide, *As Universidades Populares Portuguesas no seu período áureo – A 1ª República: contributos para o estudo das suas concepções educacionais e filosóficas*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 1997.

NOGUEIRA, César, *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, 1º Vol. (1871-1910), Lisboa, Portugália Editora, 1964-66.

NUNES, Teresa, *O Ideário Republicano de Ezequiel de Campos (1900-1919)*, Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011

OLIVEIRA, César, *O Operariado e a República Democrática*, Lisboa, ed. Colecção Seara Nova, 1974.

OLIVEIRA, César, *O Socialismo em Portugal (1850-1900): Contribuição para o estudo da Filosofia Política do Socialismo na Segunda Metade do Século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 1973.

OLIVEIRA MARQUES, A. H., *História da Maçonaria em Portugal* (2 vol.), Lisboa, Presença, 1990.

PESSOA, Fernando, *Mensagem*, Lisboa, Portugália, 2008.

PINHO, Arnaldo e NATÁRIO, Celeste (Organização), *A Águia e a Renascença Portuguesa no contexto da República: 1910–2010*, Centenário da Renascença, Porto, Universidade do Porto-Faculdade de Letras, 2011.

PINHO, Romana Valente, *António Sérgio e a Teoria do Uno Unificante*, Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2012.

PITA, António Pedro (Coord.), *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português 1900-1950*. Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX da universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

PITA, António Pedro, *O Poder do Saber – Competência e Cultura nas Universidades Republicanas de Educação Popular*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27-28, 1989.

PORTUGAL, Boavida, *Inquérito Literário*, Lisboa, Livraria Clássica, 1915.

QUADROS, António, *A obra de Leonardo Coimbra no contexto cultural da sua época*, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1985.

REIS, Carlos, *As Conferências do Casino*, Lisboa, Edições Alfa S. A., 1990.

RIBEIRO, Lia, *A popularização da Cultura Republicana (1881-1919)*, Imprensa da Universidade de Lisboa, 2011.

SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa – Um Perfil Documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

SAMUEL, Paulo, *Teixeira de Pascoaes na revista Águia*, Porto, ed. Caixotim, 2004.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos, *A Renascença Portuguesa: um Movimento Cultural Portuense*. Prefácio de José Augusto Seabra, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

SÁ, Vítor de, *A Historiografia Sociológica de António Sérgio*, 1ª ed., Publicação da Secretaria de Estado da Cultura, Biblioteca Breve, 1979.

SÉRGIO, António, *Ensaio*, Tomo VI, *Colecção Clássicos Sá da Costa - Obras Completas de António Sérgio*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

SÉRGIO, António, *Ensaio sobre a Educação*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

SÉRGIO, António, *Correspondência para Raul Proença*, Organização e Introdução de José Carlos Gonzalez com um estudo de Fernando Piteira Santos, Publicações Dom Quixote/Biblioteca Nacional, Lisboa, 1987.

SÉRGIO, Luísa, *O Método Montessori*. Edições da *Renascença Portuguesa*, 1915.

VALENTE, Vasco Pulido, *Estudos sobre a Crise Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

VALENTE, Vasco Pulido, *Cultura Popular e Educação*, Vol. II, Organização, Prefácio e Notas de João Leal, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993.

VENTURA, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas. As convergências possíveis (1892-1900)*, Lisboa, Cosmos, 2000.

VENTURA, António, *Magalhães Lima - Um Idealista Impenitente*, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2011.

VENTURA, António, *Entre a República e a Acrácia: o Pensamento e a Acção de Emílio Costa: 1897-1914*, Lisboa, Colibri, 1994.

VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727 – 1986)*, Lisboa, Ed. Círculo dos Leitores, 2013.

VENTURA, António, *Estudos sobre História e Cultura Contemporâneas de Portugal*, Lisboa, ed. Caleidoscópio, 2004.

Periódicos:

A Batalha (1919-21)

A Águia, 1ª série (1910-12)

A Águia, 2ª série (1912-21)

A Águia, 3ª série (1922-27)

A Vida Portuguesa (1912-15)

Diário do Governo (1911-12)

Nova Silva (1907)

O Comércio da Póvoa do Varzim (1913-14)

O Jornal de Notícias (1912 e 1917)

O Primeiro de Janeiro (1916-17)

O Século (1919-21)

Orpheu (1915)

Anexos



1. Capa da *Águia* (1912), com ilustração de Cristiano de Carvalho.



2. O “Pensador” símbolo da Renascença Portuguesa, desenho da autoria de António Carneiro.



3. António Carneiro e Teixeira de Pascoaes



4. Leonardo Coimbra

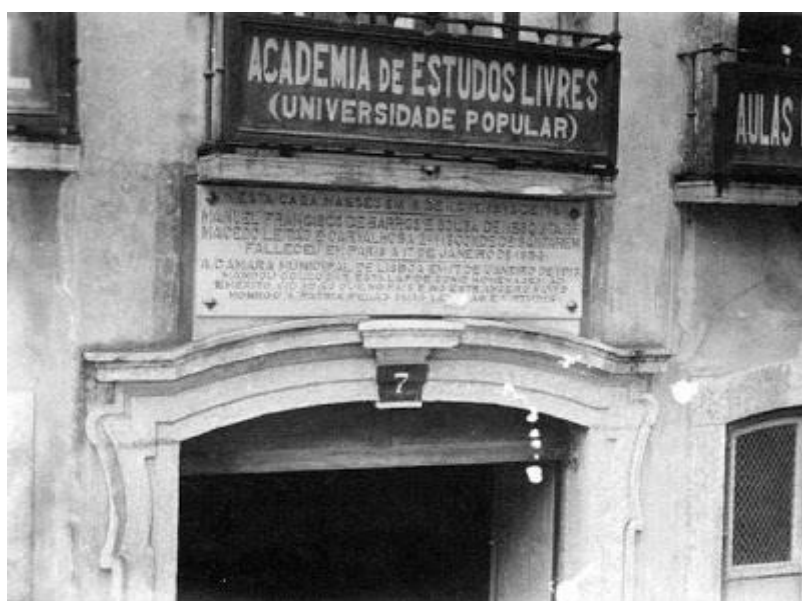


Enquanto Oficial da Marinha (1909-?).

5. António Sérgio



6. Jaime Cortesão



7 - Academia de Estudos Livres

